



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
COIMBRA REALIZADA A DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE**

Ata nº 2/2014

Aprovada em 30/09/2014

No dia dezoito de março de dois mil e catorze teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2014 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 – Prestação de serviços de seguros – Autorização compromissos plurianuais;

Ponto 3 – Procedimento concursal Comum para ocupação de postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional (Sapador Florestal);

Ponto 4 – Modelo contrato administrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia – Protocolo Intercalar;

Ponto 5 – Projeto de Modernização da Linha do Norte - Protocolo entre a CMC e a REFER – Tribunal de Contas.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Rosa Isabel Cruz, Manuel Milagre de Sousa, António José Costa Sequeira, Maria Ângela Duarte Carvalheiro Pinto Correia, Nuno Filipe Reis da Silva, André Gonçalo Dias Pereira, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia.

Presidentes de Juntas: António Ferreira Coelho, João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seíça Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa e Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso.

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Manuel Augusto Lopes Rebanda, Maria Helena Brandão Moura Ramos, Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Ana Filipa Janine Simões Martins, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos, Dino Miguel Alves, Rui António Pires Marques, Júlio da Fonseca Gaudêncio e João Pedro da Fonseca Pinto.

Presidentes de Junta: Manuel Correia de Oliveira, José Manuel Nunes Filipe, José Augusto Silva Simão e Ricardo Luís Rodrigues.

Faltou o Presidente da União de Freguesias de Coimbra - Hélder Rodrigues de Abreu.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Manuel Vaz Pires da Rocha, Jorge Freitas Seabra, Paulo Jorge Gaspar Coelho. Maria Isabel Silva Pimenta e Melo e Carlos Alberto Sousa Ferreira.

Presidentes de Juntas: Jorge Espírito Santo Mendes, Vitor Manuel Alves Carvalho e José Luís Faria Pimenta.

Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CPC):

José Joaquim Dinis Reis, José António Oliveira Bandeirinha, Catarina Isabel Caldeira Martins e Rui de Melo Pato.

Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):

José Joaquim Sampaio Nora.

Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB):

Rui Manuel Sousa Soares.

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Manuel Augusto Soares Machado estiveram presentes os vereadores Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel Maranhas Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, Francisco José Pina Queiroz, João Paulo Lima Barbosa de Melo, José António Raimundo Mendes da Silva, Paulo Jorge Carvalho Leitão José António Pinto Belo e José Augusto Moreira Ferreira da Silva.

Mesa:

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Brandão Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves como 2º Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins** pelo período de 2 dias com início a 17 do corrente mês;

-Deputado municipal **António Maló de Abreu** pelo período de 2 dias com início a 17 do corrente mês;

-Deputado municipal **Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz** pelo período de 3 dias com início a 16 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (**PPD/PSD/PPM/MPT**) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Rui António Pires Marques, Júlio da Fonseca Gaudêncio e João Pedro da Fonseca Pinto.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-Deputado municipal **João Carlos Tavares Pinto Ângelo**, pelo período de 5 dias com início a 13 do corrente mês;

-Deputada municipal **Isabel Margarida Silva Luís Fonseca** pelo período de 2 dias com início a 17 do corrente mês;

Também nos termos do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (**CDU**), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Maria Isabel Silva Pimenta e Melo e Carlos Alberto Sousa Ferreira**.

-A deputada municipal **Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata**, pelo período de 2 dias com início a 17 do corrente mês;

Do mesmo modo e nos termos do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (**CPC**), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Rui de Melo Pato**.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

O Presidente da Assembleia abriu a sessão dizendo que esta era uma sessão ordinária decorrente da lei, havendo um período antes da ordem do dia com a duração de uma hora, para o qual, estavam abertas as inscrições para as intervenções dos membros da Assembleia.

O ponto 1 da Ordem de trabalhos é destinado à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a qual foi previamente distribuída por todos os membros.

Seguidamente informou a Assembleia dos seguintes assuntos:

Distribuição de documentos

-A plataforma electrónica começou, hoje, a funcionar para que todos os membros da Assembleia possam consultar os documentos, por esta via.

Complementarmente haverá entrega de documentos em papel, que estará à disposição dos senhores deputados nas instalações do secretariado da Assembleia Municipal.

Neste sentido, cada deputado preencheu com a respectiva assinatura numa folha, a sua preferência. Para que, nesta matéria, a Assembleia possa funcionar com eficiência.

Falecimento do deputado Jorge Lemos

-Atendendo à sensibilidade do tema, disse que os deputados iriam falar sobre o assunto, mas cumpria-lhe sublinhar o pesar, a tristeza desta câmara pelo falecimento do deputado Jorge Lemos.

Quando se sentava ao seu lado, apreendia sempre alguma coisa. Admirava o sentido do estudo de todos os dossiers em debate na Assembleia Municipal. A insistência e persistência, por vezes pouco simpática, traduzindo uma vontade de transparência, que tem de ser reconhecido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Do ponto de vista pessoal, o Jorge Lemos faz-nos falta. Foi um grande autarca quer enquanto foi do executivo quer na Assembleia Municipal. Disse

Falecimento de Medeiros Ferreira

-Hoje, tivemos conhecimento do falecimento de uma das figuras basilares da democracia Prof. Dr. Medeiros Ferreira.

Conhecido de todos nós, era uma pessoa por quem tinha grande apreço, e a quem a democracia portuguesa deve muito. Foi autor material do pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Grande político, de grande capacidade intelectual. A sua acção política foi um pouco transversal na vida e na sociedade portuguesa, quer antes, quer depois do 25 de Abril. Foi um grande líder estudantil, na crise de Lisboa de 1962.

Depois do 25 de Abril, foi um homem do Partido Socialista.

Também, integrou uma aliança de poder com o Dr. Sá Carneiro, que foi a Aliança Democrática, na primeira formulação da Aliança Democrática.

Esteve ao lado da reeleição do General Ramalho Eanes, mais tarde, voltou ao Partido Socialista e não deixou de nos ensinar alguma coisa, aconteceu há cerca de um mês, aqui em Coimbra, numa conferência que veio fazer a Coimbra, a última vez que falou em público, onde nos brindou com uma intervenção brilhante, que me deu a honra de partilhar na Mesa, tendo sido ele e eu que encerramos os trabalhos dessa conferência.

A Assembleia manifesta um voto de pesar ao Prof. Dr. Medeiros Ferreira.

Doutoramento de André Gonçalves Dias Pereira

E como nem tudo são tristezas, também há alegrias, momentos de júbilo, e, queria aqui manifestar o meu júbilo e penso que o júbilo pessoal de todos e de cada um de nós, pelo doutoramento em Ciências Jurídicas-Civilísticas da Faculdade de Direito da Universidade, do André Gonçalves Pereira, Senhor Professor André Gonçalves Pereira, que muito nos honra, ter mais um doutor da Universidade de Coimbra nesta Assembleia e portanto, as nossas congratulações, a nossa alegria e a honra que temos de o termos entre nós.

Por proposta dos membros que constituem a Assembleia da Comunidade Intermunicipal Região Centro, tive o privilégio de ser eleito Presidente dessa Assembleia, do Órgão Deliberativo dessa Região. Aquilo que mais me levou a aceitar esse encargo, porque é um encargo, faço-o com gosto naturalmente, é no sentido de que esta autarquia, a Câmara e a Assembleia de Coimbra, tem uma posição preponderante na organização, na dinâmica e na institucionalidade da própria e nova Região de Coimbra.

Grupo de trabalho - Convento S. Francisco

Finalmente proceder a uma formalidade, que é a ratificação, porque não passa de uma ratificação ao fim ao cabo, para a Constituição do Grupo de Trabalho que foi aqui aprovado na última sessão, sobre do Convento de São Francisco. Constituimos aqui um grupo de trabalho, dadas as vicissitudes que, entretanto fomos tendo conhecimento e, trata-se de uma ratificação, porque é um direito protestativo onde cada um dos grupos municipais indicou o seu representante.

Partido Socialista - deputado Ferreira da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Coligação Por Coimbra” - deputado Nuno Freitas

CDU - deputado Jorge Seabra

Movimento “Cidadãos Por Coimbra” - deputada Leonor Barata

CDS - deputado Sampaio Nora

Portanto, a deliberação já foi tomada e as suas competências também já foram fixadas, só para tomarem conhecimento, penso que todas estas pessoas têm a credibilidade suficiente para receberem um voto de confiança.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu, de imediato, a palavra ao deputado Ferreira da Silva.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

Homenagem ao Jorge Lemos – Minuto de Silêncio

“Hoje é para nós, deputados da Bancada do Partido Socialista um dia de luto. Hoje é para todos nós, membros desta Assembleia Municipal um dia de luto. Este lugar vazio isso mesmo simboliza. O lugar do Senhor deputado Engº Jorge Manuel Monteiro Lemos, para a maioria de nós, o Engº Jorge Lemos, para mim, simplesmente o Jorge.

Não é agora aqui, o lugar próprio para tecer elogios ao Jorge. Já o foi e ficaram bem definidos e vincados nas cerimónias fúnebres e na missa então celebrada do 7º dia.

Mas permitam-nos evocar aqui o nosso colega, amigo e camarada ilustre, amável e esforçado e que eu conheci desde a minha adolescência. Permitam-me também evocar o deputado inteligente, franco, aberto e disponível, tal qual o conhecemos e com ele lidamos, tantos anos, na sua acção autárquica brilhante e generosa.

O Jorge era acima de tudo um homem bom e de bem, um exemplo de vida. Com ele não convivíamos apenas em harmonia, com ele convivíamos também em melodia. Sob a aparência de modéstia, encontrávamos uma alma forte e generosa, a quem todos nós, seguramente, reconhecíamos o seu justo e enorme valor.

Não esqueço a sua simpatia, a sua frontalidade e o seu fino e sarcástico humor. O Jorge dava-nos uma nota de cor, ao cinzento do nosso quotidiano. Foi um privilégio para nós socialistas, foi para todos nós deputados, seguramente, ter-nos aqui convivido com alguém que soube viver a vida de forma tão intensa e ao serviço do próximo e de forma alegre e marcante.

Até sempre caro deputado municipal, nosso amigo e companheiro, nosso camarada.

Peço-vos pois, por isso, neste primeiro dia e definitivo da ausência do Jorge à Assembleia Municipal de Coimbra que observemos um minuto de silêncio. Ele merece ser lembrado com pesar e dor. Disse.

A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio em homenagem ao Deputado Municipal Jorge Lemos.

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CPC):

I’Parque

“A minha intervenção será muito curta, apenas umas perguntas que dirijo ao Senhor Presidente da Câmara.

O conjunto de perguntas que passo a expor diz respeito ao Coimbra Inovação Parque, ou I’Parque, que constituiu um fortíssimo investimento camarário dos anteriores executivos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

municipais. Independentemente das dúvidas que este projecto nos suscitou e continua a suscitar, foi uma aposta ambiciosa, talvez demasiado ambiciosa, da parte dos anteriores executivos camarários, mas uma vez que existe e que, nessa medida, exige da parte da Câmara uma gestão particularmente dinâmica, interventiva, competente e, ela própria, tão inovadora quanto se pretendia que o Parque fosse. Ora, a situação actual do I'Parque parece apontar mais para uma gestão de abandono e incúria, que conduzirá ao desperdício de todo o investimento depositado nesse grande projecto.

Assim, perguntamos:

Temos notícia de que a administração solicitou uma audiência ao Sr. Presidente da Câmara há vários meses, sem que esta tenha sido concedida? Estará a ser considerada uma alteração na administração?

2. Como se explica que os negócios de venda de lotes e de captação de empresas estejam parados desde o início de 2012?

3. Qual a situação do edifício TESLA?

4. O edifício VINCI que deveria servir de apoio a toda a estrutura do I'Parque e que pode oferecer uma série de serviços à cidade e às empresas está sem actividade. Porque não é utilizado? O que se passa?

5. É verdade que a Câmara Municipal nunca fez as trocas financeiras com os accionistas do I'Parque, ou seja, vendeu as acções sem ter recebido o dinheiro e que o Tribunal de Contas tem indagado sobre esta situação no mínimo estranha?

6. O Senhor Presidente da Câmara afirmou, por mais de uma vez que, pretendia alargar o âmbito do I'Parque. Se a situação que descrevemos parece apontar no sentido contrário, é inevitável perguntar: qual o seu plano, em geral, para o I'Parque, e, nomeadamente para o novo quadro comunitário?

7. Para além disso, segundo a lei 50/2012 relativa às empresas municipais, o I'Parque terá de sofrer uma alteração na sua estrutura accionista, eventualmente ser integrado na Câmara. Como pretende proceder?"

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

Cultura

"Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados:

Uma primeira nota para nos associarmos à preocupação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma preocupação, já antiga, dita desde o início do trabalho desta Assembleia de podermos fazer com esta Assembleia, recupere na totalidade aquele que é a sua função. Função de podermos aqui esgrimir opiniões, de podermos criar ideia de uma política para o nosso Município. Já vou fora de tempo, porque o Senhor Presidente já disse aquilo que era necessário dizer... a necessidade que nós temos de trazer aqui as nossas opiniões devidamente fundamentadas, daí que a recepção dos documentos, seja importante ser realizada, bastante antes das nossas reuniões para que possamos de facto ... a democracia, não será apenas, nós podermos exprimir aqui as nossas opiniões, podemos dar aqui o nosso contributo para a vida, ao fim ao cabo, para a vida colectiva, é também, podermos fazê-lo de uma forma devidamente informada, de uma forma devidamente fundamentada e para isso, precisamos de tempo para aquilo que seja necessário gastar, em termos de consulta, a quem sabe das coisas, nos momentos em que nós não sabemos delas! Portanto, queremos de facto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

desse logo, associarmo-nos ao esforço que tem vindo a ser feito de criação de mecanismos e de formas de funcionamento desta Assembleia, para que possamos cumprir o nosso papel. Isto, uma primeira nota!

A segunda nota é sobre a questão da cultura! E, sem querer pretender erudições que não vão além da Wikipedia, neste caso, gostaria de fazer um conjunto de citações que nos parecem interessantes: *“A cultura assusta muito”, diz Lobo Antunes, ... “é uma coisa apavorante para os ditadores. Um povo que lê, nunca será um povo de escravos!”*... E também, dizia Aristóteles, dizia no seu tempo, interrogado sobre a diferença existente entre os homens cultos e incultos disse: *“A mesma diferença que existe, entre os vivos e os mortos”*. Já Agustina Bessa Luís, diria que: ... *“a cultura é o que identifica um povo, com a sua finalidade”*. Enquanto, que Fernando Pessoa disse em seu tempo, nós citamos sempre Fernando Pessoa, Camões não estava no Wikipedia neste dia, ... *“Cultura não é ler muito, nem saber muito, é conhecer muito!”*. E Virgílio Ferreira dizia que *“A cultura é um modo avançado de se estar no mundo, ou seja, a capacidade de se dialogar com ele”*. Já Dário Fo, para finalizar, dizia algo que é do nosso tempo, ... *“mesmo antes da Europa se ter unido ao nível económico, ou por outra, antes de se ter sido concebida ao nível dos interesses económicos e comerciais, era a cultura que unia todos os países da Europa. A arte, a literatura, a música, são os elos de ligação da Europa”*. Portanto, a partir deste conjunto de citações, arrancadas ao acaso num ecrã de computador dir-se-ia, que a cultura não é porventura, sempre, aquilo que mais suscita, a nossa preocupação. Consideramos nós, na bancada da CDU e certamente, partilhada por muitos de vós, a cultura é de facto, aquilo que de mais importante e de mais imortal significa no avanço da sociedade e neste andamento, a caminho do conhecimento de nós próprios. É por isso, que nós consideramos que a cultura é um terreno central de acção e de intervenção política. E é um campo de absoluta prioridade no exercício do poder local. E consideramos isto, dizendo que, no momento actual, num momento de grande ofensiva, sobretudo ofensiva política, a favor também da destruição da cultura, em que o país pode perfeitamente prescindir de um Ministério da Cultura, também ao poder autárquico importa, levantar os valores da cultura, os valores daquilo que nos faz ser alguém, com significado num mundo, que é um mundo da história dos antepassados e, da história nossa e, da história dos que hão-de vir. Interessa-nos que Coimbra tenha consciência do mapa de cultural de Coimbra. Coimbra, já não é só aquilo que se vê, nas grandes salas! Saber-se-á que em Pereira do Campo, o Celeiro faz subir ao palco actores, que a Fila Capa, tenha herdado alguma coisa dos velhos Cine Clubes, que as bandas filarmónicas, levem música a todas as crianças, e a todos os jovens, e a todos os velhos que pretendem inserir-se de forma solidária, na sua vida comunitária. Portanto, o conhecimento desta rede que é tão importante, é também por sua vez, muito importante, mas mais importante que isso, é tentar, através dos meios que dispomos, é coordenar esta rede, a favor da criatividade e a favor do tal conhecimento de que se falou ao início. O mapa cultural de Coimbra, não é, já de facto, qualquer coisa de desmerecedor.

O mapa de cultural de Coimbra é qualquer coisa de vasto e que exige o empenhamento dos actores principais, na coordenação de políticas, como é o Município, o papel do Município, na coordenação de todas estas vontades e na sua suscitação.

Temos interesse em que o acesso à cultura seja, qualquer coisa determinante na vida das pessoas! Ainda há pouco tempo, sem querer puxar para mim, o que quer que seja, tive ocasião, nomeado pela Ministra da Cultura de estar em Bruxelas, num grupo de trabalho que reuniu representantes de todos os ministérios da cultura da Europa e pude constatar, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

grande desagrado, que de facto o acesso à cultura, em Portugal, não é cuidado num nível que devia ser. Isto é, estamos de facto, muito atrás daquilo que são as condições de acesso à cultura dos cidadãos com dificuldades, de cidadãos com talentos, dos cidadãos com interesse. É também um aspecto que julgamos que deve ser cuidado.

Espaços da cultura! Temos um conjunto de grandes espaços de cultura e, o Município é de facto, um proprietário de muitos dos espaços de cultura! Faz-se, pratica-se, exerce-se, acontece cultura em Coimbra! Vai somar-se a todos esses espaços, o Convento de São Francisco. Falta um conjunto de ferramentas que sejam capazes de articular estas questões. Cultura, não é um mercado! Normalmente, quando se fala de cultura, fala-se do mercado! Cultura, mais uma vez, não é um mercado! A cultura é um conjunto de dados e um conjunto de conhecimentos que deve posto ao alcance dos cidadãos e para isso, deveremos de facto fazer o contrapeso daquilo que hoje é determinante nas nossas vidas, que é de facto, o lucro e o mercado, como seu instrumento principal.

Trata-se também de dar corpo, a um conjunto de iniciativas e de lutas que tem havido, por toda a nossa cidade e na nossa região, de valorização da cultura, enfim, posso realçar aqui o manifesto de apoio à cultura que de alguma forma, tem suscitado o interesse dos cidadãos, para estas questões. Nós continuamos a insistir na necessidade de criação de um órgão, que seja, um conselho municipal de cultura, chamemos-lhes assim, que seja, consultivo do município para elaboração das linhas mestras do orçamento municipal, por exemplo, para a cultura, sobretudo, enquanto estrutura de proposta na recomendação de políticas locais para a cultura, uma vez que, a cultura hoje é, um átrio de diversos intervenientes e não apenas, qualquer coisa, que se manda a partir de um gabinete, como é óbvio.

Continuamos a considerar que é necessário, a criação de um centro de recursos, que seja responsável pela cedência ocasional, de equipamentos diversos, nomeadamente, som, a luz, mobiliário de cena, etc., para apoio à actividade cultural.

Consideramos que é necessário, a criação de um espaço de cooperação, entre os pelouros da cultura e da educação e da acção social, capaz de mobilizar esforços a favor do acesso à cultura, por parte das crianças de todo o concelho, sendo aqui de realçar, os esforços que o pelouro da educação tem vindo a desenvolver, para criar um projecto educativo, que de facto, projecto educativo esse, que tem que ter, uma grande componente cultural e uma componente de mobilização dos actores culturais. Consideramos que o regulamento de apoios tem que ser revisto. Nós temos que fazer o apoio àquilo que merece ser apoiado e não, fazer uma gestão casuística dos apoios que o município pode prestar aos diversos agentes culturais. Consideramos que deve ser criado um centro de técnicas e de tecnologias tradicionais, baseado em saberes e ofícios, em actividade nomeadamente, naqueles que existem e que estão aprisionados, digamos assim, na Penitenciária de Coimbra, e que podem gerar ali a evasão mais desejável, que é a evasão dos saberes, de homens que têm conhecimentos ao nível da carpintaria, da marcenaria e da encadernação, etc... Temos que lançar a discussão pública, obviamente, e tem sido lançada, e neste momento, e em boa hora, existe um grupo de trabalho que se vai dedicar a resolver questões como a do Convento de São Francisco. Eu creio que já vou muito longe no meu tempo, se é que já não o terminei, mas queria apenas dizer o seguinte: Nós temos que ter equipamentos em Coimbra, para alojar projectos de pouca duração, oferta de salas de ensaio, criar um museu da música, beneficiando da colecção, que por exemplo, que Lousã Henriques tem, fazendo história, a história da viola



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

toeira e outros instrumentos que são fundamentais para o conhecimento de nós próprios. Instalar um arquivo de figurinos, criar de novo a agenda cultural, estabelecer condições de salvaguarda do património das Repúblicas, fundamental, para o conhecimento de nós próprios, criar meios de intercâmbio de realização, entre o espaço urbano e cultural, estabelecer pontes entre o roteiro cultural que possam criar, também, ligações entre a cultura e o turismo. Várias são as nossas preocupações, e vou terminar, as questões da cultura, consideramos serem no nosso Município, questões de primordial importância para as quais queremos apelar a cada um de vós. A cultura, não pode ser entendida, como o cachucho no anel de alguém, deve ser entendida, como uma ferramenta fundamental de aquisição da cidadania.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Ferreira (CDU):

Associação de Famílias Solidárias com Deficiência.

“No lugar de Pereiros, Freguesia de Castelo Viegas está a terminar um empreendimento pertença da Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência, sendo o seu custo de um milhão e trezentos mil euros.

Terreno da pertença da Câmara Municipal de Coimbra, foi cedido por esta para o efeito.

A arquitectura e a candidatura foram ganha aos Fundos Sociais Europeus por um milhão de euros prevendo-se que a instituição fique com um encargo de trezentos mil euros.

Destinado à deficiência profunda, esta Associação nasceu do seio de um grupo de pais e amigos com vontade de resolver os problemas de pais de pessoas com deficiência e de poder ajudar outros pais e famílias em iguais circunstâncias.

O Lar como é chamado tenta resolver a grande preocupação de quem tem estes filhos e sente a insegurança do futuro.

Tem doze camas para residentes fixos que já não tenham retaguarda familiar e temporários em sistema rotativo para períodos de descanso.

O Centro de Actividades Ocupacionais, espaço de ocupação, estimulação e conservação de capacidades está preparado para receber trinta utentes.

Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial e serviços de apoio administrativo ocupam uma área de 1508 metros quadrados.

A Segurança Social tem tido um papel relevante tanto em ajudas financeira como na fiscalização da obra.

A instituição está agora em fase de receber pré-inscrições de utentes e espera conseguir acordos com a Segurança Social para que estes utentes e famílias sejam chamadas a contribuir com mensalidades suportáveis.

Tudo estaria a correr sobre rodas se não existisse um senão com urgência de ser resolvido. Trata-se da construção dos acessos e infra-estruturas que estão dependentes da construção de uma via pública que também fará serventia ao empreendimento.

Sem essa serventia, não é possível a construtora concluir os arranjos exteriores. Nenhum veículo pode aceder ao espaço, muito menos dar-se início ao funcionamento, pois esse espaço está vedado a carrinhas, ambulâncias, ou qualquer outro veículo.

Com o compromisso do POPH e Segurança Social, afirmado recentemente em segundo termo de aceitação, após pedido de alteração de data de finalização para 30 de junho, a intranquilidade é muito grande.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Está em causa, reembolsos das verbas já gastas, penalizações por parte do POPH e Segurança Social, co-financiadores do projecto e dos futuros acordos de funcionamento.

Esta ainda em causa as respectivas certificações para se poder iniciar o funcionamento.

A Câmara Municipal de Coimbra, na pessoa do seu Presidente tem consciência desta realidade e da importância deste empreendimento social para o concelho, tanto no campo humano como até, na valia de trazer a criação de postos de trabalho.

O que correu bem e mal neste processo.

Após inúmeras reuniões com o executivo da Câmara Municipal de Coimbra anterior e dado que o caminho a infra-estruturar servia com grande utilidade as Freguesias de Castelo Viegas e Assafarge a Câmara Municipal de Coimbra decidiu, ser ela, a custear parte dessas infra-estruturas uma vez que a iluminação pública e as infra-estruturas para escoamento de águas pluviais seriam respectivamente da responsabilidade da Junta de Freguesia de Castelo Viegas e da Empresa Municipal Águas de Coimbra.

A fim de agilizar o processo foi-me pedido a mim Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas, à época, que, desenvolvesse todo o processo de concurso e nisso contaria com todo o apoio da Câmara Municipal de Coimbra, o que se veio a concretizar e na devida altura mediante a assinatura de um protocolo de delegação de competência a Câmara Municipal de Coimbra, transferia a verba para a junta a fim de proceder ao pagamento.

Processo, demoroso e complicado este do concurso, contou sempre com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra tendo sido esta parte integrante do júri.

Concluído o processo do concurso com o ato de consignação a obra viria a ter o seu início.

Com a mudança nas Autarquias, Câmara Municipal de Coimbra e Junta de Freguesia a obra viria a ser suspensa.

A suspensão da obra aconteceu porque o requisito legal, assinatura do protocolo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Coimbra e Junta de Freguesia de Castelo Viegas não se veio a concretizar, como tal, a obra nunca poderia ter conhecido o ato de consignação.

Nunca pensei que esse requisito não viesse a ser resolvido, por várias ordens de razão e até porque no ato de consignação estive a Câmara Municipal de Coimbra Não escondo também o facto do meu coração ter falado mais alto. Alguns dizem na praça pública que sou um criminoso, outros dizem que me deixei papar como um passarinho, afirmações que batem na couraça da minha indiferença e tudo o que fiz e continuo a fazer por aquela instituição voltaria a repetir independentemente das consequências. Sou um dos muitos voluntários que ali militam e estou pela causa de alma e coração.

Mas quanto à palavra feia do criminoso. Há mais criminosos e estão todos vivos e aqui na sala.

Primeiro criminoso, eu Carlos Ferreira, segundo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, terceiro Eng. Paulo Leitão, vereador com competências delegadas. Todos estão pela resolução de tão importante problema e eu dou aqui publicamente a minha cabeça, se é que ela vale de alguma coisa.

Quando me foi dado observar numa reunião camarária aonde o assunto foi apresentado pela presidente da associação da Associação de Famílias Sociais com Deficiência (AFSD), todos os vereadores mostraram sensibilidade para a resolução do problema e tanto o Dr. Barbosa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Melo como o Eng. Paulo Leitão se disponibilizaram para tudo fazer e corrigir o que correu mal.

Tem a AFSD notas de tudo o que se passou nas reuniões e dos compromissos assumidos, assim como, eu tenho notas pessoais que clarificavam a minha responsabilidade e fotocópias de documentos oficiais sobre a matéria.

Isto dará concerteza assunto para a feitura de um livro. Num mar que é o País, onde tudo de mau, de muito mau se passa, aonde a prisão não é para todos, este assunto nem uma gota de água é.

Para finalizar:

Senhor doutor Manuel Machado, apelo do coração à sua sensibilidade e generosidade.

Enterre o seu machado, dê tréguas por um instante e resolva este problema. Tenho conhecimento que é esse o seu propósito mas o tempo está a jogar contra. O mês de Abril está à porta, a empresa construtora vai embora em Abril e eu tenho sérias dúvidas que regresse a fazer o que fica a faltar.

Com dedicação e coração a coisa resolvesse. Estamos a falar em trocos (90 mil euros)

A esta Assembleia Municipal e ao seu Presidente apelo que tudo façam para que o sonho do Cavalo Azul se transforme em realidade e que acolha todos os necessitados nos quais se integra o Tiagolas, homem de 36 anos que há muito luta por dar aos pais alguns momentos de descanso.

Ajudemos na sua vontade.”

Como proposta e desejando que esta Assembleia use da sua generosidade, seja aprovado a dádiva da senha de presença do dia de hoje a favor da AFSD.

Muito obrigado.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

Requalificação zona Estádio Universitário.

“Para abreviar o mais rapidamente possível irei começar de imediato com as minhas questões, sendo que, sugeria, ou deixava no ar a possibilidade de estas virem ser respondidas pelos responsáveis directos de cada pelouro e não ser sempre por parte do Presidente da Câmara.

A primeira questão, é uma questão que defendi e tenho andado a defender ao longo de 4 anos do mandato anterior.

É a questão do lixo, e em nome da coerência trago aqui novamente esta questão e sendo mais concreto venho falar em toda a zona junto ao Estádio Universitário o talude da margem esquerda, que, a olhos vistos é uma vergonha para a Cidade de Coimbra, de facto, carece de uma requalificação o mais urgente possível porque está em causa a nossa imagem. Mais agora, que temos responsabilidades acrescidas, em termos de Património da Humanidade, e penso que quem dali olha para a cidade e olha a seus pés o que lá se encontra não se fica com uma boa impressão.

Lixo

A margem do rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude-Ponte carece urgentemente de uma intervenção consequente. O lixo acumula-se à vista de todos, o talude da margem está em avançada degradação, com inúmeras árvores e arbustos em crescimento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

agravando ainda mais a situação. As silvas servem de suporte ao lixo que os transeuntes vão deixando, bem como de “habitat” aos roedores que por ali coexistem ...

Entendemos que o local em causa carece de uma intervenção urgente, bem como a zona subjacente ao estádio Universitário necessita de uma requalificação em termos de melhorias do suporte estacionamento... está em causa um dos locais emblemáticos da cidade e a sua imagem.

Desemprego

No momento em que são reconhecidos os resultados dos quase 3 anos de governação da Coligação PSD/CDS/PP, importa recordar aqui alguns dados, atendendo a que a situação está longe do milagre económico que este Governo propagandeia de forma ilusória, e nalguns casos ilusionista até, querendo passar a imagem e a mensagem de que tudo está bem, de que tudo está no bom caminho.

Senão vejamos:

Ao fim destes quase 3 anos de governação houve um claro recuo do PIB em cerca de 6%, sendo que a dívida pública representa já 129% do Produto Interno Bruto, traduzindo-se na prática num aumento acima dos 30 mil milhões de euros.

Nestes 3 anos assistimos, fruto desta política errática de austeridade sobre austeridade, com cortes sobre cortes, e um voraz ataque à função pública e aos reformados, a um acumular de 151 mil novos desempregados, com a destruição de cerca de 330 mil postos de trabalho. Cerca de 200 mil portugueses viram-se obrigados a abandonar o País, à procura de outras oportunidades que o país já não lhes oferece. Sendo que parte significativa são portugueses altamente qualificados, nos quais destacamos os jovens pertencentes à geração mais qualificada de sempre.

Este Governo, cegamente obediente à Troika e aos mercados, conseguiu transformar aquilo que apregoa de sucesso, e estratégia de crescimento, numa prática generalizada de empobrecimento dos portugueses, agravando as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que beneficia os grandes interesses económicos e a banca.

Portanto, a redução dos números do desemprego não é fruto do crescimento económico, como querem fazer crer e como apregoam, mas sim, fuga para o estrangeiro de milhares de portugueses, muitos deles jovens e altamente qualificados; pela precariedade do mundo laboral, com horários reduzidos e simulacros de emprego através de estágios profissionais; pela eliminação estatística dos chamados inactivos, de pessoas que já desistiram de procurar emprego; bem como pelo malabarismo feito com os números apresentados, criando assim a falsa ilusão que estamos em franca recuperação neste sector.

Também o distrito de Coimbra tem contribuído para o engrossar das filas do desemprego, passando para cerca do dobro de desempregados se comparado com o que tinha há quatro anos a esta parte (16.800 para mais de 30 mil).

Face a esta realidade, e ao momento que se vive, em que o desemprego e a perda de rendimentos no seio das famílias possa acarretar incrementar os problemas sociais no concelho, é uma exigência também nós, enquanto deputados municipais, confrontar o Governo desta cidade perante a situação e tentar perceber quais as respostas que estão a ser dadas nesse sentido e qual o apoio ao nível da Acção Social que está a ser prestado.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

CHUC

“Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas Deputados, Munícipes:

Eu venho aqui falar, no mesmo tema que falei na minha primeira intervenção e que mereceu aliás, um amplo consenso das diversas bancadas.

É o problema da saúde e da função dos hospitais, em Coimbra. CHUC e a razão por que pedi a palavra, neste poucos minutos é que a escolha dos CHUC, como primeiro hospital no ranking, que costuma surgir anualmente, pode dar a aparência de que tudo está bem. Aliás, o Jornal Expresso, começa o seu artigo sobre esse ranking, dizendo que, *“A sabedoria popular diz que a união faz a força e, os doutores de Coimbra conseguiram prová-lo em pouco mais de um ano. Temido pelos possíveis efeitos adversos, a fusão dos hospitais da Universidade e dos Covões, parece ter dado nova vida à saúde, na região.”*

O presidente do CHUC, José Martins Nunes, à frente diz, que estes resultados demonstram. Ora bom, esta ideia, falsa e ilusória, este primeiro lugar num *ranking* que pode fazer parecer, e é de certa forma, os *rankings*, também servem para isso porque, como diz bem o nosso bastonário, o Bastonário da Ordem dos Médicos e todos nós médicos e profissionais de saúde sabemos, o *ranking* serve, para títulos de jornais e ninguém sabem muito bem o que significa, os critérios são extraordinariamente falíveis e baseiam-se em parâmetros grosseiros, estou a citar, o Bastonário da Ordem dos Médicos. De facto, esta questão dos *rankings*, aliás, só se entrava no aspecto do internamento, escamoteia, esconde, uma realidade que é diferente, que é prejudicial à cidade e à região e ao país, e, que nos deve preocupar a todos, na medida de profissionais de saúde, alguns aqui presentes, mas principalmente de cidadãos e de doentes ou futuros doentes, que seguramente e infelizmente, todos acabaremos por ser.

Na realidade, esta fusão tem mostrado que, como diz também o Bastonário, o CHUC, é inferior ao somatório dos CHC e dos HUC. Aliás, é frase que é utilizada pelo “Diário das Beiras” no último número, para também, citando, também o Bastonário, abrir a sua opinião. O Dr. Rui Pato aliás, aqui presente, também foi ouvido nesse aspecto, e diz e bem, que não concorda com a forma como foi feita esta fusão. O que é que isto quer dizer tudo? Quer dizer, que ao contrário do que é apregoado, os CHUC representam, não uma melhoria da saúde e da estrutura hospitalar em Coimbra, mas sim, um agravamento e um grave ataque à sua estrutura, à sua diferenciação, à sua coerência e à sua organização.

Na realidade, a fusão funciona um pouco como se em Lisboa, em termos futebolísticos, se dissesse que se ia unir o Sporting e o Benfica e depois se, se dissesse que o Benfica era o melhor do mundo! Seguramente, o Benfica podia ser o melhor, mas o futebol de Lisboa, não sairia beneficiado com essa fusão.

Na sua defesa, a administração dos CHUC e, nomeadamente, o seu director clínico, fala em coisas extraordinárias, falando, apresentando como objectivos de internacionalização e, dentro dos objectivos da internacionalização, fala de coisas que parecem tão importantes, como formar parteiras para Angola, mas, o mais original que vem aqui referido é, concorrer à construção e gestão de um Hospital na Argélia. Até agora, não soube, nem tive conhecimento, ninguém dos meus colegas me soube explicar o que era isto, mas de qualquer forma, toda a gente se ri e toda a gente acha uma irresponsabilidade, logo, que é apenas utilizado para os “*média*”, mas eu gostava de saber, qual o espírito, qual a ideia de um director clínico e da administração de uma Unidade de Saúde Pública, de uma Unidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Hospitalar Pública, se a ideia que tem, é de fazer acompanhar a construção ou a gestão dos hospitais na Argélia, em vez de se dedicar à melhoria da saúde na cidade, na região e no país.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Milagre (PS):

Conselho Municipal de Juventude

“Conforme certamente saberão, o fortalecimento da democracia participativa passa, de forma inequívoca, também, pelo papel que os jovens podem ter na sua comunidade no exercício democrático.

As responsabilidades que estes podem assumir, as decisões em que se podem envolver, a participação na vida política e associativa são absolutamente essenciais para as competências que os jovens podem desenvolver.

O Governo Português consagrou na Lei nº8 de 2009, de 18 de Fevereiro, o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, prevendo, à data da sua promulgação, um período de 6 meses para a criação deste fórum que tem como objectivo colaborar na definição das políticas de juventude da autarquia, assegurando a articulação e coordenação em áreas como o emprego, a educação, cultura, desporto e acção social. Esta, senhoras e senhores deputados, não é mais do que uma ferramenta ímpar de exercício democrático, ao serviço dos jovens; não é mais do que um inequívoco investimento na causa da juventude e constitui-se como uma transposição para o quadro legislativo de uma recomendação internacional da Carta Europeia do Conselho da Europa, do Fórum Europeu da Juventude e da Comissão Europeia.

O anterior executivo, contrariando aliás a tendência da maioria dos municípios portugueses, protelou indefinidamente a criação deste órgão de forma absolutamente incompreensível e injustificável, contraponto inclusivamente e de forma ilegal uma deliberação de carácter vinculativo aprovada por esta mesma Assembleia Municipal a 29 de dezembro de 2009. Portanto, o anterior executivo dispôs de quase 5 anos, senhores deputados, 5 anos para a criação deste órgão que Deus quis, o Homem sonhou mas a tutela teimou em nunca fazer nascer,, falhou... e a Juventude esperava, em 5 anos, mais, muito mais, do que tão só o lançamento e aprovação de uma proposta de regulamento para o CMJC.

Senhoras e Senhores Deputados.

A Juventude Socialista sempre se bateu de forma absolutamente incansável, ao longo de 5 anos, contra a inércia do anterior executivo para que o Conselho Municipal de Juventude fosse efectivamente uma realidade em Coimbra. E fê-lo, numa primeira fase, pela mão do Rui Duarte, de seguida, pelo André Oliveira e, por último, pela equipa que tive o privilégio de conduzir. Foram enviadas cartas ao saudoso então vereador da Juventude Luís Providência com recomendações para a criação do CMJ, lembrando que a criação deste órgão estava e está consagrada na Lei e, portanto, o município tinha necessariamente que o criar. Foi apresentada e aprovada, conforme já referi, uma moção nesta Assembleia que vinculava o executivo a proceder à criação deste órgão num prazo de 30 dias e, por último, num cenário já de desespero e de último recurso face aos ouvidos moucos, ao total alheio e à quase esquizofrenia do anterior executivo, foi feito um protesto, conforme alguns dos Srs. deputados certamente se lembrarão, nesta Assembleia.

Senhoras e Senhores Deputados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra é uma cidade que em muito se pode caracterizar, ao longo da sua história, pela sua marca de irreverência e como um inquestionável player nacional de excelência em matéria de políticas de juventude. Assim, este terá necessariamente de ser o momento de abrir portas para uma nova era de participação democrática juvenil em Coimbra, onde a voz dos jovens e da suas organizações passará, de forma inequívoca e intransmissível, a ser parte integrante da gestão autárquica, através dos seus representantes legítima e democraticamente eleitos.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria que o Sr. Presidente da Câmara informasse esta Assembleia:

-Se a criação do Conselho Municipal da Juventude está na agenda do executivo;

-Se sim, o que é que está a ser feito para cumprir esse desiderato;

-E, por último, se é possível avançar com uma previsão temporal para a criação deste órgão.”

Intervenção do Presidente da UF Santa Clara e Castelo Viegas:

IMI

“Na última Assembleia, eu abstive-me, na votação do IMI, porque achei que a minha freguesia de St^a Clara ia ser beneficiada com 0,1%, como prometeu o senhor Presidente da Câmara.

Estive a ver nas dotações da Câmara para a Junta de St^a Clara, e passamos de 2013, para a dotação de 2009, portanto St^a Clara andou para trás 5 anos, na dotação da Câmara, em vez de, acrescentar mais qualquer coisa que seria 0,1% do IMI. Também Castelo Viegas que se uniu a St^a Clara andou para trás apenas 1 anos. Isto é, para lembrar o senhor Presidente da Câmara que, ele tem a fasquia muito alta agora porque também é Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e de certeza que não quer ficar atrás do Mário de Almeida nem do Fernando Ruas, quando as Cidades deles, hoje Vila do Conde é das cidades costeiras melhor arrançadas e a cidade de Viseu ficou numa das melhores mais desenvolvidas de Portugal. Portanto, o Dr. Manuel Machado tem a fasquia muito alta e tem de puxar muito por Coimbra, é uma tarefa difícil mas vai conseguir.

Sujidade nas margens do Mondego

Outro assunto, queria falar nas margens do Mondego, eu aqui algum tempo dizia se uma ponte pudesse ser feita com uma margem, St^a Clara não teria nenhuma ponte, era numa altura que defendia e continuo a defender toda a margem esquerda na sua essência, mas as margens de facto estão péssimas, tanto a margem direita como a margem esquerda, a margem direita, até à estação é vergonhoso, não só o perigo que está tudo a cair para o rio mas também a sujidade.

Sobre Santa Clara, o deputado Mário Carvalho falou, e muito bem, do lixo, eu acrescento muito mais, queria acrescentar que já há 6/7 anos que ando a pedir ao Município de Coimbra para tirar aquelas roulottes que têm um ambiente de sujidade, já não basta aquilo ser de ninguém a Praça das Cortes, que até era a 1^a fase do Parque Verde do Mondego, mas que ficou para trás. É uma vergonha, quem atravessa a Ponte de Santa Clara e vê toda aquela sujidade.

Santa Clara é visita da diariamente por turistas, para o Convento de Santa Clara-a-Velha, Exploratório e Portugal dos Pequenitos e não pode ter tanta sujidade.

Valas na via pública



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Queria fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, pedido este, que já o tinha feito ao anterior executivo e que nunca se concretizou.

As empresas que pedem para fazer intervenção na via pública, que devem dar conhecimento à Junta de Freguesia. Hoje, tenho armários da PT, no meio das ruas, onde não se pode circular, tenho toda a freguesia escavacada, todos os milhares de euros que gastamos em alcatroamentos, está tudo rebentado. Alcatroamos e logo em seguida vem a EDP, faz buracos, o Gás, as Águas de Coimbra etc. e assim ficam as ruas todas escavacadas, não vale a pena estarmos a gastar dinheiros dos protocolos para alcatroar, penso que até é um mal investimos, estarmos a gastar dinheiro para deitar fora. Acabamos de arranjar as ruas, os outros vêm e fazem buracos, a Junta não sabe de nada, a Câmara não nos comunica como também não fiscaliza e assim ficam as estradas em péssimo estado.

Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS/PP):

Homenagem a Jorge Lemos

“Não posso deixar nesta intervenção de recordar, mais uma vez, a memória do Eng.º Jorge Lemos, não obstante a homenagem que colectivamente já lhe prestamos. De referir o gosto que tive estar com ele em muitas situações.

Conheci-o quando era vereador nesta Câmara Municipal na resolução de alguns problemas que dependiam dele na altura, e achei três características o identificavam como uma pessoa adequada para aquelas funções e que ele exercia e usava no exercício das suas funções. Era uma pessoa muito atenta, muito diligente e sobretudo muito frontal, não estava com rodeios, dizia logo se poderia ser assim ou não, foi sempre a qualidade que eu apreciei muito nele, que depois vim a saber que era a sua imagem de marca.

Quero referir outro aspecto que ainda não foi realçado e que, Coimbra também lhe deve muito. É a sua presença no âmbito do associativismo desportivo, aonde eu o conheci melhor, funções que exercemos simultaneamente na Associação Futebol de Coimbra. Aí pude verificar não só o empenho que tinha na resolução das questões, mas sobretudo a ideia avançada que ele tinha para o desenvolvimento desportivo de Coimbra, e que, curiosamente ainda de facto a vida é desgraçada, ainda o ano passado em Abril falamos disto e infelizmente já não se encontra entre nós. Portanto, era este aspecto que queria realçar, que, ele trabalhava e pensava por Coimbra. Portanto, acho que para além do voto de pesar que lhe prestamos, peço à Câmara Municipal, que não deixe a este propósito de lhe prestar a devida homenagem.

Convento S. Francisco

Outro assunto que gostava de falar, diz respeito, ao Convento de S. Francisco, é uma questão transversal que nos preocupa a todos nesta Assembleia Municipal, e que, o senhor Presidente da Câmara resolveu levar na visita que fez com os órgãos de comunicação social ao Convento de S. Francisco e com a Comissão que foi criada no âmbito desta Assembleia para acompanhar essa obra, em boa hora o fez, porque, de facto, é um problema que pelos vistos vai durar, espero bem que não, mas a minha experiência aponta no sentido contrário.

Em todo o caso queria deixar aqui uma sugestão, aproveitando a criação do site da Assembleia Municipal, que fosse, não digo na totalidade, mas pelo menos disponibilizada toda a informação relativa a esta questão, sobre o Convento de S. Francisco, quer das deliberações que a Câmara vai tomando, quer dos eventuais documentos que possam ajudar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Comissão e que torna mais na minha perspectiva, mais transparente e mais clara a actividade dessa Comissão e também perante os membros desta Assembleia Municipal.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

Homenagem a Jorge Lemos

“As minhas palavra em nome da Bancada da Coligação “Por Coimbra” do (PPD/PSD/PPM/MPT) são para evidentemente para Jorge Lemos.

Queremos não só associarmo-nos ao voto de pesar, queremos sobretudo destacar a sua generosidade, a sua bondade, também a sua competência, o seu dinamismo e expressar à sua família em particular, renovar a expressão do nosso pesar, e expressar também à sua família socialista o nosso reconhecimento pelo grande homem, óptimo edil, um grande autarca, uma pessoa que nos privilegiou com a sua presença e que nós queremos aqui destacar.

Ele compreenderia bem o que vou dizer a seguir, porque eu tenho com ele até a título pessoal na sua passagem de testemunho na Câmara, em áreas comuns de trabalho, sei bem do seu fair-play democrático e do seu espírito democrático, e sei bem que ele seria o primeiro se hoje aqui estivesse presente a ouvir estas palavras, pensando com critério se tem ou não tem a lucidez suficiente e se são ou não são palavras justas.

Protesto à condução das Assembleias

As minhas segundas palavras são de protesto, junto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e junto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, também enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Não é uma vaidade efémera ser Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, é uma responsabilidade acrescida.

Há uma confusão que reina e que nos arrasta a todos na impreparação que é visível das Assembleias Municipais e na própria gestão camarária, há uma confusão entre órgãos designadamente na Assembleia e Câmara Municipal há uma ilegalidade consecutiva na disponibilização dos documentos, na convocatória devida das Assembleias, nos trabalhos que democraticamente devemos prosseguir, estudar, fundamentar, como à pouco dizia a CDU e muito bem, temos que fundamentar e estudar melhor as propostas que aqui vêm, e para isso precisamos de tempo, e o tempo próprio, o tempo que a democracia exige.

Apresentam-se documentos à Câmara à última da hora, que são documentos diferentes que vêm à Assembleia Municipal.

Depois de pedidos formais da nossa bancada, tivemos meses à espera das atas da Assembleia Municipal, quando está em causa a impugnação judicial da decisão sobre o IMI, uma decisão que tem a ver com impostos, tem a ver com contribuintes e impostos que esta Câmara quer arrecadar junto das famílias, e mal, porque a decisão da maioria desta Assembleia foi contrária, e portanto, há uma forte ilegalidade, nós provaremos, mas deixaremos que os Tribunais se pronunciem.

Há uma ocultação premeditada e propositada, daquilo que foi a realidade das Assembleias Municipais de forma a tentar que, burocraticamente se faça o IMI, sobre as famílias e as pessoas e não se respeite a vontade expressa da Assembleia.

A Assembleia recusou a proposta que a Câmara agora está a aplicar.

Portanto, essa é uma matéria que, de facto, o Tribunal Administrativo, a Inspeção-Geral de Finanças, ou a Provedoria de Justiça tem que avaliar!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Há um ambiente pré-abril novamente nesta Câmara Municipal de Coimbra. Há um ambiente de sonegação, de intimidação de ocultação, veja-se a delegação de competências nos vereadores, tem hoje delegações de competências inferiores a alguns Directores Municipais, têm cinco mil euros para poderem distribuir; os assuntos da Câmara, as prestações de serviços deixou de ir à sessão de Câmara, as prestações de serviços já não carecem, é o senhor Presidente que decide quais são as prestações de serviços que se fazem, algo que era do ponto de vista de transparência democrática e um adquirido histórico da nossa Câmara deixou-se de se fazer. Vejam-se as sessões de Câmara, o número de pontos de cada ordem de trabalhos, é certo que a Câmara por um lado está parada, é verdade, que, a Câmara parou, mas ao mesmo tempo a ideia é não distribuir informação.

Pedidos dos vereadores de acesso ao orçamento, ou pedidos de documentos do Convento de S. Francisco, são indeferidos pelo senhor Presidente que é o tal Presidente democrático da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Portanto, com toda a frontalidade em nome da “Coligação” quero dizer que considero que há forte ilegalidade e que nós não estamos disponíveis, apesar do nosso benefício, da dúvida na gestão, na transposição dos dossiês, da acomodação da nova equipa camarária, há novas orgânicas, novos mecanismos de funcionamento, há diferenças estratégicas, nós hoje vamos discuti-las sobre as juntas de freguesia nós éramos favoráveis a uma descentralização de competências, com reforço de competências, e de financiamento das freguesias, o Partido Socialista não é, nós respeitamos isso, nós respeitamos que queiram fazer o inverso.

Mas, isso é discussão política, outra coisa, diversa é nós termos como intimidação, centralização, ocultação de dados e de informações que são relevantes e ilegalidade. Isso nós não poderemos permitir, portanto senhor Presidente já sabe que no âmbito do regimento nós propusemos com salvaguarda de vários direitos incluindo o do próprio Presidente e dos Vereadores se puderem dirigir à Assembleia Municipal, mas para nós outras questões importantes no aumento da transparência desta Assembleia Municipal, porque não fazer em vez destas atas ridículas passado seis meses porque não fazer um “string” directo para que as pessoas queiram aceder possam ver, a própria Assembleia Municipal. Porque não aumentar a gravação das sessões e distribuir a gravação a cada grupo de forma como meio lícito, que é aceite pelos Tribunais para verificar aquilo que decorre nas Assembleias Municipais.

Sabemos que o senhor está sensível para efeitos de regimento, mas não poderíamos deixar de fazer este protesto formal da nossa coligação.

Quero deixar duas notas:

-A questão do IRS, no manifesto do Partido Socialista, aparecia expressamente em setembro de 2013 que iríamos diminuir para metade, devolvendo o IRS que o Município pode dispor das famílias dos contribuintes de Coimbra, não há nenhuma alteração do IRS das famílias e dos contribuintes de Coimbra!

Não vou mais perdoar cada uma destas falhas, senhor Presidente, porque elas são obviamente propositadas.

Fazer auto-dor sobre a diminuição dos impostos e fazer exactamente o contrário três meses depois, é obviamente má fé política.

Municípios como Lisboa pouparam 28 milhões de euros aos seus contribuintes e mais setenta e um municípios de todo o país, pouparam vários milhões de euros aos seus contribuintes, isto de facto em Coimbra poderia ter sido feito e não foi feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-Sobre o Centro de Congressos, dizer que, queremos acompanhar de perto e agradecemos a visita que foi promovida, foi útil 90% da obra está concluída, faltavam 10%, gostaríamos que a obra fosse aberta para usufruto público em 2014, e vamos esperar pelos resultados.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

Homenagem a Jorge Lemos

“Queria começar por elogiar Jorge Lemos.

Em nome da CDU destacamos um aspecto extraordinário do seu carácter, uma frontalidade no ataque as ideias contrárias às dele, no caso das próprias posições da CDU. Confrontamos, muitas vezes, com posições contrárias às nossas, mas, apresentadas de uma maneira séria e frontal o que não acontece com toda a gente, Opositores destes, nós CDU, admiramos pela sua honradez.

Educação

Um outro assunto, as questões relacionadas com a educação.

A CDU tem sistematicamente colocado questões sobre a Educação nesta Assembleia Municipal e continuaremos a fazê-lo, sempre que considerarmos importante para melhorar a situação dos alunos e das famílias do concelho.

Na Assembleia Municipal de Novembro a CDU colocou a questão do financiamento público, feito pela Câmara, dos transportes escolares dos Colégios Privados (Particular e IPSS).

Sabendo que esse financiamento foi feito pelo anterior executivo, chamamos a atenção para que se altere nos próximos anos escolares essa situação e que se cumpra o que o que o actuais Vereadores defendem.

Não se coloca somente a questão económica e ética, de gastos públicos que beneficiam os negócios privados (cerca de 166.300 euros para colégios privados e 127.534,86 euros para (IPSS) mas a questão de estes transportes irem até buscar crianças fora do concelho de Coimbra, devido ao facto de terem sido “aliciados” as famílias e os alunos pelos colégios, como é o caso do financiamento ao Centro Educativo de Ançã porque vem buscar crianças de Antuzede, S. João do Campo, S. Silvestre e Vil de Matos. Também o Colégio de S. Martinho vai buscar alunos às freguesias a todo o concelho incluindo Stº. António dos Olivais que tantas escolas públicas tem subaproveitadas pois têm menos alunos do que poderiam ter.

Também podemos fazer um esforço para que os transportes camarários — os SMTUC - melhorem os transportes que servem os alunos do ensino público. Veja-se como exemplo, alguns alunos do Ingote tem de utilizar dois transportes, sair de um e entrar noutro para virem para a escolas públicas de Coimbra, entretanto à sua porta passa a carrinha do Colégio de Lordemão, que os leva directos ao colégio.

Veja-se outro exemplo, o caso dos alunos da Secundária Quinta das Flores, do Conservatório de Música e do ISEC, que os autocarros passam em frente ao Continente, quando poderiam ir por trás passando pelas escolas, lembro que há crianças do 5º ano de escolaridade que frequentam duas dessas escolas. Isto é, quem vai fazer compras ao Continente podia sair na rua das escolas e as crianças não tinham que atravessar ruas.

Sei que os SMTUC estão a reorganizar as linhas, e chamo aqui a atenção a necessidade de desta reorganização pensando nos transportes para as escolas públicas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sabemos que este apoio ao ensino privado faz parte da política de direita que descapitaliza a Escola Pública, para depois se dizer que não serve os interesses dos alunos e famílias, e para isso financia descaradamente o privado. No ano de 2012-2013 o Ministério da Educação financiou os privados no Distrito de Coimbra em 18.948.479 euros, como já foi afirmado pela CDU.

É preciso alterar esta política e defender a Escola Pública.”

Intervenção do deputado municipal António Sequeira (PS):

Portugal 2020

“O Acordo de Parceria que Portugal propôs à Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adopta os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal.

Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Acontece que o centro, norte, Alentejo e Açores se inserem nas Regiões menos desenvolvidas com um (PIB per capita <75% da média UE) ao invés de Regiões mais desenvolvidas como Lisboa e Madeira que apresentam um (PIB per capita > 90% da média UE).

Para os mais atentos e a fazer fé na manchete do Jornal de Notícias de segunda-feira passada, Lisboa no ano passado já tinha recebido 200 milhões de euros de fundos europeus que estavam destinados às regiões mais pobres do país, como o Norte, o Centro e o Alentejo, com recurso ao mecanismo difusor “Spill Over” injusto e perverso, quando não aplicado nas próprias regiões

Sei por experiência própria como gestor de programas operacionais da dificuldade em momentos de crise, as PME candidatarem-se a fundos estruturais. É a complexidade das candidaturas, é a burocracia que impera na administração pública e os entraves da banca ao financiamento.

A lógica a presidir a tal reafectação de verbas comunitárias seria numa lógica de Coesão territorial e solidariedade entre regiões menos desenvolvidas em detrimento do centralismo por parte de Lisboa por mecanismos de reprogramação de verbas.

O Governo assumiu por opção política que este mecanismo só será accionado em circunstâncias excepcionais. Veremos se não será uma regra em detrimento da excepção.

Estejamos vigilantes e façamos valer a nossa razão.

Senhor Presidente da Câmara;

O Partido Socialista está preocupado com o Metro Mondego. O Primeiro-Ministro Passos Coelho, estando em Coimbra numa reunião partidária em 19 de Janeiro de 2014 aí afirmou: “Nunca me comprometi com o Metro” e isto mesmo nas reuniões que manteve com o anterior Presidente da Câmara Dr. Barbosa de Melo. As palavras são do Primeiro-Ministro, Senhor Presidente Dr. Manuel Machado. Nós socialistas elegemos aqui nesta Assembleia Municipal o projecto Metro Mondego, sempre e no seu todo, como uma “Questão Coimbrã”. Da Lousã ao Hospital da Universidade, passando pela abertura do chamado canal da Baixa.

O despacho 11215-A/2013 criou o Grupo de Trabalho para as infraestruturas de Valor Acrescentado que tem a missão de apresentar ao Governo recomendações sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

investimentos em infraestruturas. E ao governo cabe a Decisão Política. Estará no espectro do Sr. Primeiro-Ministro não considerar o projecto do Metro Mondego na “categoria de prioridade”. Nós Socialistas de Coimbra estamos muito preocupados com as intenções manifestadas pelo Primeiro-Ministro Passos Coelho, em Coimbra e em reunião partidária do PSD.

Poderá o Senhor Presidente da Câmara tranquilizar-nos sobre esta matéria?”

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Quero fazer um cumprimento especial ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo pela rapidez com que, nos fez chegar as actas das primeiras reuniões desta Assembleia que as solicitei por requerimento.

Como dirigente associativo, não poderia deixar de reforçar as palavras há pouco dirigidas pelo deputado Manuel Milagre, já lá vão alguns meses de mandato e ainda não há nota sobre o Conselho Municipal de Juventude. Essa é de facto uma preocupação que também tenho. O Regulamento do Conselho Municipal de Juventude já foi aprovado e talvez tardemos por algumas novidades sobre o assunto.

À parte de todas as trapalhadas e falta de transparência desta Câmara Municipal, regresso a esta Assembleia com grande preocupação. Parece-me que a cidade começa a aperceber-se do tipo de pessoa que decidiu perdoar e voltar a eleger para liderar Coimbra.

Bem distante de António José Seguro, recentemente chamado de Rute Marlene da Política Portuguesa porque “olha para a direita e pisca, pisca; olha para a esquerda e pisca, pisca”, o Dr. Manuel Machado, sentado na cadeira de chefe, não pisca nem capisca.

Se de música pimba se tratasse, o Dr. Manuel Machado faria talvez lembrar a Susi, recentemente escolhida para representar Portugal no Festival da Eurovisão: é que apesar de ter conseguido levar alguns na cantiga, o Dr. Manuel Machado agora depois de eleito, já tem muita gente a arrepender-se.

Arrependimentos à parte, trago novamente a esta Assembleia uma questão levantada em Janeiro pela deputada Joana Martins. Recordo todos os deputados da situação de sete Clubes do Concelho com quem foi celebrado um Contrato Programa essencial para garantir a sua sobrevivência.

Temos hoje connosco, nesta sala alguns dos seus jovens dirigentes que aqui vêm reforçar o alerta a que o executivo teima em se manter insensível.

Todos conhecemos o contexto e a urgência de resolução deste problema: estes sete clubes, frequentados por mais de 4 mil de atletas da nossa cidade, enfrentam o risco de encerramento, encerrando por dívidas que há meses contavam ter resolvidas se a Câmara Municipal de Coimbra cumprisse o seu compromisso como pessoa de bem que devia ser.

Há casos de clubes que se encontram impedidos de movimentar as contas e até de jovens dirigentes em vias de ver os seus bens pessoais penhorados se o problema não for resolvido com urgência.

Como saberá o Sr. Presidente da Câmara, o protocolo assinado não foi nunca revogado, tendo até sido assumido como dívida, em declaração da Câmara Municipal de Coimbra. Não tendo sido paga a primeira tranche acordada (para 31 de Outubro), a Câmara Municipal de Coimbra encontra-se já em total incumprimento do prazo de 90 dias de pagamento assumido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

pela Lei dos Compromissos. Tal facto, constitui um crime pelo qual os senhores aqui sentados poderão ter de responder.

Bem sei que tentou ludibriar os clubes com pequenos torneios em que lhes dava umas migalhas para se irem aguentando. Mas não se trata de mandar areia para os olhos, Dr. Manuel Machado.

Cumpra os compromissos da Câmara Municipal e deixe-se de ajustes de contas políticas: se não resolver o problema urgentemente, poderá hipotecar o futuro destes clubes, dos seus atleta e jovens dirigentes cujo único crime que cometeram foi acreditar na sua palavra.

Assim ponho aqui à votação a seguinte recomendação com os considerandos que vos são distribuídos:

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida aos 18 dias do mês de Março de 2014, recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que se cumpra o Contrato Programa para Formação Desportiva, celebrado no ano 2013 com os Clubes Eirense, Adémia, Brasfemes, Cernache, Almalaguês, Esperança e Souselas e se transfiram de imediato os montantes relativos às tranches em dívida.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):

Proposta de criação de Associação

“Gostaria de fazer uma intervenção um pouco diferente, ou seja, devemos pensar sempre no sentido de uma revalorizar e de uma potenciação do papel de Coimbra na Cultura, no Património, na Educação, no Turismo e em outras tantas actividades de desenvolvimento nacional e internacional criando redes e roteiros obrigatórios com a marca Coimbra.

Certamente que muitos se recordaram de momentos recentes, não só a Universidade de Coimbra, Alta e Sofia - Património Mundial da Humanidade (UNESCO), como também o prémio à Biblioteca Joanina da UC, Museu Machado de Castro Prémio Melhor Museu Português, no ano 2013, como o Prémio sobre Reabilitação da Alta de Coimbra já em 2014.

Como vêm foi uma série de coincidências que nos levam, apelar àquilo que numa primeira intervenção teve o meu colega Manuel Rocha recordando a importância da Cultura e a importância maestra que pode ter intervenções não de música pimba, mas de testemunhos que eu gostaria hoje de poder trazer, caso nós tivéssemos meios tecnológicos e sobretudo a interpretação que tem sido muito utilizada do maestro italiano Riccardo Muti falando sobre o poder da cultura, no caso a Itália em que ele conseguiu em 2011, tornar um instrumento notável de mudança e de pensamento numa Opera.

Recordando este momentos e também um pouco, recorrendo às fontes institucionais também à Wikipedia, queria só apresentar quatro propostas.

Assim apresentamos quatro propostas para serem ponderadas caso mereçam o interesse da Câmara de Coimbra, e priorizadas, no todo ou em parte, conforme a importância e as realidades políticas, culturais e económicas o permitirem:

1.Proposta de criação de uma Associação de cidades/lugares/monumentos nacionais património mundial da UNESCO (as 17 acima referidas);

2.Proposta de geminação da cidade de Coimbra com as 10 capitais das cidades de Países com língua oficial portuguesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Países com língua oficial portuguesa:

País	Área	População	Percentual do total de falantes	Região
	10.740.67	258.456.61	99%	
 <u>Brasil</u>	8.510.767,049	201.032.71	78,58%	América do Sul
 <u>Moçambique</u>	801.590	22.061.45	8,85%	África
 <u>Angola</u>	1.246.700	20.609.30	6,59%	África
 <u>Portugal</u>	92.201	10.848.69	4,48%	Europa
 <u>Guiné-Bissau</u>	36.544	1.586.00	0,66%	África
 <u>Timor-Leste</u>	14.874	947.00	0,39%	Oceânia
 <u>Cabo Verde</u>	4.033	420.97	0,17%	África
 <u>São Tomé e Príncipe</u>	1.001	157.00	0,06%	África
 <u>Macau</u>	28,63	538.00	0,04%	Ásia
 <u>Guiné Equatorial</u>	28.051	616.45	0,01%	África

3. Proposta de geminação da cidade de Coimbra, aproveitando o que fez a Universidade de Coimbra ao criar uma rede com as quatro cidades Universitárias, mas, agora a Câmara poderia associar-se fazendo essa proposta de geminação com as cidades universitárias Charlottesville; Alcalá de Henares; Caracas; México.

E finalmente faríamos um pouco para acentuar, promover a reflexão, não sei se antes, se no momento mais 2015/2016, talvez no Convento de S. Francisco, um Seminário Internacional naturalmente com vários intervenientes não apenas da Câmara o papel da UNESCO na valorização da cultura e do património.

Disse."

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

Instalação de grande superfície

"Boa tarde a todos os presentes!

Nesta breve intervenção, gostaríamos de chamar a vossa atenção para dois assuntos que nos parecem de particular relevância para a cidade de Coimbra e seus municípios.

A primeira tem a ver com a instalação de uma superfície de venda de artigos de mobiliário no planalto de Santa Clara.

Os argumentos que sustentam a sua vinda para esta cidade, são as vantagens económicas e sociais. Quer do ponto de vista económico, quer do social as vantagens não nos parecem claras. De facto, todas as empresas que se instalem em Coimbra geram negócio mas no caso concreto implicam a destruição de outros negócios mais pequenos mas em maior número, muitos dos quais são o sustento de várias famílias. Também do ponto de vista de criação de postos de trabalho, importa analisar a criação líquida dos mesmos. Se a loja da referida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

multinacional cria efectivamente vários postos de trabalho, vai seguramente destruir muitos outros já existentes nesta cidade, sendo o balanço final uma diminuição do total de postos de trabalho com o consequente aumento do desemprego já de si com valores bastante altos na região.

Na nossa opinião, ainda mais questionável é a localização escolhida! Porquê o Planalto de Santa Clara? Porquê instalar esta superfície comercial numa zona ainda não edificada e com um conjunto de espécies florestais protegidas por lei? E uma riqueza, quer da fauna, quer da flora. Porque não se propôs a sua instalação em zonas já edificadas e com o solo já impermeabilizado? Porque não se propôs a sua instalação em zonas votadas ao abandono e já bastante degradadas? Apenas a título de exemplo, relembro que na freguesia de Eiras existe uma vasta zona industrial e comercial com os solos já impermeabilizados, com construções abandonadas e que com um investimento menos avultado e com um prejuízo ambiental incomparavelmente menor poderiam vir a beneficiar da instalação deste tipo de superfícies.

Assim, o grupo municipal da CDU vem por este meio exortar a Câmara Municipal a rever a sua posição e a tomar todas as medidas ao seu alcance para evitar a destruição dos sobreiros ainda existentes no Planalto de Santa Clara, a impermeabilização dos solos e a inevitável sobrecarga de trânsito com a instalação e funcionamento de tal superfície comercial.

Empresa Geral do Fomento

O segundo ponto que gostaria de abordar tem a ver com a privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF).

Provavelmente para muito de nós sabemos do que se trata, muitos dos munícipes não tem a menor ideia do que é a EGF.

A EGF, detém nada mais de 42% do património da Empresa de Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC);

Os últimos anos têm sido marcados por uma linha continuada de brutal desmantelamento dos serviços e funções do Estado e de imposição de medidas de ataque aos trabalhadores da administração pública e, consequentemente, à população.

A fusão, extinção e encerramento de serviços, o despedimento de trabalhadores e o afastamento cada vez maior da administração pública dos cidadãos, iniciado pelo PS e prosseguido pela coligação PSD/CDS, quer nos governos, quer no poder local, têm em vista a paralisação das autarquias e o bloqueamento dos meios do Estado em geral, entregando as suas responsabilidades e competências aos interesses privados. Estas medidas têm ainda um papel decisivo no empobrecimento e descaracterização do regime democrático.

A privatização de um bem público e essencial como a água, bem como do saneamento ou dos resíduos, transforma o direito universal a estes bens e serviços essenciais em mercadoria, põe em risco o acesso das populações, retira-lhes a possibilidade de intervenção democrática na sua gestão e trará como consequência o aumento dos tarifários.

Perante este quadro, o grupo parlamentar da CDU, dando cumprimento ao seu programa eleitoral, vem:

Defender intransigentemente a manutenção e a qualidade dos serviços públicos do concelho;

Opor-se à privatização de serviços públicos no concelho, nomeadamente a coberto de conceitos mistificadores como o da “externalização” de serviços;

Defender a propriedade e gestão públicas da água, do saneamento e dos resíduos como um bem essencial à vida;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

É pois com base nestes pressupostos que apresentamos a moção em anexo que certamente acolherá boa apreciação junto dos deputados aqui presentes.

MOÇÃO

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DO FOMENTO (EGF)

Considerando que,

- A Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF) detém mais de 40% da Empresa de Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC);
- Os serviços de gestão de resíduos urbanos foram, de 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas Autarquias Locais e pelos seus órgãos democraticamente eleitos;
- Estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia;
- A adesão dos municípios ao Sistema Multimunicipal (SMM) tinha como pressuposto a manutenção da natureza pública dos bens;
- A alienação das participações públicas do Estado na sociedade com a venda da EGF a privados abre a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas, subvertendo as condições que levaram os municípios a aceitar integrar os SMM.

A Assembleia Municipal de Coimbra reunida em 18/03/2014 delibera:

1. Rejeitar o processo de privatização da EGF;
2. Exortar o município a adoptar todas as medidas para preservar no domínio público a competência do tratamento de resíduos sólidos urbanos.”

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Nesta minha primeira intervenção de mandato, faço votos de muitos êxitos pessoais e profissionais, para todos os presentes e em particular para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho, nas importantes funções que passou a desempenhar. Faço votos para que tenha um bom mandato e que não sofra por parte dos seus companheiros de bancada, atitudes menos respeitadas, como aconteceu com o seu antecessor que muitas vezes foi maltratado vilipendiado nesta Assembleia.

O PSD e os seus parceiros de coligação CDS e PPM, ganharam as eleições em finais de 2001 e governaram o Município de Coimbra, durante os três mandatos, com a liderança do Dr. Carlos Encarnação e do Dr. João Paulo Barbosa de Melo, a quem muito agradecemos o empenho e a visão que tiveram para o engrandecimento de Coimbra.

É importante fazermos um balanço, mesmo que sintético, deste período e da importância que teve para o desenvolvimento da cidade e do concelho.

Em 2001 o Município encontrava-se estagnado, não se vislumbrando um futuro de desenvolvimento. O tecido empresarial encerrava as principais unidades: da cerâmica à alimentação, das bebidas aos lanifícios, da serralharia às tipografias, etc, etc. era um fechar de portas no tecido industrial e comercial da Cidade. Em suma, a indústria definhava. O comércio tradicional tinha iniciado o seu declínio, encerrando as suas lojas na baixa e na alta da cidade. Lentamente foram desaparecendo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

As acessibilidades degradadas e muitas, inexistentes, equipamentos desportivos e culturais obsoletos e insuficientes, parques empresariais inadequados às necessidades de novos projectos, equipamento escolar sem condições, etc., Na saúde, centros e extensões de saúde deficientes e as obras do novo Hospital Pediátrico não arrancavam apesar de há muitos anos se vir a discutir este hospital. As instituições da cidade estavam de costas voltadas, não colaborando e não sendo motivadas para projectos conjuntos, inovadores e criadores de riqueza para as populações e para o Município.

Hoje a cidade e o concelho, são consideradas das regiões com melhor qualidade de vida. Estes doze anos foram de trabalho intenso, conjuntamente com todas os sectores sociais, entidades institucionais e promotores de desenvolvimento.

Nas acessibilidades foram construídas a circular do Tovim à Casa do Sal, Ponte Açude à Cruz de Mourouços, Ponte Rainha Santa Isabel à Portela e Parque de Campismo. Nas Pontes, passámos da velhinha Ponte de Santa Clara, e da ponte de caminho de ferro, às novas pontes Rainha Santa Isabel, da Portela e a de Pedro e Inês. Nos equipamentos desportivos, do velhinho Estádio, passámos a um Estádio moderno, com complexo de piscinas e Pavilhão Polidesportivo e um fórum comercial inovador que passou a dinamizar toda a área da Solum, criando centenas de postos de trabalho.

O compromisso vinha do passado, mas foi assumido, sem desculpas, desenvolvido e concretizado pelo executivo da Coligação PSD/CDS/PPM. Foi construído o Estádio de Taveiro e os campos de futebol de muitas freguesias foram requalificados e relvados. Estes estádios receberam relvados sintéticos, que ainda hoje se discute a resolução desta situação que já estava resolvida no mandato anterior.

Na natação, a cidade era muita carenciada em piscinas, praticamente não existiam, era a velhinha piscina de Celas, e a do Estádio de Coimbra. Tem agora piscinas inovadoras e modernas.

Na saúde, foi lançado e concluído o Hospital Pediátrico, construídos centros e extensões, reabilitando outros, dignificando-os para a função, em benefício das populações.

No ensino, construíram-se escolas e jardins de infância, recuperaram-se outras para conforto dos alunos.

Na cultura, foi desenvolvida um programa de edificação de equipamentos e uma agenda cultural considerada das melhores de Portugal.

Desenvolveu-se e instalou-se um Parque Empresarial Moderno — Coimbra I'Parque - com área suficiente e adequada às mais diversas actividades inovadoras, que está a ser um pólo importante de desenvolvimento para a cidade e a região.

O Planalto de Santa Clara, foi requalificado com a criação de um importante fórum comercial, que atrai as populações da cidade, do concelho e da região, criando mais umas centenas de postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da margem esquerda e do concelho.

O Parque Verde nas margens do Mondego, o Parque de Campismo na colina da Portela, são dois espaços de lazer, entre outros, que permitem à população e a quem nos visita, momentos inesquecíveis de Bem Estar com qualidade de vida acrescida.

O fornecimento de água e o saneamento básico, são serviços de altíssima qualidade, com investimentos fortes no desenvolvimento, que se realizaram durante estes doze anos e de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

as populações beneficiam, quer vivam na cidade quer nas zonas rurais e sub-urbanas, tendo atingido uma cobertura de praticamente 100%, índice notável a nível nacional.

As Freguesias passaram a dispor de uma gestão autónoma, graças aos recursos financeiros proporcionados pela Câmara Municipal de Coimbra, cerca de 3 milhões, com os protocolos de obras por si desenvolvidas, à Conservação de Escolas e jardins de infância, assim como aos serviços de limpeza. Acreditámos nas capacidades de gestão dos Presidentes de Junta e estes passaram a gerir um orçamento global que ultrapassa os 4 milhões de euros.

Culminamos com a atribuição a Coimbra do estatuto de Património Mundial da Humanidade, que muita engrandece a cidade e a região, e do qual é fundamental cuidar e desenvolver.

Deste modo, Sr. Presidente da Câmara, não arranje, desculpas. Tem todas as condições para realizar um bom mandato, elevando Coimbra a uma cidade mais atractiva, mobilizadora e moderna, onde todos os cidadãos, de origem regional e nacional, gostariam de viver.

A Coligação Por Coimbra, assume a 100% a visão, a estratégia e a gestão desenvolvidas nos três mandatos de 2001 a 2013.

Façamos votos para que o Senhor Presidente mereça os votos dos eleitores de Coimbra, pois concerteza que muitos deles hoje já estão arrependidos de lhe terem dado o seu voto.

Disse.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

Turismo

“Venho aqui fazer uma intervenção sobre Turismo, que é um tema que a mim muito me diz, mas primeiro queria apenas deixar uma nota.

Efectivamente já entendi que, os deputados da oposição estão a lidar mal com o Partido Socialista no executivo. Mas, acredito que ao longo do ano se vão habituar e novamente os eleitores irão dar o seu voto de confiança ao Partido Socialista.

Como é do conhecimento geral, o Turismo é um sector estratégico para economia nacional, considerando, a empregabilidade que representa - % que assume no PIB (10%)- a influencia que tem no equilíbrio da balança comercial (46% das exportações de serviços) Naturalmente que o turismo em Coimbra também devia ser estratégico para o concelho.

Ao longo dos últimos anos o PS tem sido extremamente crítico em relação à estratégia turística da Cidade, nomeadamente em relação à ausência de visão integrada e planeada neste importante sector.

A teimosia do anterior executivo de querer caminhar sozinho e mal acompanhado no Turismo do Centro foi uma estratégia errada com repercussões no presente que hoje condicionam aquilo que é a nossa actuação em termos de turismo. Essa estratégia isolou Coimbra e consequentemente prejudicou o seu potencial turístico. Com esta intervenção pretendo valorizar e saudar a mudança de estratégia que agora se inicia, em particular na forma como a Câmara de Coimbra, o Município de Coimbra participou na Bolsa de Turismo de Lisboa, ou seja, integrada no Centro de Turismo de Portugal. Certamente que há melhorias e adaptações a fazer na forma de participar, mas é com profunda satisfação que vejo que os primeiros passos na mudança do modelo estão efectivamente a serem dados.

Senhores Deputados,

Coimbra, rapidamente, tem de saber tirar partido daquilo que é para nós um orgulho, que é a Universidade, a Alta e da Canção de Coimbra enquanto Património da Unesco, e da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Humanidade. Mas, sobretudo Coimbra tem de saber liderar com naturalidade, aquilo que pode ser a Rede de Património Mundial classificado pela Unesco que está ser desenvolvida e criada pelo Turismo Centro de Portugal, nomeadamente através dos monumentos classificados em Tomar, Batalha e Alcobaça.

Por outro lado, não nos podemos esquecer outra vertente do turismo, o turismo religioso, em particular o caminho português de Santiago, o turismo judaico e o turismo Mariano. Estando Coimbra envolvido nos 3, não faz sentido, também não assumir uma posição de destaque nesta vertente turística.

Importa ainda referir a importância que o turismo médico pode assumir para Coimbra, na verdade, a qualidade da medicina que aqui se pratica é internacionalmente reconhecida. Mas também, e não menos importante, o turismo cultural e a dinamização cultural que aqui existe, nos museus, nas repúblicas e naturalmente naquilo que são as nossas vivências e costumes. Estes são apenas alguns dos exemplos que podem fazer com que Coimbra, assuma no curto prazo, uma posição de referência no turismo do centro.

Senhor Presidente, senhora Vereadora,

Acredito que hoje, começam a ser dados os primeiros passos para Coimbra deixar de ser um destino turístico de passagem.

Acredito que em breve, iremos, fixar viajantes e possuir programas integrados com as valências turísticas dos concelhos vizinhos.

Na verdade e para terminar, se quisermos ser amanhã a porta de entrada do turismo, temos, necessariamente, de estar num projecto de participação conjunta e de rede e não excluídos ou isolados, à semelhança do que acontecia no passado.

O Futuro do Turismo do Centro tem, necessariamente, de passar por Coimbra.

Obrigado.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Silva (PS):

EGF

“Na área do Ambiente dois assuntos merecem destaque pelos acontecimentos verificados nas últimas semanas. Áreas demasiado importantes e sensíveis como são a água e os resíduos.

Nos resíduos assistimos à intenção do governo em alienar a EGF, detentora, em conjunto com um número considerável de Municípios, de várias participações sociais em diversas sociedades. Esta alienação é no mínimo estranha, pois trata-se de vender uma empresa que por sinal é rentável, das mais rentáveis do grupo Águas de Portugal.

Mas as particularidades não acabam aqui, uma vez que é intenção do Governo excluir, logo à partida, os parceiros de cada uma das sociedades, impedindo os Municípios de assumirem a posição detida actualmente pela EGF. Esta posição é duplamente gravosa, pois, para além de um atentado à autonomia do Poder Local Democrático, tem por base um dogma deste governo, para quem tudo o que é público é mal gerido, e que o paradigma da boa gestão está no sector privado. O nosso Município tem uma participação minoritária na empresa ERSUC, permitindo, ainda que de forma limitada, ter acesso e controlo à sua gestão. Caso esta imposição do governo se concretize tal como pretende, os municípios ficam irremediavelmente fora do controlo da gestão dos resíduos, restando-lhe apenas pagar a factura aos operadores privados, com consequências gravosas para os seus Municípios. Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidente, se esta vontade da maioria PPD/PSD/CDS for levada por diante, com o que poderão contar os cidadãos de Coimbra?

Quanto à moção apresentada pela CDU é clara a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista. Naturalmente somos contra a Privatização da ERSUC e defendemos a tomada por parte do Executivo das medidas apropriadas para manter a gestão dos resíduos no domínio público.

No que diz respeito à água, bem público, essencial à vida, cujo acesso é considerado um Direito Humano, o cenário não é melhor. A tentativa de privatização deste sector é latente. Todo o caminho que o governo tem percorrido assenta neste desígnio. Mais uma vez é notório o desrespeito pelas Autarquias Locais e sua autonomia. Apenas dois exemplos:

- a) O reforço significativo das competências do regulador, e dos critérios de regulação em favor do grupo Águas de Portugal, em que a retirada da fixação de preços da competência exclusiva dos Municípios é apenas um pequeno exemplo. Todos sentimos no bolso a ineficiência das diversas entidades reguladoras, no que diz respeito ao controlo de tarifas;
- b) A confusão entre a reestruturação do sector da água com a reestruturação do Grupo Águas de Portugal.

Neste sector existem vários exemplos de desequilíbrios, mas também bons exemplos de como fazer bem. No geral os Municípios estão neste segundo grupo e Coimbra está seguramente na primeira linha. Após quatro décadas de infraestruturação efectuada pelos Municípios, através de grandes investimentos que permitiram melhorar significativamente a qualidade de vida das populações, o Governo pretende desbaratar tudo o foi construído, desrespeitando o superior interesse público em detrimento de interesses por vezes pouco claros, com argumentos muitos deles falaciosos. As fusões de sistemas multimunicipais, a junção da alta e da baixa têm como objectivo principal tentar encobrir erros de gestão e num momento posterior privatizar, mais uma vez, o que dá lucro. Sim, a subconcessão prevista na lei não é mais do que a privatização. Também aqui o dogma está bem presente.

Nesta matéria, o episódio mais recente é o da Assembleia Geral dos accionistas da sociedade Águas do Mondego. Mais uma vez estamos perante um governo centralista que aplica a política do quero posso e mando. Nada conta para este governo. Os contratos assinados com os Municípios, os investimentos contratualizados, as consequências que as tarifas têm para o cidadão.

Tomemos em conta algumas das condições dos contratos, como sejam:

- a) A imposição de consumos mínimos, baseados em estudos com projecções completamente desajustadas da realidade;
- b) os investimentos estruturantes que já deviam ter sido realizados e que são adiados sine dia, e que permitiam clarificar as relações entre as partes;
- c) o aumento no preço da água fornecida pela Águas de Portugal de 60% e de 65% no custo do saneamento, entre 2005 e 2014.

Duas questões Sr. Presidente:

O contrato assinado entre o Município de Coimbra e o estado é justo e equitativo?

A fusão da Águas do Mondego com a SIMLIS e SIMRIA será do interesse de Coimbra, ou terá como consequência onerar ainda mais as tarifas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Também aqui quem paga a factura são os mesmos, munícipes e municípios. Por cada euro que a Águas de Coimbra recebe, 60 cêntimos são para entregar ao grupo Águas de Portugal. A posição tomada pelos Municípios na referida Assembleia Geral mostra que estes ainda não voltaram as costas aos cidadãos que os elegeram. Revela que conhecem a realidade e as dificuldades que as pessoas enfrentam.

Sr. Presidente, é legítimo aos Município quererem saber o que se passa nas empresas em que detêm participações sociais. O que pretende o Governo e a Administração do grupo Águas de Portugal esconder?

Nestas matérias o superior interesse de Coimbra e dos cidadãos que nos elegeram está à frente de todo o resto. As posições tomadas pelo Sr. Presidente mostram determinação nesta luta pela defesa do interesse público. Estou certo que contará com o apoio desta Assembleia.”

Intervenção da deputada municipal Ana Janine (PPD/PSD/PPM/MPT):

Cultura e Turismo

“Nesta Assembleia houve alguns temas que já foram recorrentemente tratados e aquele que eu gostaria de salientar em primeiro lugar foi a questão da Cultura.

O deputado Manuel Rocha falou da cultura, a deputada Isabel Vargues falou de cultura e no momento posterior o deputado André Oliveira veio aqui falar de uma outra questão que penso que tem uma correlação aqui à Cultura que é o Turismo.

Coimbra, é inegavelmente uma Cidade de cultura, uma Cidade de conhecimento.

Isto não é mau, já houve quem tentasse imunizar esta questão, não é uma questão negativa, mas sim uma questão muito positiva, é um aspecto de valor acrescentado que nós temos. Nós poderemos ter toda a modernidade, nós poderemos ter todos os atractivos que viemos a criar, mas, seremos sempre uma Cidade com uma Universidade de renome, como uma Universidade conhecida lá fora, com um Património imaterial gigantesco ao nível cultural da cultura popular, dos hábitos das tradições.

Falou-se de Turismo, pois bem, o turismo é algo que não nos poderemos afastar, é essencial para a Cidade, trás investimento, trás visitantes, os visitantes fazem despesa a despesa gera rendimento, gera-se sinergias, e faz tudo muito sentido.

Ao longo dos tempos houve várias estratégias de como desenvolver esta questão do turismo em Coimbra, como desenvolver a imagem de Coimbra, como projectar Coimbra. Já e falou aqui que no passado, se achou que, a estratégia era mais de focar no individual, de focar na cidade, já se falou que, entretanto se resolveu criar-se sinergias, do ponto de vista teórico e em abstracto ambas são válidas, ambas são boas, a estratégia depende sempre do gestor.

Creio que, também há, e sobretudo, *à posteriori*, há que analisar o que se fez, os frutos que se colheram ou que se pretendem colher.

Coimbra, esteve representada mais uma vez na Bolsa de Turismo de Lisboa que acabou este fim de semana, esteve representada pelo Turismo Centro de Portugal, esteve representada no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, até aqui tudo bem, as sinergias podem ser positivas, o que eu gostaria de salientar é que, não vamos falar de estratégias de gestão em abstracto. O que eu dizia é o seguinte:

Realizou-se a Bolsa de Turismo de Lisboa e terminou este fim de semana, falamos até agora em estratégias de gestão em abstracto. Mas nós aqui não estamos a falar no abstracto, estamos a falar de uma Cidade naquilo que investe e nos frutos que colhe.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nós entendemos, já algum tempo, que Coimbra tem um aporte, tem uma instância, tem um poder suficiente para se representar sozinha, para capitalizar naquilo que é seu e que é a gestão particular. Há quem discorde, é válido! E quem discorda, tem direito a tomar as decisões, discorda e faz diferente, é também válido.

Agora, quero colocar aqui uma questão, e esta sim é uma questão transversal, e não tem a ver com quem é que decide, ou quem é que é o gestor, é uma análise concreta.

No programa da Bolsa de Turismo de Lisboa, do Turismo Centro de Portugal, e naquela parte que foi alocada à Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, houve dois grandes segmentos de eventos, dois grandes segmentos de programas, a parte gastronómica e a parte de apresentação de futuros eventos que irão acontecer. Se deixarmos a parte gastronómica de lado, e nos concentramo-nos no 40 minutos que foram investidos em eventos que se vão realizar, 20 minutos foram alocados ao Sense/RFM na Figueira da Foz e 20 minutos foram alocados ao Music na Figueira da Foz, portanto, agora questionando isto no particular e chamando a atenção para a cultura que falava o deputado Manuel Rocha e a deputada Isabel Vargues, eu pergunto-me quanto é que nós estamos a capitalizar enquanto Cidade de Coimbra, enquanto atractivo de turismo, enquanto local de recepção de pessoas que visitam e fazem despesa quando promovemos festivais de verão na Figueira da Foz?

É uma questão que deixo em aberto para todos nós pensarmos.

Associação Cultural “Mondinas”

Do ponto de vista mais micro e falando de cultura gostaria de levantar aqui uma questão:

Há pelo menos 15 anos, desde que eu entrei na Universidade, é uma questão que conheço de perto, a Associação Cultural Mondinas, uma tuna feminina que foi a primeira tuna feminina em Coimbra a levantar-se e a actuar de traje, e portanto a tomar um lugar que na altura era exclusivamente dedicado a músicos masculinos, há cerca de 15 anos, esta tuna tinha um protocolo com a Câmara Municipal de Coimbra, utilizava uma salinha com quadros na parede onde se faziam também exposições, era um espaço que nos davam na Casa da Cultura para fazer os ensaios, que são normais, em Novembro este protocolo foi posto no estado provatório e foi-lhes dito que vamos reavaliar, se isto fizer sentido logo se vê.

Ao fim de 3 meses de muita reverência académica, como é habitual e de muita insistência foi-lhes cedida novamente uma sala dizendo que provisoriamente, enquanto analisamos a questão podem ensaiar. Não é um pedido muito grande é uma associação cultural, pequenina que não tem recursos e que só pede um espaço para ensaiar e que em troca disso dá actuações à Câmara Municipal de Coimbra, quando vem representantes de fora, quando há eventos, e que inclusivamente tem sido solicitada a fazê-lo no decurso deste espaço provatório do seu protocolo.

Portanto, tendo certo que, isto é útil para a Cidade tanto para aquele pequeno grupo que se reúne e contribui para este património material da cidade.

Eu, instava às entidades responsáveis que dessem algum andamento a isto porque o pedido não é grande, não pedem dinheiro, pedem só uma sala.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Não tivesse eu, conhecimentos dos resultados eleitorais do dia 29 de Setembro último, ficava na dúvida de qual tinha sido a vontade dos conimbricenses, é preciso ter bem presente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o que me parece é que o PSD ainda não acordou desse pesadelo. Os conimbricenses censuraram bastante a vossa actuação ao longo destes 12 anos.

Foi o PSD/CDS, que agravaram os impostos durante esses 12 anos, O IMI e a Derrama. O PSD e a sua maioria subiram a tarifa da água.

O PS em 6 meses de governação já baixou o IMI, a Derrama, já conseguiu reduzir o preço da água, e vai repôr concerteza a injustiça que o PSD/CDS conseguiram destruir em tão longo tempo.

Ao deputado Nuno Freitas, queria dizer que, ainda me lembro do seu Regulamento Municipal de Desporto, em que arbitrariamente repito, arbitrariamente andava a dar verbas aos clubes, não sei se nessa altura deu algum para pagar IVA.

Mas quero dizer-lhe, eu censurava a Câmara se desse alguma verba para algum clube pagar IVA. Sabe porquê? Porque isso é uma ilegalidade grave, que conduz inclusivamente à perda de mandato. Eu recomendo à Câmara que nunca vá por esse caminho, que vá sempre por um caminho sério.

Também não é elegante, o deputado Nuno Freitas que faltou à primeira reunião de líderes, vir falar de coisas como as actas, como em reafirmar autonomia, porque tudo isto partiu do nosso Presidente convocando reuniões de líderes para proceder alterações ao Regimento. É da iniciativa do PS e do Presidente desta Assembleia, não é de V. Exa.

Sobre o Convento de S. Francisco, porque este é um momento mais candente da nossa sociedade conimbricense.

No 1º dia deste mês de Março deste ano de 2014, todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal e no Executivo Municipal visitaram a obra, o estaleiro e a empreitada do Centro de Convenções do Convento de São Francisco.

Desta Assembleia Municipal estiveram lá, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu próprio enquanto líder da bancada do PS, o Nuno Freitas enquanto líder da bancada do PSD, o vereador do PCP Francisco Queiróz, o deputado José Reis enquanto líder da bancada do Movimento Cidadãos Por Coimbra e o deputado Joaquim Nora do CDS. E estivemos lá, também, com todos os vereadores eleitos para o Executivo Municipal.

Estivemos lá também com o arquitecto Carrilho da Graça responsável pelo projecto, bem como os responsáveis da fiscalização da obra.

Á evidência dos factos, o Senhor Presidente da Câmara não hesitou e mostrou tudo a todos. Transparência e verdade nua e crua!

Todos nós vimos!

-As inúmeras irregularidades e anomalias na obra, que urge corrigir;

-A entrada de água no auditório, no palco e subpalco e estacionamento;

-As inconformidades com o projecto;

-As infiltrações de água no parque de estacionamento;

-As cadeiras do auditório que não podem ser assentes, sob pena de se deteriorarem com as infiltrações de água;

Todos nós ouvimos o arquitecto Carrilho da Graça dizer:

-Há trabalhos que a empresa devia ter feito, e não fez!

-Há trabalhos que continuam a fazer e não foram feitos!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-A fiscalização da obra mandámos suspender os trabalhos em curso, enquanto não fosse sustada a entrada de água mas a empresa continuou;
-Que pavimentos que há que tem de ser levantados por causa das infiltrações de água e humidade;

-Que os atrasos na execução da obra se mostram injustificados;

-Que a empresa apresentando dificuldades em revestir com madeira as paredes laterais do auditório, propôs-se fazê-lo em ferro. Foi-lhe isso autorizado e concedida uma prorrogação do prazo para isso, e depois queria facturar como de trabalhos a mais se tratasse.

Quanto a factos, não há argumentos, tal é a sua evidência!

Dias depois, o Vereador do executivo do PSD, Paulo Leitão, com a responsabilidade do Pelouro da obra do Convento do anterior mandato, em entrevista ao Diário de Coimbra, veio aí confirmar a entrada de água no auditório e palcos e que isso era uma falha da construtora, irregularidade que não lhe parecia de difícil resolução do ponto de vista técnico. Que já deveria estar resolvida há muito, pois que põe em causa o normal desenvolvimento dos trabalhos e bem assim que há muito deviam ser corrigidas deficiências detectadas pela fiscalização da empreitada.

Mas pasme-se!

O Presidente da Concelhia do PSD, não tendo conseguido que a empresa corrigisse as anomalias e irregularidades, que ela executasse o tamponamento da entrada de água e recuperasse os atrasos da obra, vem dizer nessa mesma entrevista sem pudor político “que acredita que se as eleições tivessem tido outro desfecho, a obra já estaria concluída”.

O Senhor Presidente da Concelhia do PSD fique bem claro que foi pela exclusiva e deficiente gestão da maioria PSD/CDS da empreitada do Convento de São Francisco que se criou um sério problema à Cidade de Coimbra e à sua Câmara Municipal, de prejuízos que agora são incalculáveis e que conduz que a obra não possa ser concluída nos tempos mais próximos. Por muitas entrevistas nos jornais que os seus responsáveis políticos façam publicar, não podem sacudir a água do seu capote.

Senhor Presidente da Concelhia do PSD.

- O projecto de arqueologia previa a existência de ossadas e ainda assim, graciosamente, foi concedido à Construtora um prazo adicional de 180 dias para conclusão da obra.

- Tal prazo da sua conclusão ainda que com prorrogações, havia terminado já em Março de 2013 e já em Dezembro de 2012 havia muita água no auditório.

Senhor Presidente da Câmara:

Fui à internet e aí consultei a acta de 3 de Dezembro de 2012 e constatei a deliberação nº 6018 de 2012 e daí transcrevo: “Foi apresentado o ofício nº 63087 de 28 de Novembro de 2012 da empresa que mereceu despacho do Senhor Vereador Paulo Leitão da mesma data e com base na qual o executivo deliberou:

-Aceitar que os prazos de caducidade do direito de acção em curso se suspendam até à assinatura do contrato de empreitada no qual se passará a prever que os litígios emergentes do mesmo sejam dirimidos em Tribunal Arbitral bem como os termos de contagem de tais prazos.”

Foi votada em minuta e votaram a favor o Presidente de então, Dr. Barbosa de Melo, a vice-presidente Maria José Azevedo, Paulo Leitão, Luís Providência, Maria José Castelo Branco e José Belo. Absteram-se Carlos Cidade e Francisco Queirós.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Foi a acção decisiva, esclarecida, sensata e prudente da Câmara liderada pelo Dr. Manuel Machado, que veio evitar males maiores com a resolução do contrato e a tomada de posse administrativa da empreitada, aprovada aliás, por unanimidade e assim também pelo PSD.

Parece agora um dado adquirido, que a empresa não tinha capacidade de execução bastante, como assim quiçá até solvibilidade económica suficiente para uma obra da envergadura do Convento de São Francisco. Virão daí as consequências.

A resolução, implica a liquidação da empreitada e uma nova adjudicação do contrato, com os prejuízos que lhe são inerentes e cuja indemnização à Câmara e à Cidade, todos sabem, só será paga por quem tem, ainda que o Tribunal nela condene. Mas se assim for, se assim tiver de ser, assuma a responsabilidade política quem verdadeiramente a tem. Foi o PSD/CDS que há mais de quatro anos geriu o processo! E mais ninguém!

Como se não chegasse.

Senhor Presidente da Câmara.

O Partido Socialista está preocupado com o Metro Mondego. O Primeiro-Ministro Passos Coelho, estando em Coimbra numa reunião partidária em 19 de Janeiro de 2014 aí afirmou: “Nunca me comprometi com o Metro” e isto mesmo nas reuniões que manteve com o anterior Presidente da Câmara Dr. Barbosa de Melo. As palavras são do Primeiro-Ministro.

Senhor Presidente Dr. Manuel Machado:

Nós socialistas elegemos aqui nesta Assembleia Municipal o projecto Metro Mondego, sempre e no seu todo, como uma “Questão Coimbrã”. Da Lousã ao Hospital da Universidade, passando pela abertura do chamado canal da Baixa.

O despacho 11215-A/2013 criou o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Valor Acrescentado que tem a missão de apresentar ao Governo recomendações sobre investimentos em infraestruturas. E ao governo cabe a decisão política. Estará no espectro do Sr. Primeiro-Ministro não considerar o projecto do Metro Mondego na “categoria de prioridade”.

Nós, socialistas de Coimbra estamos muito preocupados com as intenções manifestadas pelo Primeiro-Ministro Passos Coelho, em Coimbra e em reunião partidária do PSD.

Poderá o Senhor Presidente da Câmara tranquilizar-nos?”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):

“Quero, em primeiro lugar, associar-me de viva voz, pessoalmente e em nome dos Cidadãos Por Coimbra, ao sentimento de tristeza, respeito e saudade já aqui manifestado a propósito da morte de Jorge Lemos, membro desta Assembleia. Associo-me também, do mesmo modo, à evocação de José Medeiros Ferreira, um democrata exemplar e um intelectual finíssimo, que muito admiramos.

As minhas palavras seguintes são para me referir a S. Francisco. Como sabem, este é um assunto central nas preocupações dos Cidadãos Por Coimbra e na nossa visão programática da cidade. Por isso lhe temos dado o devido relevo e por isso aqui propusemos, com aprovação unânime, a constituição de um Grupo de Trabalho – para o qual já hoje foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

indicados todos os membros – através do qual a Assembleia acompanhará activamente este assunto, em todas as suas dimensões.

Também se sabe que a Câmara e esta Assembleia, através de um membro de cada grupo político, visitou há dias a obra e conheceu, através do arquitecto Carrilho da Graça, as principais características do projecto. Trata-se, devo dizê-lo, de uma obra de arquitectura de grande qualidade, de que engrandece a cidade. É uma infraestrutura importante e é uma peça notável. Mais de 5000 metros para exposições, um grande espaço de convenções, uma enorme janela para a cidade.

A este propósito sublinho duas coisas. A primeira é para dizer que a Câmara fez bem ao decidir por unanimidade a resolução do contrato de empreitada e a tomada de posse administrativa da obra. Fez o que uma situação muito complicada exige. Agora encorajamos a Câmara a que resolva o assunto no sentido do interesse público e da sua conclusão rápida, sem degradação e sem cálculos de outra natureza.

A segunda coisa que quero sublinhar é que S. Francisco não é apenas, nem principalmente, uma obra. É um projecto cultural que precisa de conteúdo, estratégia e participação. Precisa de ser um assunto da cidade e não apenas da Câmara ou da Assembleia. Deve chamar muita gente, a começar pelas instituições culturais da cidade. Para que sejam parte. Hoje – é preciso reafirmá-lo – a cidade não sabe, a cidade desconhece, qual será o conteúdo, a estratégia, o plano funcional de S. Francisco. Isso é a sua principal consequência.

Ora, tudo isto não pode ficar para trás só porque há um litígio com o construtor e a Câmara invoca razões legais ou procedimentais. A obra não pode ofuscar o projecto. E o litígio não pode subestimar as outras decisões. A batalha jurídica sobre S. Francisco será uma batalha mal ganha se antes disso não formos engendrando uma cidade mais criativa, mais capaz, mais participativa, enfim, uma cidade mais democrática. O silêncio estratégico com que a Câmara faz acompanhar a actual agenda sobre S. Francisco não contribui para que todos sejamos mais robustos.”

Neste momento, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminado o período antes da ordem do dia, dizendo que:

Das intervenções dos deputados, do período antes da Ordem do Dia resultou a apresentação à Mesa de uma moção “Contra a Privatização da Empresa Geral do Fomento” e uma recomendação “Recomendação pela regularização das dívidas referentes aos Contratos programa para Formação Desportiva com os Clubes de Coimbra” embora tivesse havido intervenções bastantes interessantes sobre a cultura, turismo, entre outras mas foram vazadas do concreto. O problema da água, dos resíduos sólidos seria interessante e oportuno alargar o âmbito desta natureza.

O Presidente da Câmara poderá ter uma palavra sobre estes temas, na sua intervenção.

Seguidamente o deputado Carlos Ferreira interpelou (fora do microfone) o Presidente da Mesa, relativamente à sua intervenção, tendo este dito que foram feitas diversas sugestões e não as pode transformar em propostas.

A sugestão do Sr. deputado Carlos Ferreira é de solidariedade e totalmente respeitável, mas só pode colocar à votação aquilo que é formalmente apresentado à Mesa.

Não se pode impor isso, a cada um dos deputados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O deputado Manuel Rocha interveio para dizer que, para votar a recomendação precisavam de mais esclarecimentos, sobre os Contratos Programa para Formação Desportiva com os Clubes de Coimbra, considerando que a matéria para a análise é insuficiente, dirigindo a pergunta ao proponente Dino Alves.

O deputado Nuno Freitas deu os esclarecimentos:

“A nossa posição é de que, a aprovação por unanimidade, que aconteceu em 2013, dos Contratos Programa, é perfeitamente lícita, está comprometida na lei dos compromissos, tem cabimento orçamental, foi assinada com os clubes, até o Tribunal de Contas reconhece as decisões em minuta, é portanto, quanto a nós, uma decisão que é absolutamente sem mácula, e que, apesar de haver uma pequena anotação que nós conhecemos perfeitamente.

Geraram, além da expectativa, um compromisso com os clubes que deveriam ter sido pagos nos termos propostos, quer nos termos de pagamentos trimestrais.

Admitimos que se venham a rever os contratos de programa para futuro; admitimos que, passe a haver iniciativas mais pontuais; no nosso entendimento deve haver regras claras no estabelecimento destes compromissos financeiros.

Agora, o que não se percebe é que, porque razão não foi pago, aquilo que estava comprometido e decidido pela Câmara e assinado em devido tempo com os diversos clubes.

Não faz sentido, há aqui uma quezília política, e é essa quezília política que nós queremos responder com uma recomendação.

A Assembleia Municipal só diz à Câmara, se entenderem por bem, paguem o contrato que fizeram, mais não poderemos fazer.

Paguem aos clubes que estão na expectativa de receber, e pagar aquilo que devem designadamente as dívidas de IVA, que era uma das matérias, outras dívidas que os clubes tenham, ou outros compromissos que tenham feito. Disse.

O deputado Ferreira da Silva disse que relativamente à moção da CDU, o PS acolhe-a integralmente. Gostaria até que a própria CDU alargasse ao sector da água. E se nos permitisse nós a próprios, também a subscrevemos”.

Já no que concerne à recomendação ao Executivo, o PS também está disponível a votá-la com dois considerando.

É que, os seus autores, nela acrescentassem:

1-Que este atraso, não se destina a qualquer pagamento de impostos nomeadamente do IVA.

2-Que a satisfação desses compromissos, observassem a disponibilidade que decorrem também depois das demais Despesas Comprometidas em 2013, e não pagas de 23 milhões de euros, que a gestão anterior deixou;

Que garantidos os Novos Compromissos para 2014, assumidos pela Coligação PSD/CDS de 15 milhões de euros;

Que fosse garantido as Despesas com o Pessoal para 2014, de 28 milhões de euros;

Que fosse garantido o Fornecimento de Bens e Serviços essenciais de 18 milhões de euros;

Que fosse garantido o pagamento de Serviço de Dívida de 5 milhões de euros;

Que seja garantida a transferência para o funcionamento dos SMTUC no valor de 9,5 milhões de euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E que fosse garantido também, as transferências para as Freguesias no valor de 2,8 milhões de euros.

Se ainda sobrar com essas considerações o PS votará a recomendação, mas quer que os seus autores o garantam.”

Intervenção do deputado José Reis

“Sobre a moção quero dizer que, a partilhamos e nos associamos a ela.

A recomendação parece-nos de toda a evidência que, o Município deve honrar os compromissos que tem celebrado e portanto, os deve cumprir. O que, nos parece também, é que essa deve ser uma recomendação geral relativamente a todos os contratos celebrados, designadamente, não tendo conhecimento cabal disso, e visto que esta Assembleia não tem essa informação completa, outros contratos nomeadamente com entidades culturais da cidade estarão sobre a mesma situação.

O ponto de dúvida que aqui nos surge, é saber como aqui já foi aludido o que é que isto tem a ver com o IVA. Se tem a ver com pagamentos de questões fiscais, ou não? É este aspecto que evidentemente importa também clarificar.

Parece-me claro que, uma recomendação a um cumprimento de um contrato deve ser subscrito por esta Assembleia e aliás parece-me claro, que ela deveria ser desnecessária.”

Intervenção do deputado Nuno Freitas:

“Entendemos perfeitamente os pontos. Penso que se o Partido Socialista quiser inscrever nos considerandos tal, como propôs, estes dois pontos deve fazê-lo chegar à Mesa por escrito, não vejo nenhum mal nos considerandos, e que se resolva toda a situação financeira da Câmara e acho muito bem que, a Assembleia Municipal recomende ao Executivo, que, encontre os meios financeiros necessários para cumprir o orçamento que já aprovou.

Parece-me aliás, até pontos muito interessantes.

Em relação à questão de fundo, não temos nada a objectar que haja uma recomendação genérica, mas, que, designadamente em relação aos contratos de programas de formação desportiva, várias destas entidade e para que não sobrem dúvidas várias entidades desportivas tem a sua situação totalmente regularizada, estamos a falar de contratos de programa de formação desportiva, aprovados por unanimidade pela Câmara anterior também há de facto casos com entidades culturais, e já agora valeria apena dizer, há até casos com Juntas de Freguesia.

Desde logo, os clubes que aparecem discriminados e outros que tem contratos devidamente cabimentados, aprovados em decisões prévias da Câmara Municipal. Penso que é isso que manda a boa tradição democrática e seria um óptimo sinal da Assembleia Municipal.”

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

“Relativamente à questão da proposta que foi apresentada, naturalmente que vemos com muito bons olhos do acolhimento quer por parte do “Cidadãos Por Coimbra”, quer pela parte do PS, impõe-se aqui um pequeno esclarecimento porque é que não referimos à privatização da água e apenas à questão da EGF, única e exclusivamente parece que o Governo neste momento arrepiou um bocadinho e fruta dificuldade que está a ter a passar pela opinião pública a privatização da água, e fruto de toda a movimentação da população tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

evidenciado começou por privatizar sectores satélites da água, nomeadamente a dos resíduos sólidos urbanos e é única e exclusivamente por essa questão, porque aquilo que está em causa neste momento é a privatização da EGF, que não incluímos aqui a questão da água.

Isso não nos choca que venha a estar aqui incluída, mas o esclarecimento é esse. O que o governo pretende avançar e portanto, penso que teria todo o interesse para as populações que a Assembleia recomendasse à Câmara que se aprovasse a moção no sentido de se manifestar frontalmente contra esta privatização, neste momento os resíduos sólidos e provavelmente num espaço curto da própria água.

Disse.”

Terminadas as intervenções e esclarecimentos sobre a moção e a recomendação, o Presidente da Mesa colocou à votação a moção apresentada pela da CDU e atrás transcrita sobre **“Contra a Privatização da Empresa Geral do Fomento”**.

Deliberação nº7/2014 (18/03/2014):

A moção foi aprovada com 34 votos a favor, 15 votos contra e 1 abstenção.

Sobre a proposta de recomendação apresentada pelo deputado Dino Alves e lida pela Mesa da Assembleia, a mesma teve alterações apresentadas pelo PS e que a seguir se transcreve o texto final:

Recomendação pela regularização das dívidas referentes aos Contratos programa para Formação Desportiva com os Clubes de Coimbra

Considerando a Assembleia Municipal de Coimbra que:

1-Se encontra em atraso os pagamentos relativos aos Contratos Programa para a Formação Desportiva celebrado com os clubes Eirense, Adémia, Brasfemes, Cernache, Almalaguês, Esperança e Souselas;

2-O prazo relativo à primeira tranche deste Contrato (31 de Outubro de 2013) já foi ultrapassado em mais de 90 dias, prazo legal previsto pela Lei dos Compromissos;

3-Os respectivos contratos não foram revogados, tendo até a Câmara assumido a existência desta dívida, no dia 29 de Janeiro, em declaração aos serviços das Finanças;

4-Os Clubes a que se referem os apoios, estão numa situação especialmente delicada em virtude do incumprimento destes montantes, havendo casos de bens e contas penhoradas e o risco de encerramento de algumas destas importantes instituições para os jovens de Coimbra;

5-Desde que seja garantido que tais pagamentos não se destinam a pagamento de IVA ou outros impostos devidos pelos clubes;

6-Que os pagamentos referidos observem os demais que decorrem das despesas comprometidas em 2013 e não pagas de 23 milhões de euros, que a gestão anterior deixou;

Que garantidos os Novos Compromissos para 2014, assumidos pela Coligação PSD/CDS de 15 milhões de euros;

Que fosse garantido as Despesas com o Pessoal para 2014, de 28 milhões de euros;

Que fosse garantido o Fornecimento de Bens e Serviços essenciais de 18 milhões de euros;

Que fosse garantido o pagamento de Serviço de Dívida de 5 milhões de euros;

Que seja garantida a transferência para o funcionamento dos SMTUC no valor de 9,5 milhões de euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E que fosse garantido também, as transferências para as Freguesias no valor de 2,8 milhões de euros.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida aos 18 dias do mês de Março de 2014, recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que se cumpra o Contrato Programa para Formação Desportiva, celebrado no ano 2013 com os Clubes Eirense, Adémia, Brasfemes, Cernache, Almalaguês, Esperança e Souselas e se transfiram de imediato os montantes relativos às tranches em dívida.”

Deliberação nº8/2014 (18/03/2014):

Posta à votação a recomendação com as respectivas alterações a mesma foi aprovada com 49 votos a favor e 1 abstenção.

Presidente da Mesa da Assembleia, esclareceu que o que estava para resolver antes da ordem de trabalho estava concluído, mas ouviu com muita atenção todas as intervenções feitas pelos senhores deputados, não é invocando o direito de defesa, mas, queria dar duas palavras que são as seguintes.

Intervenção do Presidente da Assembleia:

Funcionamento

Devo dizer senhores deputados, que em relação ao funcionamento da Assembleia, sou eu, e a Mesa, mas muito particularmente eu, o principal responsável pelo facto desta Assembleia não funcionar bem! Sou eu! Assumo integralmente essa responsabilidade.

Portanto, todas as críticas que aqui foram feitas, no que se refere ao atraso, na distribuição de documentos, todas as críticas que aqui foram feitas, a coisas que poderiam correr naturalmente melhor no plano de informação, aliás tal como eu tinha sugerido no princípio da minha intervenção, são da minha inteira culpa e responsabilidade. Estou disponível para assumir em todas as circunstâncias. É certo, que, a nota só se faz no fim, ainda temos três anos e tal, para resolver definitivamente se eu fui um bom ou mau Presidente, mas, para já, aceito com humildade democrática, que de facto esta Assembleia não funciona do ponto de vista do acesso à informação básica, que transformaria este órgão num órgão absolutamente democrático nos melhores termos. Não sei se alguma Assembleia do mundo funciona? Mas, esta não funciona como eu gostaria.

Dito isto, senhores deputados, assumindo a minha inteira responsabilidade, e desculpabilizando alguma outra falha que os poucos funcionários que temos ao nosso serviço, não podem obviamente do ponto de vista humano, suprir, e sem nenhuma responsabilidade para cima dos funcionários, a responsabilidade é minha, devo-vos dizer que há uma coisa, que eu não assumo, que é o dolo, eu não assumo que se diga, que, a Assembleia, nega, recusa, informação de uma forma intencional, para retirar margem de decisão a qualquer deputados ou a qualquer grupo político, não aceito! E considero isso ofensivo e considero isso incompatível com as excelentes relações pessoais que tenho com todos os membros desta Assembleia designadamente com os líderes de todos os grupos parlamentares, com quem reúno, ou com quem já reuni, mais vezes de que qualquer outro Presidente de mandatos anteriores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Portanto, tenho com eles uma melhor relação, relação de boa fé, uma relação de olhos nos olhos, uma relação de completa e absoluta transparência, que não é compatível com a acusação de que por dolo, eu mando recusar, ou sonegar, documentos essenciais à informação dos senhores deputados. Não aceito!

Quanto à terceira questão, quanto ao direito de cada um dos membros desta Assembleia, recorrer perante os Tribunais, perante eventuais ilegalidades, estejam elas onde estiverem, descobrem-nas onde as quiserem descobrir, isso é uma responsabilidade de quem o vai fazer. Estamos num Estado de Direito, felizmente, ou ainda estamos num Estado de Direito, portanto os membros dos órgãos políticos, assim como os cidadãos, os grupos políticos devem fazer quando necessário, quando se sintam prejudicados quando o Estado de Direito não foi respeitado, devem utilizar as faculdades que os Tribunais lhes conferem.

Eu cá estarei como Presidente desta Assembleia para me defender, com consciência plena e absoluta de que, até hoje, nesta Mesa e nesta Assembleia e nas relações com os membros desta Assembleia, eu conscientemente não cometi nenhuma ilegalidade.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Não sei qual é a figura regimental que o Sr. Presidente da Assembleia disse, mas gostaríamos de manifestar a nossa posição.

Nós temos o hábito no nosso funcionamento interno, temos o hábito de assumir colectivamente as questões.

Parece-nos, a nós que é justo e deve ser dito, que, o senhor Presidente desta Assembleia tem tido relativamente ao funcionamento desta Assembleia a preocupação, que não é uma preocupação pessoal, é uma preocupação política de gerar consensos e de fazer com que todos participem no delinear de algumas linhas de orientação e de funcionamento da Assembleia.

Portanto, nós, não lhe colocamos e nem (admitimos), que assuma pessoalmente e de forma culposa, o que assume. Portanto, nós consideramos que o funcionamento da Assembleia é também responsabilidade nossa e enquanto membro da bancada da CDU, quero dizer-lhe que valorizamos, conforme foi dita na nossa intervenção, valorizamos altamente a sua preocupação em conferir por um lado a Assembleia o papel de independência que tem relativamente ao poder executivo, e por outro lado, a preocupação que tem tido em convocar para a Mesa todos os líderes dos grupos políticos e todos aqueles entendem por bem reformular nomeadamente o regimento da Assembleia e participar nas tarefas, digamos de direcção, desta Assembleia.

Nós colocamo-nos dentro do espírito do trabalho colectivo, e por isso gostaríamos de assumir também a nossa cota parte naquilo que é o trabalho desta Assembleia.”

Intervenção do deputado Ferreira da Silva

“Sr. Presidente, é só para reconhecer exactamente o que acabou de dizer o líder da bancada da CDU, e revemo-nos nas palavras que acabou de referir a esta Assembleia.”

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nos termos da al. c) do nº2 do artº75º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da Câmara bem como a situação financeira e distribuída aos membros da Assembleia.

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Vou procurar fazer uma intervenção que me cumpre fazer, perante esta Assembleia Municipal, arredando-me de toda e qualquer chicana política, como já hoje aqui ouvi, porque, prezo muito o poder local democrático que, todos os dias ajudamos a construir.

Ouviram-se algumas críticas de V. Exa, pelo facto de haver dificuldades técnicas na Assembleia, compreendo-o, temos todos. De facto há uma pessoa que está doente, não pode trabalhar, todos os demais funcionários se esforçaram e mesmo uma pessoa que foi destacada dos Recursos Humanos para ajudar resolver o que havia necessidade de resolver.

Acontece porém, que, a estrutura orgânica e aproveitamento para dar uma informação, a estrutura orgânica em vigor na Câmara Municipal de Coimbra, não só extinguiu, a Câmara não tem uma Divisão de Recursos Humanos, a Câmara tem mil e tal trabalhadores, precisava disso, mas não tem, a Câmara Municipal tem uma estrutura orgânica que foi aprovada nesta Assembleia, publicada em Março do ano transacto.

É uma estrutura orgânica que precisa de ser aperfeiçoada, espero que, e não há Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, inexistente, segundo essa Estrutura Orgânica publicada em Diário da República, estrutura orgânica flexível é a realidade. Aproveito para informar que se encontra em curso de preparação, espero que as coisas fiquem atempadamente concluídas para serem presentes na próxima Assembleia Municipal.

Procuraremos o aperfeiçoamento no quadro legal vigente, procuraremos o aperfeiçoamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal para ela servir efectivamente as populações que temos o dever de servir.

Começando por alguns aspectos que são relativamente simples, foi aqui suscitada por uma deputada a questão das Mondeguinas, o assunto está resolvido, é uma questão de assinar um documento que é o protocolo, para se conhecerem as regras do jogo, sei que já estão a fazer os ensaios na Casa Municipal da Cultura, a questão está resolvida.

Indo mais longe, à BTL, não vou caracterizar a BTL, e os efeitos propulsores do turismo que ela potencia, há vários pontos de vista.

Mas posso informar a Assembleia Municipal que, em 2010, a participação da Câmara na BTL custou doze mil seiscientos e noventa e cinco euros; em 2011, quinze mil e quatrocentos e sessenta e sete euros; em 2012, quarenta e cinco mil novecentos e quarenta euros; em 2013, quarenta e oito mil e sessenta e sete euros. Em 2014, a BTL está a decorrer, teve relativamente êxito pode ser melhorada naturalmente, foi objecto de algumas críticas poderia ter sido mais puxada a mensagem “Coimbra Património Mundial da Humanidade” eu partilho isso, mas sou democrata, a nossa participação foi concertada com outras entidades, com as Câmaras Municipais que constituem a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e com a Agência de Desenvolvimento de Turismo Centro de Portugal e foi desta parceria que se fez a representação de toda esta Comunidade Intermunicipal da Região de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra em Lisboa na FIL. Obviamente os dispêndios que houve, foram muito contidos, teve-se uma presença digna e cumpriu a sua missão. Só para recordar, há aqui contas que se falam, nós aqui a dias teremos a oportunidade de as analisar na Câmara e depois na Assembleia Municipal, as contas de gerência por isso não posso dar números, mas apenas como recordatória, na BTL de 2013, onde a Câmara gastou quarenta e oito mil e setenta e sete euros, incluiu dezoito mil euros, classificados como outras despesas direccionados à realização de um jogo de futebol em Lisboa, há pouco falou-se aqui em futebol, aconteceu isso, e também para a participação de um conhecido piloto de automóveis na feira, um piloto mandatário em tempos passados.

Informo, a Assembleia Municipal que decorre, tínhamos proposto à Assembleia Municipal que se pronunciasse sobre uma questão relativa ao Património da Assembleia Distrital de Coimbra, é ao nosso ponto de vista, a proposta que aqui foi formulada e aprovada, todavia decorre de facto entretanto o Governo, ter decidido apresentar à Assembleia da República está em transito, uma proposta de diploma que vai alterar significativamente o quadro legal vigente. Portanto, pode ser considerada em crise, a proposta que aqui apresentamos. Vamos procurar continuar e dialogar, para encontrar soluções, mas, passa-se isso.

Outras questões postas, peço desculpa, se não tiver conseguido apontar todas, embora seja uso e costume nas Assembleias democráticas colegiais, os requerimentos entrarem na mesa e nós poderemos analisar com os serviços, não sei tudo, sei muito pouco, e poder dar informação mais detalhada e rigorosa, procurei tomar de apontamento e responder a algumas questões que aqui foram postas.

Coimbra I'Parque, foi suscitada a questão de que a Administração do I'Parque solicitou uma audiência à Câmara e depois falava-se do edifício de Vinci e outro. O entendimento que tenho sobre às empresas participadas pela Câmara Municipal, pelo Município, funciona segunda a lei das empresas municipais quando é caso disso, e sempre porque a lei se conforma nesses detalhes com da lei geral, com o Código das Sociedades Comerciais.

O Coimbra I'Parque têm um Conselho de Administração tal como outras empresa tem empresas municipais, eu decidi politicamente, tendo tomado posse já a decorrer o último trimestre do ano transacto, entendi que não devia promover a substituição nesse instante das Administrações das Empresas participadas. Achei que era preferível, decorrer o período normal, que é as Assembleias-gerais de março e é nessas Assembleias-gerais que os accionistas, é disso que se trata, dialogam com o Conselho de Administração e com a Assembleia-geral. Não é, usarem-se empresas e sem chicana política senhores deputados. Como foram usadas não há muito tempo, como o Turismo de Coimbra, que fez o que fez. Quando se adopta o caminho de criar empresas elas devem ser respeitadas como tal. Tem Administrações com responsabilidades, e que, tem um período próprio de avaliação e o sítio próprio que é na Assembleia-geral. Portanto, quando for a Assembleia-geral, da Coimbra I'Parque trataremos, obviamente que há questões úteis em ter em conta, é normal, um Conselho de Administração mandar aos accionistas, o relatório informações detalhadas para que sejam tomadas as deliberações em sítio adequado. Porque há algumas com o Coimbra I'Parque é necessário que elas sejam tomadas em várias instâncias.

Neste momento, há alguns aspectos que a Assembleia Municipal precisa de ter esta informação que vou dar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Começa aparecer quase um costume, incidentes judiciais em presença. Há pedidos de indemnização de valores significativos. Há pouco o deputado Ferreira da Silva referia-se a um elenco de despesas que é preciso assegurar, é uma das coisas que me preocupa, é o que está por aí, e que anda por aí e que pode ser o resultado final de decisões judiciais sobre pedidos de indemnização e outras coisas que estão pendentes. A Câmara Municipal tem mais de 300 acções em Tribunal, em litigância, comigo, aconteceu a primeira acção em Tribunal, foi levantada como é do conhecimento generalizado pela MRG é do meu mandato esta acção em Tribunal para resolução do contrato da empreitada do Centro de Congressos do Convento de S. Francisco. As outras, estão aí! E não estão decididas, esperemos que se faça justiça, que é o nosso dever, mas preocupa-me a lista de encargos que possam surgir.

Sobre o Coimbra I'Parque, há expropriações, houve uma metodologias de expropriações que foi desencadeada que pode gerar algumas precipitações, que pode ofender direitos legítimos de terceiros, e há uma questão fundamental, é que a Coimbra I'Parque, tem financiamento comunitário, é uma Sociedade, que se rege segundo as regras do código e há uma parte do aumento de capital que não foi realizado, nem subscrito, apesar de ter sido registado na Conservatória.

Enfim, detalhes, que não os queria trazer aqui, por enquanto, mas são matérias que terão de ser tratadas com a devida atenção.

Quanto ao edifício Vince, ele será inaugurado! Mas neste momento é diferentemente daquilo que aqui ouvi. É que Coimbra I'Parque ainda tem muito tempo para percorrer para ser operacional, para ser rentável. Acresce que, por aplicação das leis vigentes a partir de 30 de setembro há condicionantes graves que levam, por exemplo, a termos que equacionar alternativas se deve internalizar aquela empresa, ou não, ou outras, porque são questões que estão presentes. Mas, está proposto ao Ministério da Tutela dos Fundos Comunitários que seja publicada legislação que permita alterar o pacto social, ou a estrutura societária, segundo um determinado regulamento comunitário, receberam o financiamento da Comunidade Europeia. Qualquer decisão sobre a Coimbra I'Parque, pressupõe a garantia do financiamento recebido pela empresa não é desviar os seus fins, há um lugar à reposição, há outros detalhes, mas sobre tudo esses são mais preocupantes com o novo Gabinete de Desenvolvimento Sócio Económico e de Apoio à Iniciativa Empresarial, estamos a acompanhar esse processo com toda a atenção e espero que seja resolvido.

A questão posta sobre o Centro Social de Castelo Viegas/Santa Clara, a Associação “Cavalo Azul” eu estou a procurar encontrar solução. Já o disse, mas nem sempre temos todas as possibilidades para resolver instantaneamente aquilo que é desejada e que as pessoas angustiosamente desejam. Estamos a tentar encontrar uma solução! Porque é incompreensível que de uma infra-estrutura de acesso àquela unidade importante, eu sou dos amigos antigos do Tiagolas, portanto, mas não é por aí que estou a decidir. Quando a Câmara aprovou o custo era de seis mil euros, quando agora chegou a esta fase o custo previsto é de oitenta e nove mil euros, temos de encontrar uma solução razoável, é isso. E encontrada resolver-se á.

O Conselho Municipal da Juventude, vai ter a oportunidade de ser abordado nos próximos dia 28/29 de Março. Há uma iniciativa importantíssima no nosso ver na Casa Municipal da Cultura, para a troca de experiências, para a troca de conhecimento de iniciativas e das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

peessoas, incluindo várias Câmaras Municipais do País, incluindo a Federação Distrital de Associações Juvenis, e visa concluir com a etapa seguinte ao regulamento, portanto, os jovens a 28/29 de março que possam ir é interessante porque a iniciativa decorrerá de forma aberta para poder acolher o contributo de todos.

Senhor Presidente da União de Freguesia de Santa Clara/Castelo Viegas, referiu-se a diversos aspectos, alguns é preferível, nós conversarmos sobre eles, é mais prático, mas há um que tem a minha total solidariedade e precisa de ajuda. Nós temos que pôr na nossa Cidade e no nosso concelho, as empresas que operam na via pública, por um lado, a pagarem as taxas de ocupação ou de atravessamento da via pública, são empresas que exploram e cobram aos cidadãos e que não pagam depois à Câmara Municipal aquilo que devem pagar. Por outro lado, intervêm na via pública abrindo valas, as vezes esses trabalhos criam danos, criam prejuízos que a Câmara tem que indemnizar, eles são responsáveis mas não assumem a responsabilidade é a Câmara que as tem de pagar, e perante a comunidade obviamente as pessoas vêem buracos na estrada é o Presidente da Câmara, é o Presidente de Junta que levam por tabela, é o costume é assim. Estamos a trabalhar e estamos a reunir com as mais utilizadoras de aberturas de valas para ver se consegue encontrar um modo vivenda, já houve! “O velho”, que sou eu, determinou já há muitos anos, que uma empresa que interviesse, que fizesse rasgos numa rua, tinha que ter uma caução de responsabilidade civil, pelos danos que viesse a causar, ao desventrar o pavimento tinha no mínimo repor a facha de rodagem e não aceitávamos a solução do cerzido que vemos em vários sítios, em várias ruas que é tapar a vala que foi aberta frequentemente com terra e mais nada, depois sabemos o que acontece... Mas, esses *modus vivendi*, estava instituído, agora não está assim é preciso repô-lo! Mas vai ser reposto.

Diversos deputados referiram-se ao Convento de S. Francisco, espero referir-me a isso no fim, para não estar a segregar as repostas.

Gostaria de clarificar uma intervenção que aqui foi feita e pode dar origem a mal entendidos, é importante clarificar.

Não estamos no pré abril, nós estamos em democracia. Antes do 25 de Abril, o Presidente da Câmara na nossa ou noutra qualquer não tinha poder para investir 1€.

Tinha de pedir autorização era presidente de um organismo cooperativo, corpo administrativo tinha de pedir autorização ao senhor Ministro da Tutela dele da ditadura para fazer isso, mas também agora os vereadores não tem nada 5 mil euros para distribuir, tem uma delegação de competências, e que vai ser ajustada em função da estrutura orgânica que a Câmara venha a adotar. Nesta altura, neste tempo, aquilo que preciso de saber é, exactamente tudo o que se passa na Câmara, é mesmo preciso, senhores deputados, é mesmo possível, dá trabalho, mas é mesmo preciso saber! Tenho a certeza que não consigo saber tudo, mas, faço um esforço para evitar algumas coisas, até para fazer contas, 7 milhões no Convento de S. Francisco, para uma empreitada de 22 milhões não são 10%,... Pois bem, é mesmo necessário, por exemplo partilhar convosco, transportes escolares, eu fui surpreendido na última Assembleia Municipal pela intervenção da senhora deputada que interveio nesse sentido, reconheço que fiquei estranho, falei com o vereador e não percebemos como é que aquilo tinha acontecido. No Regulamento dos transportes escolares entrou lá meia linha que levou a isto, são largos milhares de euros que vão. Acontece que, isso vai ser corrigido na próxima, mas, porque o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Regulamento estava aprovado, estava em funcionamento não podíamos no meio do ano lectivo alterar, vai ser alterado. E aqui não vamos poder cumprir nenhum protocolo nem nenhum compromisso assumido pela Câmara Municipal, por unanimidade ou por maioria, desde que tenha ganho a votação. Não podemos, até porque viola a lei, nisso e noutras coisa, por isso tem de ser corrigido, obviamente foi nessa altura que o soubemos e nos apercebemos que havia essa questão. Portanto, está a ser tratado para no próximo ano lectivo ser posto em seu sítio e funcionar com clareza, e transparência, que é importante igualmente.

Sobre o Metro Mondego, vão me permitir que, tenho de obter informações, vamos ter uma Assembleia Geral de dias, aceitem em que eu possa dizer isto assim:

Há coisas que se vão passar em Assembleias gerais que com todo o respeito dos órgãos, nesta fase estou inibido de usar esse tipo de informação, sob pena de Código das Sociedades Comerciais depois podermos trazer-nos surpresas, e a questão do Metro Mondego é uma questão sensível, o que eu posso dizer, é que, o Metro Mondego tem de ser feito, é um processo integro e inteiro, que urge, tem havido atrasos injustificáveis, que é necessário que os accionistas todos na Assembleia geral, próxima, tomem posição concreta sobre o assunto. Na última Assembleia Municipal dei a informação daquilo que me parecia exequível e que foi posto em cima da mesa e comunicado nas várias instâncias e que está a ser analisado, a resposta aguarda-se e espero que ela possa ser dada pelo accionista na Assembleia Geral em princípio de abril.

Foi posta aqui uma questão e votada uma resolução, que eu respeito naturalmente, analisarei com toda a atenção. Tem a ver com os relvados, mas permitam-me senhores deputados que clarifique uma coisa.

Os protocolos que foram celebrados, foram pagos. Há dois tipos de problemas, relativamente a um, aditamento a um protocolo, é importante que todos ficamos cientes disto, é que a fundamentação para o protocolo diz, expressamente que é para pagar o IVA, o adicional ao protocolo, aquele que está em causa. Diz expressamente que é para pagar o IVA, e isso não pode ser.

Há também clubes, relativamente aos relvados, eu sou solidário, tive a oportunidade de explicar a todos e até sugeri que fizessem participação ao Ministério Público, para se defenderem porque vão ter problemas de facto.

Há questões do IVA, e do código do IVA e das consequências da não liquidação, há questão do IVA português e do IVA de Espanha, há a questão da contratação dos próprios relvados que foram instalados sintéticos, há a própria questão que alguém possa estar interessado a conhecer com mais detalhe, ou seja, há um conjunto de questões, em que os Clubes foram induzidos pela Câmara Municipal de Coimbra não por mim, a alinhar naquela solução e fizeram muita boa fé, estou seguro disso, mas foram induzidos, foram iludidos a armadilharem-se com responsabilidades pessoais na questão final. As garantias por exemplo da manutenção do relvados, quem é que as cumpre?

O comprovativo do pagamento do IVA de Espanha não está esclarecido, a Câmara Municipal não pode atribuir um subsídio a clubes para que paguem o IVA. A Câmara não devia ter estimulado esses clubes a contrair empréstimos bancários para além das suas capacidades de financiamento, ou de auto financiamento. Há coisas que a Câmara não deve fazer. Portanto, senhor deputados, esse é o estado da arte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Há, penso que dois clubes, que não podem receber, que, para a receber dinheiro da Câmara Municipal tem que ter certidão de que não tem dívidas à Segurança Social nem ao Fisco. Não há volta a dar-lhe aí! Não é questão de honrar compromissos, é quem os induziu, tem responsabilidades grandes que as tem de assumir. Quem os induziu! Porque eu sou solidário com as pessoas que tem os salários penhorados por causa disso e incomoda-me não ter meios para o resolver, mas também me custa saber, que depois em chicana política aqui se dizem coisas nos termos que foram ditas.

Portanto, senhores deputados, eu aceito a recomendação mas a proposta que foi presente à Câmara, cujos documentos estão distribuídos, há várias entidades que já os pediram, certidão deles, pelo Chefe de Divisão do Desporto, fundamentação do subsídio, liquidação do IVA – Campos sintéticos relvados, é taxativo não há volta a dar, está nos documentos, que, não estão só na Câmara Municipal! Imagino que vai ser difícil resolver por essa via, e lamento profundamente que tenha acontecido assim. Porque agora interessava-me que, os relvados tivessem muita gente a jogar, infelizmente não se consegue, interessa-me que fique assegurada, a conservação e manutenção daqueles campos relvados, infelizmente não se consegue, porque o fornecedor de alguns deles, não está comunicável, e portanto, é um dossiê que tem essencialmente, componente técnica e técnica incluída em engenharia, inclui técnica jurídica e técnica fiscal, e por ai fora, é nesse âmbito, que as coisas estavam, cada passo que vai sendo dado, mais difícil se torna resolver! Os protocolos base, isto é, os protocolos que não o adicional, foi para compensar os clubes, é preciso que isto seja dito. O protocolo adicional foi celebrado, para que os clubes que tinham sido enganados, pagavam o IVA ou não pagavam o IVA, o preço era final ou era acrescido de IVA, e a Câmara Municipal proposta fundamentada na informação que disse, para esse objectivo, assinou e outorgou ou concedeu um financiamento complementar para pagar o IVA, isso era interdito por lei.

A outra questão, do IKEA é uma importante empresa que se pretende instalar em Coimbra, e que obviamente acolherei com gosto.

Relativamente a essa iniciativa, localizada no Planalto de Santa Clara foi desencadeado o estudo de impacto ambiental, foi submetido à discussão pública e foi aprovado com determinadas condicionantes, é isso que está decidido ou homologado ou resolvido. Nós precisamos do IKEA por várias razões, e uma delas é criar postos de trabalho. Mas, também, porque Coimbra beneficie ter uma Empresa daquela dimensão, daquele prestígio daquela qualidade, é o meu ponto de vista respeitando todas as pessoas que pensam de modo diferente. Quanto à localização dele para ali, foi decidida, é decisão tomada, mas a Câmara pode a montante sugerir uma localização mais a norte ou mais a sul, essa questão está ultrapassada não seria razoável depois do processo ter chegado a esse ponto, chamar a empresa e dizer, agora localize noutro sítio, não seria correto a meu ver.

Sobre a questão dos sobreiros, foi observada, está devidamente anotada no estudo de impacto ambiental, mais, a reunião que tive recentemente com a Administração do IKEA, a própria empresa, me informou do seguinte, está a articular-se com quem de direito para fazer a reposição de todos os sobreiros que sejam necessários.

Portanto, essa parte penso que ficará bem resolvida, aliás está sobre observação, e o estudo de impacto ambiental que foi aprovado determina as regras de funcionamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O deputado Júlio Gaudêncio lembrou aqui uma serie de obras que eu já não me lembrava que as tinha mandado fazer. Mas agradeço!

A circular Tovim/Casa do Sal, outras coisas que fiz, se calhar algumas até muito mal, o Estádio “Cidade de Coimbra”.

O Estádio de Taveiro “Sérgio Conceição”, não fui, nem o mandaria fazer, não o mandaria fazer, porque acho que, é uma coisa que não é bem feita, que não é rentável socialmente, que criou prejuízos e que vai continuar a criar prejuízos. É que a Câmara Municipal investiu ali um milhão de contos para o estado em que as coisas estão, e o terreno não é ainda da Câmara Municipal de Coimbra.

E um Banco, a quem foi entregue esse bem de herança ou de partilha, e o banco obviamente faz o seu trabalho, e prepara-se para accionar a Câmara exigindo indemnizações ou tomar posse administrativa, porque o terreno é da “Família Norton”, e eu não o faria ali, se o fizesse faria de outro modo! E não o faria tão caro. Esse é mais um assunto que teremos de deslindar, de resolver.

O senhor Norton sente-se prejudicado, há várias pessoas que estão lesadas, há várias acções, uns contra os outros em Tribunal, eu não o faria, não gastaria um milhão de contos, porque é excessivo, e aquele campo tem pouca utilidade. A Câmara tem outras soluções melhores e poderia tê-las desenvolvido, foi adoptado. Agora, vamos ter que gastar tempo e energia a deslindar e tentar resolver, criar soluções, mas, tem responsáveis, porque é surpreendente que o proprietário se dirija ao gabinete do Presidente da Câmara para apresentar uma questão que considerava grave, e põe ao corrente disto e doutras coisas, considero grave! Como é que fazem uma empreitada de um milhão de contos sem ter propriedade do terreno? Com base em quê? Num acordo, pré, não sei quantas de urbanização, muito bem! Aonde está a aprovação dessa urbanização? Não está!

Mas se formos aqui junto do Hospital Pediátrico temos ali um pedaço de rua, que, alguém pagou e só despenderam cerca de 900 mil euros, mas não ligou à Circular Externa, está por fazer! Há problemas graves, empresas que já faliram por causa disso, porque lhes foi prometido uma urbanização que não foi urbanizado, o terreno não foi urbanizado e arranjaram compromissos financeiros, no tempo em que o mercado imobiliário estava pujante, naturalmente jogaram nessa expectativa, correram o risco, despenderam o dinheiro, comprometeram-se, e a Câmara é co-responsável é mais um dos problemas que aí temos, eu ainda não consegui ter imaginação suficiente para resolver isso, se alguém me puder ajudar eu agradeço, porque preferia evitar demandas como estas por exemplo, que há pessoas inibidas de usar cheques, pelo Banco de Portugal, por causa disso, há um acordo, um compromisso feito pela Câmara e o Estado, Ministério da Saúde por causa do Pediátrico para fazer os acessos, a Câmara não os fez, foi um entidade privada que tem um terreno lá perto em Lordemão, gostava de saber como é que isto se explica, há garantidas da obra que é preciso fazer, é preciso ligar o acesso ao Pediátrico até à Circular Externa, essa eu mandei fazer embora tenha sido continuada no mandato seguinte e bem!

Senhores deputados, o Parque Verde Mondego, o projecto, a contratação financeira, a criação da empresa Polis, tenho orgulho ter contribuído para isso, e ainda bem, que se continuou uma coisa excelente, é uma infra-estrutura importante, não faria o que foi feito, de alguma forma aqui foi referido no âmbito de uma moção sobre a privatização da Empresa Geral de Fomento, eu não teria feito, não teria alienado, os SMASC, mas foi alienado, por quem tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a legitimidade para o fazer e agora está a decorrer o processo que vai levar obviamente à privatização do Empresa Geral de Fomento, o Estado como accionista decide o que entender, nós como co-accionista onde a Empresa Geral de Fomento estiver, temos uma palavra a dizer, e reclamamos do Governo que, no quadro de privatização do Empresa Geral de Fomento, os municípios possam comprar acções mas o governo PSD/CDS não quer. Vem com uma proposta, falada, de que, os municípios podem vender as acções uns aos outros. Mas comprar as do Estado, não porque as do Estado quer vender a Empresa Geral de Fomento no todo nacional, não sei qual é a entidade compradora, mas, nem isso será relevante por enquanto, mas será uma multi-nacional interessada naturalmente nesse âmbito, no caso da nossa ERSUC, é que quando estas empresas, quando estes serviços, eram osso, senhores deputados, quando nós tínhamos que arrostar com os problemas por exemplo da construção do Estádio, do Aterro Sanitário de Taveiro, nem todos se lembraram, mas eu porque sou “velho” mas tenho vida, lembro-me bem disso, nunca vi nenhum agente do Estado, solidário connosco, nas discussões havidas nas Assembleias Municipais de Coimbra nas reuniões públicas da Câmara Municipal, nas ruas, na Praça 8 de Maio, em todo o lado. Nunca vi! e agora que foi encontrado um caminho que é rentável, percebeu-se que era rentável, nós sempre o dissemos, agora o que vêem é fazer os bulho de bens públicos. Para já é do lixo e do negócio associado e depois virão outros, esse é o problema, mas o município é accionista. A ERSUC foi fundada por nós, Viterbo Correia, fez-se o caminho tornou-se uma entidade lucrativa, e agora a cobiça a ganância do dinheiro já querem tirar isso aos municípios, e a Câmara Municipal de Coimbra, estamos a ser prejudicados.

Como estamos a ser prejudicados, quando o accionista Estado, na Assembleia geral que já se realizou, das “Águas do Mondego”, decide, com os seus 51%, de capital, determinar a distribuição de dividendos, quando aquilo que nós queríamos era que esse dinheiro, fosse aplicado ou reduzir a dívida mas preferencialmente aplicado na construção da conduta adutora que deve ligar na zona do Paço Episcopal que há 3 semanas arreventou mais uma vez, e a obrigação deveria estar feita há 2 anos. Segundo o contrato entre as “Águas do Mondego” e as “Águas de Portugal” e arreventou a conduta porque não foi investido o dinheiro necessário, havia dinheiro, mas não foi investido. O que aconteceu aqui foi, que, o Estado preferiu dividendos, porquê, porque leva logo 51% dos dividendos distribuídos e além disso a parte dos dividendos, as outras migalhas que são distribuídas aos outros accionistas, Municípios pagam 28 % de imposto, assim não! Quando embarcamos em métodos de criar empresas, pode ser muito certo e moderno, mas às vezes é preferível ter noção das armadilhas que aquilo trás nos efeitos perversos e indesejáveis que acarretam.

Também, e espero que a Assembleia Municipal venha a ser solidária, temos trabalhado para liquidar a “Coimbra Região Digital”, a Assembleia geral reuniu hoje de manhã, decidimos temerariamente e com muito risco, requerer a insolvência da “Coimbra Região Digital”, aquela não fez nada e há um milhão de euros para pagar, e os bens produzidos pela “Coimbra Região Digital” não se conhecem muito, se calhar alguém conhecerá naturalmente, mas estamos aqui a agravar encargos sistematicamente uns em cima dos outros, e só a Caixa Geral de Depósitos é meio milhão de euros, de dívida, não são dívidas pequenas. Bom, mas iremos procurar ajudar resolver e encontrar soluções, embora tenhamos plena consciência, de que, não conseguimos resolver-las todas mas daremos o nosso contributo.

Senhor Presidente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Senhores deputados.

Foram aqui referidas várias contas, vou acrescentar mais um número, é que o deputado Ferreira da Silva falou, naquela listagem grande, tem de acrescentar mais 2,7 milhões de euros para pagar à REFER de uns protocolos que foram celebrados, cuja a especificação das despesas não se conhece na sua plenitude, e cujos os compromissos não estão validados, embora o Tribunal de Contas tenha validado. Falta o despacho conjunto dos dois Ministros que a lei determinava que deveria existir e até agora não estão. Portanto é matéria que, naturalmente deverá ser resolvida.

Permitam que me solidarize, sensibilizado com tudo o que foi dito de bem, porque é merecido sobre o Jorge Lemos. Ele foi vereador também, fomos vereadores, boa pessoa, boa memória!

Sobre Medeiros Ferreira, no dia 1 de fevereiro no Colóquio sobre a Europa, está resolvido já não volta cá, faz hoje 700 anos que foi queimado, Jacque de Mollé, último Grão Mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários faz hoje 700 anos, há dia assim...

Senhor Presidente, senhores deputados, sobre as Juntas de Freguesia e dos contratos inter administrativos, teremos a oportunidade de falar à frente quando for a discussão do ponto. Quero-vos falar que se encontra aberto o processo negocial de celebração de acórdão colectivos de trabalho com os sindicatos, e os com trabalhadores da Câmara Municipal de Coimbra, com vários sindicatos envolvidos, é um processo sensível que leva naturalmente tempo, tem de levar o tempo necessário para ser bem concluído, não faço a intenção de o submeter nem a homologação nem a visto de um membro do Governo, porque aí, é, uma questão de princípio.

Desejo informar a Assembleia Municipal que se encontra finalmente aprovada e publicada em Diário da República, a “Carta da Reserva Ecológica Nacional do Concelho de Coimbra”. Solução que nos permitirá almejar ter presente na próxima Assembleia Municipal se o Senhor Presidente quiser agendar, propor à Assembleia Municipal uma decisão sobre uma a 1ª revisão do Plano Director Municipal, toda a documentação está concluída, com a publicação da Carta da Reserva Ecológica Nacional, estamos em condições de dar o passo seguinte para resolver este processo. Em paralelo decorre a revisão do RMUE, em articulação com que já está adoptado no Plano Director Municipal e sobre tudo rever a Tabela de Taxas que foi associada a esse Regulamento Municipal, tem taxas extremamente caras, muito altas, diria injustificáveis.

Informo a Assembleia que, nos encontramos como apoiantes da Candidatura de Coimbra, Universidade/Câmara à organização em 2018 dos Jogos Universitários, EusaGames em 2018. A decisão será tomada na primeira semana de abril, na Turquia esperamos ter êxito nesta candidatura, porque sendo a candidatura com êxito ela alavancará entre outras coisas, mas uma coisa que é importante, ela alavancará a intervenção decisiva 50 anos depois sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aquilo que é conhecido do Estádio Universitário. Portanto, é um projecto importante para Coimbra, e que, acarinhámos obviamente com toda motivação

Esta semana está a decorrer a celebração da árvore e da floresta. Há várias iniciativas, lembro apenas, que, a Câmara Municipal e a través da Protecção Civil, aproveita esta ocasião para, promover a sensibilização das populações em especial e população jovem, para a Protecção Civil e as questões da natureza.

A nossa Companhia Municipal de Bombeiros Sapadores, Bombeiros Municipais celebraram 233 anos. Nomeei um novo Comandante interino para a companhia.

Já referi que se encontra concluída a instalação em Coimbra da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Estamos a preparar a entrada em funcionamento de uma plataforma de dinamização empresarial de Coimbra, com vários protagonistas intervenientes e colaboradores.

E finalmente, mas não menos importante, procurando dizer aquilo que entendo que posso dizer sobre o Centro de Convenções e Congressos do Convento de S. Francisco. A Câmara Municipal decidiu ontem, pela resolução do contrato e tomar a posse administrativa da obra na próxima sexta-feira. Tem sido um processo, que, eu de todo, não desejaria, mas não é jeito nenhuma das minhas responsabilidades inerentes, ao cargo que exerço, para que aquela obra seja concluída e que, em todo este processo, não passem nenhuma tentações de resoluções marginais aos contratos celebrados. É uma questão complexa, onerosa, falta quase aparentemente quase concluída mas só aparente. Deparamos que a obra foi parada, 2 dias depois de termos tomado posse como autarcas, da nossa Cidade. Observo que, várias alegações, que foram usadas ao longo do tempo e das correspondências todas que eram alegações que não tinham cabimento, veja-se por exemplo acabar a Avenida da Guarda Inglesa que foi esventrada para fazer de acesso, é normal aparentemente não tem nada a ver com o resto, mas está a prejudicar a Cidade, por exemplo, acabar uma parte que é autónoma, que é o parque de estacionamento que já poderia estar a servir ao serviço da comunidade, mas mete água, por exemplo, arrancar o reboco e substituir o reboco da parte velha do Convento de S. Francisco precisa de ser rebuçado e pintado não tem nada de especial, e depois alguns detalhes que tem de ser perfeitamente resolvidos, havendo boa vontade, motivação e capacidade de intervenção da empresa, empreiteiro a quem a Câmara adjudicou a empreitada. Bom. Isto é o que é!

O ponto sensível de toda àquela intervenção que é importante, e já o disse em várias circunstâncias e mantenho farei tudo para que ele entre em funcionamento, e que se resolva aquele imbróglio e que se resolva a bem, obviamente arrostando cada qual com as suas responsabilidades. Eu não queria, obviamente, que a obra parasse, eu quero inaugurar o Centro de Congressos e Convenções, permita-me que tenha esse gosto, e referi-me-ei a todos aqueles que, nele trabalharam antes de mim. Falo-ei, desde o Dr. Mendes Silva, Presidente da Câmara, promoveu a aquisição daquele edifício para a Câmara Municipal de Coimbra, e penso que a escritura penso fui eu que a assinei, a todos ao Eng.º António Moreira, se preocupou em ver como é que a “família Planas” podia dali sair sem haver chatices maiores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a todos, os que ali intervieram ao longo dos tempos, porque aquilo é uma obra longa, e parece que tem enguiço. Agora o problema grave, é mesmo aquilo que é o nó górdio e para além do património edificado antigo, é o auditório. E o auditório no estado em que se encontra liquida aquela operação, há quem goste de empurrar as coisas assim para a frente, fugir delas, ou desviar para o lado, eu prefiro encarar os problemas!

É temerário neste momento, quando não se tem o auditório pronto nem se, pode se especular mas não há segurança sobre a data de conclusão, é temerário por lá 3 piano, são caros, fabricados em condições, são instrumentos sensíveis, não tenho de parar o processo de adjudicação, tem de ser, é uma questão de racionalidade, porque tem de ser resolvida a questão de infiltração de água, aquela obra mete água de facto, nós vimo-la mas continua, no dia em que fomos fazer a visita estava a ser colocada sem autorização do projectista, sem autorização da fiscalização, sem autorização do dono da obra, estava a ser montada na parede de fundo do palco, a ser instalada uma parede de pladur com uma tela para esconder, só pode ser para isso, porque ela não está no projecto, estava a ser feita à pressão, havia dois operários a acabar aquilo apressadamente. Isto significa uma coisa, é que é mesmo complicado, desembrulhar aquele dossier. Mas, vamos conseguir fazê-lo com segurança!

Como é sabido, para aquele equipamento colectivo servir a Cidade, ele tem de ser acabado, e aquilo que é mais importante, que tem que entrar em funcionamento é o auditório, que é uma coisa notável, belíssima tudo bem. Mas eu ouvi o senhor arquitecto projectista, que tinha dúvida se as madeiras, que lá estavam aplicadas se ia aguentar ou se teria de ser tudo arrancado. Ouvimos várias coisas, muitas coisas, aliás, eu ouço muitas coisas, mas, não as digo, só digo aquelas que entendo que devo dizer. Porque é preocupante, aquela empreitada! Que ela está a prejudicar a Cidade, está! Que está a onerar-me como Presidente da Câmara, está! Acreditem que está, mas não me intimido, perante aqueles que tem a responsabilidades daquilo que lá está. Não me intimido! E quaisquer mensagens vão nesse sentido, não conseguiram! Porque a questão é séria mesmo. E não permito truques de quem teve aquilo para resolver, não resolveu. Eu partilho os encargos, mas não aceito assumir responsabilidades que não são impotáveis, não aceito! Cada um terá de assumir, é normal, que isso assim aconteça, porque a obra é estratégica para o nosso concelho, para a nossa cidade, para a nossa região, para o nosso país, há perigos que vai ser preciso resolver, mas, tem de ser feito bem! Obviamente que é convidado a estar neste projecto com a finco e com determinação.”

Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS)

“Se me permitem e ainda na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, não posso deixar de fazer um comentário, e alguma coisa que, em termos comparativos poderá ser muito elucidativo, e que demonstra que, as chaves dos problemas nacionais não estão na milagrosa austeridade.

Estive a fazer contas de todas as derrapagens de contas de todos os endividamentos que eventualmente podem advir à Câmara Municipal por via de acções judiciais, para além de todos estes procedimentos que me abstenham de classificar porque todos nós, enfim os classificamos. Cerca de 65 milhões de euros, é aquilo que, recebe anualmente todo o complexo da Universidade de Coimbra, já depois de cortes, e cortes e cortes! Que, levaram a Reitoria a declarar que chegou ao limite das suas forças, as contas que fiz ultrapassam para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cima dos 70 milhões de euros, portanto agora venham dizer que é a austeridade que resolve os problemas. Os problemas resolvem-se com contas direitas, com transparência e com responsabilidade democrática.”

Presidente da Assembleia de imediato passou ao ponto da ordem de trabalho

Ponto 2 – Prestação de serviços de seguros – Autorização compromissos plurianuais:

Deliberação n.º 9/2014 (18/03/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 24 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma consulta às entidades cocontratantes do acordo quadro celebrado pela CIM-RC conforme previsto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico e simultaneamente o valor máximo dos compromissos plurianuais a assumir, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, os que abaixo se indicam:

-2014 – até €95.000,00 isento de IVA (art.º 9.º n.º 28 do CIVA);

-2015 – até €315.000,00 isento de IVA (art.º 9.º n.º 28 do CIVA), acrescido do saldo apurado do ano anterior na execução do contrato;

-2016 – até €315.000,0000 isento de IVA (art.º 9.º n.º 28 do CIVA), acrescido do saldo apurado do ano anterior na execução do contrato.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 – Procedimento concursal Comum para ocupação de postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional (Sapador Florestal):

Deliberação n.º 10/2014 (18/03/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia vinte e quatro de fevereiro autorizar a Câmara a proceder à abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional (Sapador Florestal), em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), na redação atual, e na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, (Portaria) e que o mesmo seja efetuado nos termos descritos daquela deliberação.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 – Modelo contrato administrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia – Protocolo Intercalar:

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Queria em primeiro lugar transmitir à Mesa, aquilo que já transmiti na conferência de líderes a propósito do Regimento, dizendo que não considero boa prática democrática que, não esteja regulada a participação do Sr. Presidente da Câmara na Assembleia Municipal. Penso que deve haver ponto em que ele exerce o seu direito de opinião evidentemente, e bem assim os vereadores, foi esse o nosso entendimento nas reuniões da Assembleia Municipal, com o tempo devido, e com o devido tempo dos diversos agrupamentos políticos, suscitando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o contraditório, e portanto não há nenhum Monólogo do Vaqueiro lembrei-me da obra de Gil Vicente, que aqui invoco. Há tempo próprio, desde logo no período antes da ordem do dia se assim for entendimento, há um tempo próprio para haver intervenções, do órgão executivo, existem nos vários parlamentos, nas várias Assembleias, há um tempo próprio para o contraditório, isso é uma boa regra democrática.

Portanto, sobretudo os que vêm cheios de insígnias de abril, eu também venho, quero dizer que, de facto, monólogos não são boa prática democrática, sobretudo quando esses monólogos não falam dos pontos mais importantes, como foi o caso e tentam levar para uma vingança permanente e que pára a Cidade, pára a Câmara, pára os serviços camarários.

Eu vou inaugurar, eu vou fazer, de facto aqui como diz Fernando Pessoa eu sou mais do que eu, eu sou povo, quero o mar que é teu. Sr. Presidente, nós, nós, a Câmara Municipal vamos fazer, nós vamos cumprir, isso de facto um diferença impressionante. Já agora do ponto de vista democrático, até porque há várias destas matérias onde a Assembleia Municipal, já agora se permite, gostaria de ir consigo, como foi na visita do Convento de S. Francisco, ouvir a equipa o projectista dizer que 90% da obra estava completa, ao contrário da mistificação que acabou de fazer, com a parte que estava paga, a equipa projectista diz, (não há problema que eu corrijo), não há problema 90% da obra está completa, mas não está paga 90% da obra, e bem! Porque a Câmara os seus serviços, disseram e bem, e a equipa projectista acordou que aquilo que, deveria ser pago porque não estava bem feito, obviamente a Câmara não devia cumprir, o auto não permitia que houvesse o pagamento, por isso é que há um desfasamento entre 90% da obra completa, faltam 10% para cumprir, vamos ver senhor Presidente quanto tempo com que estratégia, e com toda essa litigância e com 300 processos, houve um momento que fiquei esmagado.

É o trabalho a que, o senhor se candidatou.

Portanto, não o faça com vingança, nem com a cremónia contra ninguém, nós da nossa parte teremos seguramente muitas culpas e muitas responsabilidades, boas e más, como o senhor, até por isso quero lembrar e para perceberem o fio da minha intervenção venho-o lembrar, exactamente aquilo que aconteceu no seu tempo, nos orçamentos de 2000/2001/2002, em que os protocolos das Juntas de Freguesia que não eram cumpridos integralmente nesse anos, passavam naturalmente para o ano económico seguinte, com obra que, evidentemente por algum motivo ou por tardiamente foram iniciadas, ou porque as juntas optaram, por vezes, isso também acontecia com outro tipo de obra e na verdade acontecia que passavam de um ano económico para o outro. Curiosamente quando a Inspeção de Finanças veio à Câmara Municipal de Coimbra ver designadamente desses protocolos, não encontrou nada de ilegal nisso. A Inspeção de Finanças, viu designadamente em 2001/2002, essa passagem que havia de obras de um ano para o outro, e entendeu que era correcto.

Há um zelo burocrático que ainda para mais fosse nos termos da lei, são pessoas de facto zelosas da lei em todas as vírgulas, em todas as suas condicionantes, mas depois ao mesmo tempo a lei não serve para trazer os documentos certos à Assembleia Municipal. Aí a lei pode ser postergada e poderemos fingir que não há lei, aí não há nenhum elemento.

No caso das Juntas de Freguesia de facto, há uma diferença política que nós aceitamos, o nosso entendimento seria, que as obras do ano anterior designadamente do ano de 2013 deveriam ser pagas às Junta de Freguesia que não foram, a maior parte até foram, mas sim aquelas que não foram deveriam ser pagas suplementarmente, estamos a falar de algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

obras de conservação, estamos a falar de transferência de que eram feitas no âmbito das limpezas, isso deveria ser pago, e agora novo ano viria, além do incremento total 1%, do IMI, já nem vou referir isso, veremos qual de facto é o entendimento da Câmara sobre isso, para além desse elemento adicional teríamos esta possibilidade de dar às Juntas de Freguesias nos seus protocolos para 2014, a conclusão das obras anteriores com o devido financiamento de 2014, digamos o ano de 2014.

Nós de facto isso não vimos, e queremos dizer senhor Presidente que entendemos que precisamos de estudar o documento em questão. O documento que agora é presente à Assembleia Municipal não é o mesmo documento que foi à Câmara Municipal de Coimbra para ser aprovado ao Executivo da Câmara Municipal de Coimbra.

Houve, como todos sabemos, várias reuniões depois da reunião do Executivo Camarário e portanto o documento que foi à reunião de Câmara não é o documento que está presente à Assembleia Municipal de Coimbra. Além disso houve várias reuniões testemunhados por vários Presidentes de Junta que sabem perfeitamente, reuniões técnicas, que alteraram os quadros que alteraram toda a informação económica de base.

Portanto, Sr. Presidente em bom nome das regras de funcionamento desta Assembleia numa matéria tão importante, admitindo perfeitamente que poderemos não ter convergência de posições sobre os montantes e o aumento de competências e de capacidade financeira para as Juntas de Freguesia, perfeitamente disponível para admitir que há uma divergência sobre isto, portanto, o actual Executivo entende que deve diminuir as competências e financiamento para as Juntas de Freguesia, aceito! Mas quero estudar com a minha bancada, com os nossos deputados municipais, os documentos, quero ver com os nossos vereadores quais as alterações concretas e houve, entre o documento que foi sujeito à Câmara Municipal de Coimbra, aliás foi uma aprovação à ultima da hora, também não agendada, e também de um contrato genérico sobre os protocolos com as Juntas de Freguesia. Pedir ao Senhor Presidente que convoque em sessão extraordinária exactamente para este ponto, com o devido tempo regimental a Assembleia Municipal para se pronunciar sobre os protocolos das Juntas de Freguesia. Penso que era a melhor proposta, poderemos ver os números com atenção, poderemos de facto ver aquilo que está cumprido em relação a 2013, ou não, e aquilo de novo que se faz em 2014, de elucidar a questão do IMI.

Quero deixar essa proposta senhor Presidente, sob pena de não pudermos votar nesta Assembleia Municipal e retirarmo-nos neste ponto de votação da sala, porque entendemos que não estão cumpridas as condições formais e democráticas para o estudo devido desta matéria.”

Intervenção do deputado municipal André Pereira (PS):

“Sobre este assunto queria só dizer duas coisas. Não tenho informação privilegiada, mas eu quero que todos os colegas deputados, que tem na sua mão este documento, que diz “Contrato inter administrativo, Protocolo Intercalar; de delegação de competências nas Juntas de Freguesia”, virando a primeira página encontramos uma certidão, se todos lermos a certidão acabamos por perceber que vivemos nos últimos minutos, um momento importante do debate, na Assembleia Municipal, porque, acabamos de ouvir o líder de uma importante bancada, todas elas são importantes, que é a da Coligação, tem um preço expressivo, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

responsabilidade acrescida, eu ouvi, como toda a Assembleia ouviu, aquilo que foi dito neste púlpito. Foi dito aqui, está gravado, eu não consigo reproduzir.

Estamos perante um momento importante na vida nesta Assembleia, nós temos um documento com uma certidão, e ouvimos todos e está gravado, aquilo que foi proferido.

Segundo ponto, é de que, quero salientar, o seguinte:

É óptimo que haja uma nova visão, do Poder Local. Um Poder Local dinâmico, a inter acção entre as Freguesias e os Municípios, saliento também este trabalho da Associação Nacional de Municípios de fazer este modelo, para ser usado nos termos da lei, e para haver boas práticas administrativas, para assim fomentar boas praticas no Poder Local e no fundo deste documento também se vê uma nova maneira de encarar a reforma do Estado, ou seja, lançar mão das entidades que tem tradição, como são todas as Freguesias, mas renovando actualizando e melhorando. Era apenas esta nota que queria salientar, acho positivo, que haja de forma organizada, legal com boas praticas administrativas, e que se façam bons protocolos, entre as Freguesias e os Municípios, concretamente entre o Município de Coimbra e as Freguesias de Coimbra com todas elas.

O primeiro ponto, todos perceberam o que eu queria dizer, não estou aqui para defender a honra de ninguém, nem sei qual é a que está agora neste momento em causa.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Senhor Presidente, acho interessante este argumento de novelas, em que existem declarações e contra declarações, que tentam de alguma forma humilhar-se mutuamente, mas sinceramente a mim não me apetece isto.

Sinceramente, nós estamos aqui, fomos eleitos para estar aqui, não em ping-pong, isto não é uma mesa de ping-pong, é uma Assembleia Municipal, e a mim entristece-me que este tipo de argumentação recorrente gaste o nosso tempo! Claro que é evidente que nós estamos aqui para cumprir o mandato que nos foi dado pelo povo, mas podemos também e devemos suscitar aqui perante de todos, a nossa indignação em coisas que são argumentos de novela, e esses argumentos não são coisas boas para as Assembleias Municipais.

O fundo da questão é que nós não tivemos tempo de facto, honestamente para analisar esta documentação, a documentação veio tardiamente, mas não é e não fazemos isso arma de remesso nem um carregador de metralhadora, não tivemos tempo. Aquilo que nós pedimos à Assembleia é que tenhamos tempo para nos poder debruçar sobre esta documentação, que é obviamente de importância, nós não pomos em questão a importância, Não estamos habituados a esta galhardearia do argumento chocante, e às cenas que vimos nos filmes ingleses, Parlamentos Ingleses que tem muita graça, mas nós não lhe achamos graça e portanto, com natural indignação, não me parece que seja justo que nós estejamos sujeitos a estas coisas. Mas, com sentido de responsabilidade, a indignação ficou para o filme, com o sentido de responsabilidade, nós consideramos, bancada da CDU, que precisamos de tempo para estudar este assunto. Porque é um assunto que nos merece o maior respeito, e como nos merece respeito, nós pedimos, para nos podermos debruçar sobre isso de uma forma responsável que é isso que nos pede a Assembleia, que nos pede a Câmara Municipal, e que nos pedem os eleitores. Tão simples quanto isto! Não sei dizer mais do que isto!”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Sr. Presidente, sobre o essencial da questão presente, o meu colega de bancada André já disse o essencial. Não posso também, deixar é de notar alguma coisa do que disse aqui o líder do PSD. Ele tem de facto de esclarecer, o que é que entende de Abril, se está com Abril, ou se não está com Abril! Se está depois de Abril ou se está de antes Abril. O Senhor Presidente falou em trezentas acções judiciais. Não há nisto, nenhuma vingança, o que há, é Abril. É dar possibilidade a esta Assembleia de poder acompanhar, exercitar, conhecer a acção da própria Câmara. Se o Senhor Presidente da Câmara hoje fala em trezentas acções, é porque isso foi sonogado por Abril, ou sem ele, pela anterior Câmara, porque o ROC, o Revisor Oficial de Contas, nos seus documentos, pareceres e relatórios, sistemicamente, chamou à atenção e condicionou o seu parecer a elementos em falta, entre eles, as acções judiciais, a informação que devia, que decorre das acções. Não é por vingança é por Abril que é necessário conhecer, saber dar informação a esta Câmara. Porque, antes de Abril não se dava informação. Esclarecido este ponto e, que não há aqui vingança alguma, eu receio, eu reconheço que, de facto, houve muito pouco tempo, para analisar este documento, mas eu estou muito convencido que ele só foi adoptado com toda essa pressa e que nós compreendemos ou não, para não paralisarmos as acções das juntas de freguesias. Ou as juntas de freguesias avançam de imediato e falamos deste protocolo intercalar, ou chegamos ao ponto de por em causa as certidões que vêm aqui esta Assembleia. E, eu não sei se o líder da bancada esteve na sessão de câmara, porque ignoro até, se ela foi pública ou foi privada. Eu não estou em condições de o desmentir, porque ele também não disse, em que é que em rigor, o que é que estava numa e noutro lado porque ele também não explicitou e terá com certeza, falado pela boca de alguém! Não explicitou! Reconheço isso e, não posso esquecer que o PSD, para paralisar as acções da junta, propôs que a redução do IMI viesse de trinta e nove, para trinta e sete, apesar do esforço da Câmara, para trinta e oito. Temos que ter cuidado com a postura política, com o “bota-abaixo” que o PSD pretende com a sua acção política demonstrar nesta Assembleia. Muito obrigado.”

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CPC):

“Muito boa tarde Srs. Deputados, Sr. Presidente da Mesa

Eu não vou pronunciar-me, embora partilhe de algumas opiniões aqui já expressas, acerca da celeridade com que somos confrontados com a necessidade de analisar este documento. Também não me vou pronunciar sobre a questão que mais de fundo, ou de menos de fundo, tem vindo aqui a ser o móbil principal desta discussão.

Queria no entanto falar sobre uma outra questão. Há aqui um conjunto de intervenções que são intervenções no espaço público, o espaço utilizado por todos nós e, pelos cidadãos que nos elegeram que na sua individualidade podem ser, eu presumo que não o são, espero bem que não o sejam, consideradas pouco significativas, porque são intervenções banais, digamos assim, ou, são consideradas intervenções banais, e no fundo, analisando-as todas, somando-as todas nós tínhamos aqui uma possibilidade de qualificar a Cidade. E a cidade precisa de ser qualificada, para ser competitiva nos diversos parâmetros acerca dos quais temos estado a falar aqui desde o princípio. O Turismo é aquele mais evidente. A cultura é outro deles! Tudo isso faz parte e deve estar espelhado no espaço público. Portanto, para além daquelas questões que foram aqui levantadas, eu gostava de perceber, como é que se pode aproveitar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

esta ocasião fantástica que está aqui deste conjunto de obras, para se diferenciar positivamente esta Cidade, através da qualificação do seu espaço público.”

Intervenção do Presidente da UF Eiras e São Paulo de Frades:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, ilustres colegas, membros desta Assembleia.

A hora começa a ir tarde, é bem verdade! E nós já nos habituámos a prolongar as nossas sessões, com os mais diversos argumentos, deixando para mais tarde, aquilo que é essencial. Enquanto Presidente de Junta, não queria deixar de trazer aqui, esta coisa simples. Este conjunto de obras que hoje são mencionadas neste documento, foram elas indicadas pelas juntas de freguesias, na base da aprovação das GOP’S. Nesse sentido, haverá toda a vantagem em resolvermos esta questão! Estamos no fim de Março, dentro de dias estamos no meio do ano, vamos todos para férias e quando chegarmos, lá para o verão, não fizemos nada! E nessa altura, com certeza, não contribuímos nada, para aquilo que deve ser o crescimento da nossa cidade. Eu concordo em absoluto com o orador que me antecedeu, ele tem toda a razão no que disse, porque de facto, não podemos continuar para aqui a fazer “um pouco de conta” porque, enquanto estivermos fazer de “conta”, não fazemos obras! Disse.”

Intervenção do Presidente da UF São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades:

“Boa tarde a todos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Deputados Municipais caros colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social.

Queria antes de mais e, se me é permitido fazê-lo, já está adiantado, mas só roubo um minuto, para dar aqui uma palavra de homenagem, ao Jorge Lemos que seria hoje, o meu Presidente da Assembleia de Freguesia e infelizmente não o é. Pessoa por quem nutria uma grande amizade, recíproca, com certeza, e que deixou bastante saudade, em São Martinho do Bispo.

Tomei posse em vinte e cinco de Outubro, como Presidente da União de Freguesias de São Martinho e Ribeira de Frades, e tenho que dizer que, analisando os protocolos da Ribeira de Frades, eu tinha a receber zero. Tanto de protocolo de obras, protocolos de limpezas, outros subsídios, tinha a receber zero. Infelizmente, o mesmo não se passava em São Martinho do Bispo, apesar da situação que encontrei ser uma situação calma, aliás, transversal às duas freguesias, em termos de gestão financeira, mas tinha noventa e dois mil euros de obras para realizar, alguma dela, outra já realizada e, o protocolo de dois mil e treze, dizia bem claro, que as obras teriam que estar executadas até Novembro. O protocolo que assinámos em dois mil e treze dizia que tinha que estar executadas até Novembro. Fizemos um esforço grande para acabar as obras que tínhamos em protocolo, as obras que estavam na Freguesia de São Marinho do Bispo, conseguimos acabá-las, até finais de Novembro, enviei em ofício, para a Câmara Municipal e para a Divisão de Apoio às freguesias as obras elencadas que tinha terminado e que perfaziam noventa e dois mil e poucos euros. Fiquei surpreendido quando, na primeira reunião com o Sr. Presidente da Câmara, nos foi dito que não havia dinheiro para pagamento destes protocolos, que teríamos que elencar estas obras no protocolo para dois mil e catorze.

Efectivamente, nenhum presidente de junta pode encarar isto com agrado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

As obras estão feitas, e eu preciso do dinheiro para pagar a quem executou a obra. Mas adiar esta questão, não é bom! E, esperemos que na delegação de competências, naquelas famigeradas delegações de competências, espero que o Sr. Presidente da Câmara venha a reconhecer, caso a caso, aqueles que efectivamente realizaram obra e que ainda não conseguiram pagar, porque aqui há questões completamente diferentes. E há casos e juntas de freguesias que não têm nada a ver com estes. Há obra que ainda não foi realizada, essa obra que não foi realizada, com certeza, que a junta de freguesia não precisa do dinheiro, para pagar. Agora, aquela que está realizada e não paga, essas freguesias, ficam prejudicadas em relação às outras. Espero que o Senhor Presidente da Câmara tenha experiência, que tenha, necessária para saber na delegação de competências de algum modo, compensar aquelas freguesias que vão ser tremendamente prejudicadas durante o ano e, durante o exercício de dois mil e catorze.”

Intervenção do Presidente da UF Trouxemil e Torre de Vilela:

“Cumprimento a Assembleia e em particular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

Ouvi de forma atenta e felicito o meu colega Jorge Veloso, pela humildade e pela coragem que teve em vir aqui contar em voz alta, o que lhe vai na alma e, uma situação concreta que é transversal, à grande maioria dos presidentes de junta que estão aqui hoje. Nem todos têm essa coragem e felicito porque há pessoas que têm o seu nome deve ser escrito com voz, com letra grande, porque é assim que nós devemos enfrentar esta questão. Ando há cerca de um mês a tentar apelar, por escrito, através do gabinete, também, do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de poder conversar com ele, à mesa, sei que temos aqui bons locais, nesta casa para nos encontrarmos e, dirimir a questão que foi aqui apresentada pelo Jorge Veloso. Não tenho conseguido isso! Tive o prazer de estar numa reunião com todos os meus colegas presidentes de juntas e com o Senhor Presidente da Câmara, no passado dia doze, em que foi abordada a questão dos protocolos de delegação de competências, nomeadamente, os novos protocolos, isto é, os novos acordos de execução e os novos contratos inter-administrativos. Foi-me clarificado pelo Senhor Presidente, duas ou três questões que eu dou como resolvidas, mas aproveito para partilhar convosco. Talvez vocês não saibam, mas a minha freguesia, a nova Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela, é talvez a única freguesia que ainda não recebeu a tranche, relativa às limpezas do terceiro trimestre de dois mil e treze. Eu tenho lá seis homens e não sei o que é que hei-de fazer! No final deste mês, alguém vai para a rua.

Além disso, temos um auto, relativo a uma obra que decorria na Adémia, na Rua do Talho, de catorze mil e qualquer coisa euros, auto esse, validado pelos serviços da Câmara, em Setembro ou Outubro, validado pelo vereador com competências delegadas, à época, que foi remetido para a contabilidade para ser pago durante o ano dois mil e treze e, azares dos azares, não recebi, o referido auto. Essa obra custou à junta de freguesia, um valor, na ordem dos setenta mil euros! Uma obra feita com projecto e executado pelas Águas de Coimbra, fiscalizado por dois técnicos, em permanência das Águas de Coimbra. A Junta de Freguesia de Trouxemil, à época, foi uma mera intermediária. Pois a minha freguesia, não recebeu um euro para pagar essa obra. O senhor está em vias de falir!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Decorre também em Trouxemil, já desde Setembro, uma obra de grandes dimensões, adjudicada por um valor próximo dos cento e dez mil euros que teve uma componente executada pelas Águas de Coimbra, relativamente a colectores de águas pluviais, obra essa fiscalizada por técnicos da Câmara, acompanhada na sua componente de águas pluviais, por técnicos das Águas de Coimbra, na qual já esteve presente o adjunto do Presidente da Câmara para as freguesias, recentemente, para dirimir uma questão com um particular, pois bem, a minha freguesia não recebeu um euro.

Em Torre Vilela também tenho obras de menor dimensão! Obras que se atrasaram, não foram iniciadas em tempo devido porque, em Torre de Vilela nós tivemos um problema que também hoje abordámos aqui reactivamente ao Convento de São Francisco, o problema da arqueologia. Nós, numa das obras que estávamos a desenvolver encontramos achados arqueológicos. Durante um ano, a Junta de Freguesia de Torre de Vilela, parou praticamente a sua actividade, foi buscar vários homens ao Instituto de Emprego, através de Contratos de Emprego e Inserção, para acompanhar os arqueólogos que andaram nesse terreno e, em Agosto passado, para nosso contentamento e daquela população, conseguimos retomar a obra que tinha sido parada um ano atrás. Não cumprimos os prazos! Mas obra retomou, está gasto o valor que a Câmara assumiu comparticipar, pois bem, o problema é que o empreiteiro ainda não recebeu um euro.

E por isso, o apelo que eu fiz ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e, fiz-lhe um apelo, porque acho que é o termo correcto, nesta altura, foi que reflectisse melhor, avaliasse em concreto esta questão, porque o que me foi pedido pelas técnicas do Gabinete de Apoio às Freguesias, foi que os cinquenta e cinco mil euros, que me são atribuídos nos protocolos para dois mil e catorze, para estas duas freguesias, deveriam ser alocados ao pagamento destas dívidas.

Bom, todos sabem que eu andei por aqui, doze anos! E a Câmara, não foi prejudicada em nada! Toda a gente sabe que dinheiro dos protocolos, não está guardado ali numa gaveta. Os protocolos vão sendo pagos à medida que são concluídos! E não é coisa de hoje o que estamos aqui a discutir. Dr. Manuel Machado, com a mesma abertura com que falei consigo na segunda-feira passada, tive a oportunidade de consultar os Planos de Actividade e Orçamento dos últimos da sua gestão e, é evidente, de dois mil para dois mil e um, o Senhor inscreveu em orçamento, trezentos e noventa e nove mil e cem euros, para pagamento de obras de anos anterior, em curso. Em dois mil e dois, o primeiro executivo do Dr. Encarnação, inscreveu no seu primeiro Plano de Actividades e Orçamento, quinhentos mil euros para conclusão dos protocolos que vinham de anos anteriores. Durante doze anos, e estão aqui muitos colegas meus e alguns, que foram presidentes de junta que podem testemunhar isso, a Câmara Municipal, teve essa metodologia.

Foi inspecionada, pela Inspeção Geral de Finanças, em dois mil e seis, no relatório que abordou especificamente a questão dos protocolos às juntas e nunca foi elencada qualquer ilegalidade relativamente, à não assunção, ou à assunção, à época destes compromissos que derivavam de protocolos de anos anteriores. A resposta que o Sr. Presidente me deu na segunda-feira, foi que era ilegal! Eu, nos meus modestos conhecimentos, sou economista por formação académica, o que quer dizer, que tenho conhecimento ligeiros numa serie de áreas. Não me sinto capaz de discutir isto, com os juristas! Mas certamente, os nossos técnicos desta casa, o Dr. Júlio Gonçalves que já elaborava os documentos do Plano de Actividades e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Orçamento no tempo do Dr. Machado, elaborou com o Dr. Encarnação, com o Dr. João Paulo Barbosa de Melo e este ano, acompanhou o documento que temos aqui, que votámos em Dezembro passado, se fosse ilegal eles não tinham agido dessa forma! Por isso, o que estamos aqui a discutir, além das questões formais, se a minuta do contrato que nos é proposta aqui hoje, é a mesma que foi à Câmara, ou não, todos nós, se virmos os documentos em concreto, concluímos, que não é bem assim, como nos estão a querer dizer! Mas isso, eu até estou disposto a esquecer! O que está aqui em causa é, a Câmara Municipal de Coimbra, ou antes, o Senhor Presidente, porque a Câmara Municipal da Câmara, órgão colegial executivo, ainda não se pronunciou. No passado, dois e dois mil e um, no final do ano, o grau de execução dos protocolos era mais elevado e resolviam-se algumas coisas pendentes porque na última sessão de câmara e, aprovava-se a alteração aos protocolos e esse expediente, este ano, não foi autorizado.

As técnicas do Gabinete de Apoio às Freguesias disseram que não se podia fazer alteração aos protocolos no sentido de: se não fizeram aquela obra, mas teriam feito outra e como tal pediam à Câmara, para reafectar as verbas e, o Senhor Presidente informou-nos que não iria levar à Câmara, essas alterações. Por isso, desde Outubro, os protocolos pararam! É o que está aqui em causa! Hoje estão a propor-nos uma listagem de obras, eu aceitei, sob um conjunto de condições, que eu farei chegar e gostaria que ficasse anexo à acta, as condições que eu coloquei para aceitar.

Por isso, o que está aqui em causa é, convenceram os meus colegas presidentes de juntas, a fazerem propostas à Câmara de acções, de obras que já estariam concluídas, ou estariam em curso. Eu não aceitei isso! Eu fiz chegar à Câmara, novas acções, ou reforço de acções existentes.

Há duas pequenas obras em Torre de Vilela de valores irrisórios, dois, três mil euros cada uma que não foram concluídas, porque os técnicos me dizem: *“O senhor vai fazer o colector, depois, só no ano seguinte, é que vai fazer o revestimento do mesmo, a calçada. Não faça isso! Aguarde mais um ano e quando fizer, o mesmo empreiteiro, faz as duas coisas, sob pena de o trabalho ficar mal feito e a responsabilidade não poder ser atribuída”*. Isto são casos concretos! Os meus colegas que estão aqui, presidentes de junta, sabem que quem anda no terreno, quem suja os sapatos de lama no inverno e de pó no verão, sabe que o que estou aqui a dizer é, verdade.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor tem aqui um papel diferente dos outros. O Senhor tem um papel de recomendar à Câmara, se calhar até mediar este conflito. É mediar uma reunião entre juntas de freguesia, Executivo Municipal e de uma vez por todas, clarificar isto. Porque o que se está aqui a passar, é muito sério e, quem está numa posição financeira fragilizada, como todos eles, como eu estou, eu se calhar estou a atrever-me a algo que não queria fazer, mas eles estão todos fragilizados do ponto de vista financeiro e por isso, têm que acatar o que lhe dão. Há aqui uma série de pessoas informadas, que sabem perfeitamente o que se está a passar, e o que se está a passar é injusto! E, eu não vou para questões de legalidade! A minha freguesia não vai ter, em dois mil e catorze, qualquer verba, para obras. E, em dois mil e quinze, não vai ter qualquer verba para obras. No entanto, há aqui juntas representadas, que toda a verba que lhe vai ser atribuída, é para fazer obras novas, já para não falar, no felizardo do meu colega de Cernache, que teve o prazer e a oportunidade, em Dezembro passado, quando afrontou o Sr. Presidente da Câmara numa reunião em que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

também estivemos todos presentes, de passadas umas semanas, nas vésperas da Assembleia Municipal de Dezembro, receber o que tinha a haver. Ele teve sorte! Nós não tivemos!”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Sr. Presidente, eu trago os dois documentos que foram presentes à reunião de Câmara e os que são presentes à Assembleia Municipal, com as diferenças que posso demonstrar designadamente, no clausulado do protocolo que numa reunião e noutra é totalmente diverso. De facto o documento não é o mesmo e, a certidão não é verdadeira. Além disso, não tem cabimento, a Lei dos Compromissos exige. Além disso não cumpre, já agora, a nova lei que estipula e, poderíamos tê-lo feito, que haja contratos plurianuais, com a delegação de competências feita em termos plurianuais. Porque é que ele se chamam intercalar? Se formos ver na lei nº75/2013, não encontra lá contratos intercalares, para as juntas de freguesias. Nós estamos a aprovar um protocolo intercalar, que não existe esta figura. Existem protocolos plurianuais, de delegação de competências com os devidos meios financeiros.

Volto a dizer, não tem cabimento! A certidão é errada, os documentos, não são os mesmos, não chegaram no devido tempo, como vê, há juntas que são duramente prejudicadas. Desculpem senhores presidentes de juntas, não perdoo, que não haja solidariedade entre os presidentes de juntas.”

Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS/PP):

“A questão é esta! Se o Sr. deputado Nuno Freitas demonstra que a certidão, não corresponde ao que foi aprovado pela Câmara, nós, não podemos votar o que está aqui para votação! Portanto, eu acho que o ponto tem que ser retirado e, como vai haver Assembleia de aprovação de contas brevemente, é para aí que vai. Porque neste momento, aquilo que nos é presente, eu não sei quais são as divergências, porque não me foi presente o documento, havendo essa suspeita, não podemos votar em circunstância alguma, porque esta deliberação é ilegal na medida em que está desconforme, com o que foi aprovado pela Câmara.”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):

“Evidentemente, que esta é uma circunstância, que deve desagradar a todos os que aqui estamos. Estamos aqui, com dúvidas processuais muito significativas, que têm que ser tomadas como relevantes, até prova em contrário. Estamos perante situações que parecem indiciar lógicas de discricionariedade, entre juntas e na deliberação e estamos, perante de uma evidente metodologia errada de atraso e de disponibilização de documentos. Adicionalmente parece óbvio também, que estamos perante obras já realizadas, que colocam as juntas de freguesia, nas situações incómodas que aqui ouvimos. Se assim é, se esta é a fotografia total do que estamos a descrever, eu acho que estamos num momento mau, mais uma vez! Eu assinalo, que não é a primeira vez que estamos nesta Assembleia, num momento processualmente mau. Portanto parece-me que há questões, que sendo muito relevantes do ponto de vista das juntas, e evidentemente, que as intervenções dos presidentes de junta que ouvimos, ouvimo-las com muita atenção, e pareceu-nos que elas são também relevantes, dadas as circunstâncias que nos descreveram, mas francamente, temos que tomar como esclarecido, se a metodologia é correcta, se estamos com os documentos correctos, para depois também podermos fazer juízos políticos, quer sobre a bondade, a coerência ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

não discricionariiedade das decisões. Portanto, apelava do ponto de vista de método, para que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, pudesse esclarecer-nos, sobre as questões que foram suscitadas. Isto é, em democracia, há regras básicas que não podem ser atropeladas por mais que outras regras prévias tenham sido atropeladas antes, e por mais que tenhamos urgência, coisa para a qual nos temos com certeza do nosso lado, queria dizê-lo, toda a sensibilidade.”

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há aqui dos aspectos, todos eles igualmente importantes, mas que gostaria de assinalá-los. Protocolo intercalar porquê? A Câmara já teve duas deliberações sobre isto, e vai ter mais! Os protocolos intercalares, decorrentes da lei nº75/2013 são diferentes do que era uso e costume fazer. Portanto, estamos num novo quadro jurídico, decorrente da lei nº75/2013 e, é de tal modo diferente que tem de se negociar e tratar com cada junta de freguesia, cujas, tratarão com as assembleias de freguesias e, do mesmo modo que a Câmara trata com a Assembleia Municipal e, só no final, é que há protocolo inter-administrativo e, protocolo ou contrato de execução. São as duas coisas! A Câmara Municipal aprovou a primeira minuta, com base no protocolo tipo,... as duas minutas base, ... para negociar, teve de aprová-las. Dessas minutas base, que foram aliás, as que foram adoptadas pela Associação Nacional de Municípios e que foram nessa instância negociadas com a ANAFRE, Associação Nacional das Freguesias, foi levado a deliberação da Câmara. Sequencialmente a isso, foi contactada cada uma das juntas de freguesia para nos mandar a lista, o elenco das obras que desejava incluir nesses protocolos. Entretanto, decorrem análises e estudos que a lei obriga e é isso que nos leva a apresentar aqui um documento com a designação de “intercalar”. Estudos, projectos e aquilo que o Senhor Arquitecto Bandeirinha referia, têm razão de ser! Mas, isso só vai ser possível, com os estudos que decorrem de cada uma das acções, para se entregar com o projecto de execução, etc. E esses estudos, não estão concluídos! E vão decorrer ainda a partir daqui, durante algum tempo! O que é que temos? Na deliberação da Câmara Municipal que ocorreu no dia, em que, ... foi a última reunião ordinária, ... ocorreu no dia, em que durante a manhã, reunimos com as juntas de freguesia! Foi feita a recolha e feito um mapa que depois foi incorporado numa informação que aqui está, que é, a que foi distribuída, e, quando estava na Câmara Municipal, ainda não tínhamos Torre de Vilela e Trouxemil. Porque havia umas questões, que era preciso resolver, ... faltavam uns papéis! E na sequência da nossa reunião de manhã, o Senhor Presidente da Freguesia de Torre Vilela e Trouxemil informou-nos, que sendo assim, que iria mandar e tratar com a Divisão de Apoio às Freguesias, e fazer seguir a documentação, pelo que, o documento aprovado na Câmara Municipal para mandar à Assembleia Municipal, incluiu esta referência. Nos mapas das acções das obras delegadas, ainda não está Torre de Vilela e isso, tem que ser incorporado naturalmente, porque houve um entendimento que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Vilela que ainda não tinha fornecido aqueles documentos, iria fornecer, ou os dados, que era preciso fazer. E foi isso que aconteceu! Relativamente à estética do documento que esta já na Assembleia Municipal que é, a minuta do protocolo intercalar, é um documento que foi reduzido o tamanho da letra de facto e, tanto quanto estive ali a comparar, a cláusula terceira referiram-me, já aparece escrito que é para dois mil e catorze! E também aparece escrito claramente, que é até trinta e um de Dezembro de dois mil e catorze!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ou, se concluirmos o processo dos protocolos formais que estão tipificados, obviamente, que estes protocolos intercalares, são subsumidos pelos que vierem a ser outorgados. Nós estamos a lidar com processo que é complexo e importante de facto! E damos-lhe importância! O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Vilela, para clarificar, levantou aqui uma questão, que não é questão, já! O terceiro trimestre das limpezas da Torre de Vilela e Trouxemil estão processados, para levantar! Estão processados para levantar o dinheiro! Sim! Quero dizer exactamente isto que eu disse! Depois, pode ler nos compêndios, uma vez que sabe de economia, ... O dinheiro está processado, o terceiro trimestre. Por qualquer razão, recebeu o quarto trimestre e não recebeu o terceiro. Eu quis saber, aliás, porquê e vou saber porquê! Há-de haver uma razão boa! Agora, há uma parte que é importante que se saiba! Os protocolos relativos a dois mil e treze, tem duas condicionantes que é preciso ter em conta. Uma delas, intrínseca! Os protocolos referiam expressamente nas obras que eram financiadas, que tinham que estar concluídas, até Novembro de dois mil e treze. Isto é o que está plasmado no protocolo que foi assinado e foi esclarecido, com os senhores presidentes das juntas de freguesia, o entendimento sobre isso! Depois, foi incluído que tinham que estar pagos. Por exemplo, ainda há vinte mil euros, entregues ao abrigo do protocolo de dois mil e treze, à Junta de Freguesia de Taveiro, vinte mil euros, ... que ainda não há documentos! É que os serviços pedem para ver documentos! E há duplicações que se encontram, corrigem-se, há erros, ... errar é humano! Mas há situações como essas, com os protocolos anteriores, mas resolver-se-á! No caso de Taveiro por exemplo, ocorreu isso.

No caso de Cernache, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cernache, cumpriu o dever dele e, alertou-me para isso! Mas eu devo dizer, que não foi exactamente isso que me sensibilizou! Foi que a obra estava feita! Eu próprio tinha-a visto! E vi o senhor que me apareceu aqui um dia, às oito horas da manhã, a subir a escada, que eu lá tinha visto, em cima de um andaime, numa passagem por Cernache e, eu vi a obra acabada! E o que havia era, falta de um papel que havia de vir de Cernache, para a Praça oito de Maio e da Praça oito de Maio tinha de ir um técnico que tinha que confirmar! E vi o Senhor aqui à porta do meu gabinete. Eu assumo o que faço! Tenha paciência! Não é discricionário, não! É seriedade, senhor deputado! Porque eu vi a obra feita, há obras que estão pagas do ano passado que não estão feitas ainda. Eu vi-as! Vi umas e outras! E no caso de Cernache, foi isso que eu verifiquei! E tendo visto o Senhor a fazer o trabalho dele, a concluir pintura do Centro, ... ele apareceu aqui, alguns dias mais tarde, numa situação angustiada, porque não tinha dinheiro para comer! Eu tinha visto o Senhor lá a trabalhar e, tinha visto a obra feita e portanto, mandei ao serviço da divisão que fossem conferir isso. Conferiram, foi pago! E não estou arrependido! E não é discricionariedade! Eu penso que é gerir e tratar as coisas, como elas devem ser tratadas, porque eu funciono assim. No caso do cabimento e da Lei dos Compromissos que foi aqui referido, cada contrato, cada protocolo, aprovado, completado, ... temos aqui a minuta e temos a lista das acções que vão ser financiadas neste protocolo intercalar e, ele é intercalar porque, o outro processo, para cumprir completamente o que está disposto na lei, vai levar muito mais tempo. Há acções que as freguesias têm feitas e precisam de pagar, como aqui foi dito, e é correcto, há freguesias que têm que lançar acções ou obras e que têm de as fazer. E por isso, encontrámos esta designação de “intercalar”, porque ele não substitui, o processo completo, conforme está preconizado na Lei. Simplesmente, esse prazo de execução de contratualização de deliberações, não são só neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

órgão, que temos que explicar estas coisas. Cada Junta de Freguesia, o protocolo final, seja o inter-administrativo, seja o de execução, só poderá ser assinado, com as certidões de aprovação da Câmara, da Assembleia Municipal, da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, é assim que está escrito na Lei. E faço um apelo político, se me permitem.

Tenho lido nos jornais que há assembleias de freguesias, onde há algumas tensões, onde, tem sido difícil haver deliberações, por desentendimento legítimo, democrático, mas, eu faço um apelo a todos os senhores autarcas e, aos partidos políticos e, aos cidadãos independentes, para procurarmos compreender esta realidade. Algumas coisas que se vêm pelos jornais, dão a entender que há assembleias ou há juntas de freguesia que estão a entrar em bloqueio. E que cumprindo à risca o que se encontra estipulado na lei, que eu acho que está mal feita, mas, é o que está na lei, como temos que juntar certidões das deliberações dos órgãos, há aqui na questão dos intercalares, nós temos documentos, cartas registadas com avisos de recepção, etc.. E vamos partir desse princípio que está tudo resolvido! Mas, para os definitivos, quer o protocolo ou acordo inter-administrativos, quer o acordo de execução vai ser necessário juntar certidões da deliberação e daquelas acções para o mandato e, se não houver partilha de risco e entreajuda, podemos também ter aqui, juntas de freguesias que tem dificuldade de ver aprovado esses documentos e, depois caímos, numa situação difícil. Porque já está delegado nos órgãos municipais e pode não se aceitar nos órgãos de freguesias. Isto é, como apelo para etapa seguinte! Esta agora, é tão só, acelerar o processo de modo a que as juntas de freguesia tenham o essencial, cumprindo integralmente o que está nas Grandes Opções do Plano, as dotações freguesia a freguesia estão definidas, aquilo que se trata é de contratualizar as acções específicas, vão ser executadas neste ano, para ser claro e cujo cabimento e, a verificação dos fundos disponíveis, foram duas observações que aqui foram feitas, que são obrigatória obviamente, mas elas são feitas, antes da assinatura de cada protocolo.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Nós estávamos preparados para ser chamados a deliberar sobre a questão de forma, sobre a questão de fundo que era, confirmar ou não confirmar, os protocolos, tal qual que nos foram apresentados, segundo a deliberação da Câmara Municipal, nos termos em que ela foi deliberada. Posso, como todos sabem, podemos ler, e sabemos que votaram a favor, o Senhor Presidente, a Sra. Vice-Presidente, os Srs. vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, com o voto contra, do Sr. vereador Paulo Leitão e com as abstenções, dos Srs vereadores, Barbosa de Melo, Raimundo Mendes da Silva, José Belo, Francisco Queirós e Ferreira da Silva., relativamente ao **“Modelo contrato inter-administrativo de delegação de competências - Protocolo Intercalar”**. Foi este o teor da deliberação que pedem para que seja votada aqui! Exactamente com as responsabilidades políticas que implicam estes votos e a mim, não me compete, a mim e à mesa, não compete duvidar, porque isto é uma questão política, de uma certidão que está aqui assinada por um funcionário nos termos em que está feita a certidão! A mim não me compete duvidar da palavra e da responsabilidade de uma certidão tal qual ela aqui está e que é entregue à Assembleia Municipal, sob pena de entrarmos não só, no início disciplinar, como no início criminal! Portanto, não me compete a mim, suspeitar do que a certidão me diz! E portanto, não posso dirimir, este conflito assim, sem mais nem para quê! Mas, reconheço que há um problema processual e, que há um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

requerimento de natureza processual, sobre o processo a seguir, relativamente à votação que é colocada aqui verbalmente, mas que poderia ser por escrito, mas é colocado verbalmente pelo senhor deputado Nuno Freitas. Que se fundem diversas razões, algumas a que não atribuo importância, porque são feitas e ditas no calor dos debates mas outras que tenho que atribuir importância! Tenho que atribuir importância, a um fundamento, de um requerimento do Senhor deputado Nuno Freitas que vai no sentido de entender que talvez tenha havido pouco tempo, no sentido de termos oportunidade para conhecermos, com profundidade aquilo que se passa, aliás, na mesma lógica do Sr. deputado Manuel Rocha. E também parece que é um pouco aquilo que o Sr. deputado José Reis, aqui quis dizer.

Assim sendo, temos dois momentos para decidir:

O primeiro, é perguntar à Assembleia se concorda com o requerimento do Sr. deputado Nuno Freitas, no sentido de que esta votação, sobre o fundo, seja adiada. Depois, conforme o resultado dessa votação proceder ou não sobre à questão de fundo, não posso fazer mais nada.

Neste sentido, coloca-se à votação, o requerimento do Sr. deputado Nuno Freitas, no sentido de saber se, se vota hoje ou se não vota hoje, e aqui, o ponto nº4 da ordem de trabalhos, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

Votos contra - 25

Votos a favor - 14

Abstenções - 8

Sendo assim, a proposta processual do requerimento do Sr. deputado Nuno Freitas, foi rejeitada.

Vamos passar à votação sobre a matéria de fundo, isto é, sobre o ponto quatro.

Deliberação nº 11/2014 (18/03/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 25 votos a favor e 9 abstenções, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 10 de Março, aprovar a minuta do “contrato inter-administrativo de delegação de competências – protocolo intercalar” e a minuta de acordo de execução a celebrar com as juntas de freguesia e a vigorar até à celebração dos protocolos definitivos de transferências de competências.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão faz parte integrante da presente acta.

Declaração de voto de José Reis (CPC):

“Nós votamos nos termos em que viram, porque assumimos, sobre a palavra do Sr. Presidente e, sobre o entendimento do Senhor Presidente de que não havia discrepância de documentos, tal qual foi aqui expresso. E essa é, obviamente, o princípio fundamental que nós assumimos através da palavra do Senhor Presidente e do seu entendimento. Em função disso, reconhecemos que, não é a forma de fazer política, muito menos, forma política justa, colocar os executores, neste caso, as juntas de freguesias, em situações de premência de obra realizada e portanto, de modos que não viabilizam uma gestão adequada das respectivas juntas. E em terceiro lugar, votámos da forma que votámos porque, temos o entendimento de que esta deliberação é como foi sublinhado, de natureza intercalar e que no futuro, quer as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

regras de plurianualidade, quer as regras de coerência destes investimentos, com certificação técnica e política da Câmara, estarão asseguradas.”

Declaração de voto de Sampaio Nora (CDS):

“Eu abstive-me, porque aquilo que foi votado, eu não sei se corresponde realmente ao que foi aprovado. E, essa dúvida formal é insanável. Quanto à questão de fundo, é evidente que eu não deixaria de votar a favor, no sentido de facilitar a vida as juntas de freguesias, mas neste caso, o documento não me merece, face às suspeitas que foram levantadas e, os argumentos do Senhor Presidente, não substituem uma acta, não têm o poder de substituir a acta e portanto a deliberação, para mim, até é susceptível de impugnação.”

Declaração de voto de Jorge Seabra (CDU):

“Em nome do grupo da CDU, nós pensamos que não temos os dados e os esclarecimentos suficientes para votarmos em consciência numa situação em que mais uma vez nos sentimos pressionados pelo tempo e pela ausência de informação devida. Pensamos que é possível perceber que este protocolo intercalar, pode ser eficaz, no sentido de resolver problemas mais prementes e pode até, merecer algum consenso da parte dos presidentes das juntas freguesias, em relação a alguns poderes delegados, percebemos também que há razoabilidade e nós levantamo-la, em relação à questão do orçamento das obras que ficaram pendentes, e, em relação ao IMI que não foi devidamente resolvido, e resolvido, conforme o que tinha sido prometido mas, a nossa abstenção tem o significado exacto de dizer o seguinte: Não temos o conhecimento suficientemente preciso, para votar a favor.”

Declaração de voto de Ferreira da Silva (PS):

“O Partido Socialista votou a favor, adoptando o princípio da presunção da legalidade dos actos administrativos, por um lado e, por outro, o da boa-fé, não tendo sido, como não foi, identificado qualquer erro substancial, nem mesmo sequer, qualquer erro de escrita no protocolo, que se trata, como foi dito, de um protocolo intercalar e digamos, é o primeiro protocolo que vem a esta Assembleia, nunca tendo vindo nenhum qualquer outro, ainda que para pagar o IVA, se isso tratasse. Por outro lado, o voto do Partido Socialista vai em nome da acção das Juntas de freguesias, aqui em causa nos protocolos.”

Ponto 5 – Projeto de Modernização da Linha do Norte - Protocolo entre a CMC e a REFER – Tribunal de Contas:

Intervenção do Presidente da UF São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades

“É uma informação breve, mas penso que é pertinente em função das respostas que há a dar. Sobre a Linha do Norte e, sobre o encerramento das passagens de nível, ao quilómetro duzentos e onze e quatrocentos e oitenta, está feito um contrato entre a Câmara Municipal de Coimbra e a REFER, para construção de uma passagem inferior para peões, que não está executada. Houve por parte da REFER, uma proposta de ir até duzentos e cinquenta mil euros, a Câmara assumiu o compromisso de construir a obra,...“ não está cá o Sr. vereador Paulo Leitão, foi assinado por ele e pelo Sr. Presidente Barbosa de Melo”, ...assumiu a obra com a totalidade” ..., penso que eram quatrocentos mil euros. O que é certo, é que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

passagem ao quilómetro 211, foi aberta, a passagem superior para todo o tráfego, mas a passagem inferior para peões, não foi executada.

Também, em São Martinho do Bispo, mais propriamente, no apeadeiro da Espadaneira, há o compromisso da REFER de construir duas passagens desniveladas, para peões nos apeadeiros da Espadaneira ao quilómetro duzentos e treze e setecentos e oitenta e nove e, na Bencanta ao quilómetro duzentos e quinze, duzentos e um. Só assim é que pode proceder ao encerramento definitivo das duas passagens de nível, neste momento ainda a ser atravessadas por peões e, na da Espadaneira já foi atropelada uma pessoa que veio a falecer. Portanto, chamava à atenção para estes três casos que não estão resolvidos.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente e Srs. Deputados

Uma referência que faço para a acta, para esta Assembleia, naturalmente e peço que fique registada deste modo.

Trata-se de um protocolo e dois aditamentos.

Eles foram anteriormente assumidos, e vêm agora à Assembleia Municipal, nestes termos. Eu desejo referir, que o único encargo que a Câmara aqui consegue ver de forma exacta, é o referente a 2.724.244,20 euros.

Em todo o caso, nos aditamentos aos protocolos, existe um clausulado, que não permite vislumbrar, qual é o valor envolvido. Portanto, eu preciso fazer esta declaração perante todos, para depois, não vir a legitimar algumas queixas que ouvi aqui hoje e que, a meu ver, não têm fundamento, dado que há aqui várias cláusulas do protocolo e do segundo aditamento que não foi assinado, que determinam que a Câmara pagará, por exemplo, as passagens nível da Espadaneira e noutras, a CP suporta um custo, até um valor “x” e, tudo o que ocorrer a partir daí é o Município, que suporta. Isso não está determinado! Existe aqui um conjunto de indefinições que não permitem sujeitar estes protocolos, à Lei dos Compromissos. Eu pedi para intervir, para deixar claro isto! O valor que eu aqui vislumbro, que vejo um número exacto é que está aqui referido numa das coisas! A partir daqui, há diversas cláusulas, fala em valor estimado, a REFER assume as despesas até “x” e, tudo o que ocorrer a partir daí, é o Município que assumiu as responsabilidades. E está em diversas cláusulas ao longo destes protocolos. Nestes termos, porque os protocolos que estão afirmados, responder ao Tribunal de Contas, ponto por ponto, prestando todos os esclarecimentos necessários, remetendo o relatório e mantendo em aberto a questão do segundo aditamento ao protocolo de que irá ser dado conhecimento à Assembleia Municipal de toda esta situação. Isto é, o Município de Coimbra e a REFER têm aqui três documentos, em que se contratualiza, enfim, em que estabelece um acordo, mas o único valor firme que aqui está considerado por nós é, dois milhões e setecentos mil euros. Há cláusulas nos aditamentos e nos protocolos que determinam que o que passar de “x”, isso varia de duzentos e cinquenta mil, e trezentos mil noutro, é o Município que suporta.

Eu terei dificuldade em cumprir esse protocolo, nessa parte.”

Intervenção do Presidente UF Trouxemil e Torre de Vilela:

“Eu peço desculpa mas, apesar da minha aparente distração, eu costumo estar atento ao que ouço aqui e, eu ouvi, na primeira intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra, uma referência a este protocolo, em que explicitou que já tinha tido o visto do Tribunal de Contas. Por isso, nós não estamos aqui a discutir a resposta. A resposta está dada! Está um documento que faz parte do ponto, em que a resposta saiu, para o Tribunal de Contas, no próprio dia da deliberação da Câmara, à tarde, através de fax. E saiu, ... eu tenho pena é que não tenham distribuído no ponto, o dito relatório que lá faz referência, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, que no fundo, elencava tudo isto, o relatório não consta do ponto, a aí, é que está o sumo. E, justiça seja feita, elogio o Senhor Presidente da Câmara por ter posto, os serviços da câmara de várias unidades orgânicas, porque é explícito lá, a abrangência do ponto, de maneira a produzirem, um relatório. De uma vez por todas, ficou tudo claro. Tenho pena é não ter tido acesso a ele! A resposta saiu para o Tribunal de Contas e, na intervenção inicial do Senhor Presidente, ele, partilhou connosco que já tinha obtido o visto do Tribunal de Contas. Eu ouvi isso! Não sei se os senhores ouviram? Por isso, o ponto veio aqui, para conhecimento. Procurando trazer alguma informação adicional ao processo. Bom, os dois milhões e setecentos mil euros, que o Sr. Presidente refere, têm a ver com o custo das expropriações, executadas pela REFER, para a construção de um número que eu, não me recordo agora, de passagens de nível, quer na zona norte, quer na zona sul, mas mais na zona sul, em que protocolo firmado entre as duas entidades, em dois mil e cinco, ficou assumido que a Câmara suportaria esse custo. Os valores que estão aqui em falta, que ultrapassam os tais duzentos e cinquenta ou trezentos mil euros são obras não previstas no protocolo inicial, previstas no segundo aditamento, que teve o contributo, quer da Junta de Freguesia de Taveiro, quer da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades, REFER e Câmara Municipal de Coimbra, em que a REFER assumiu uma determinada comparticipação, assumiu a elaboração dos projectos para as tais obras, que pretendiam as juntas, projectos esses, não previstos no protocolo inicial, protocolo esse, aprovado quer na Câmara, quer na Assembleia, é preciso que se diga e, sujeita, à concordância da Câmara. Por isso, em devido tempo, a Câmara Municipal de Coimbra, órgão executivo, decidirá, se assume ou não, a execução daquelas obras, custando elas, alguma coisa mais. É o que estamos aqui a discutir! Perguntava alguém há pouquinho: “mas porque é que este ponto veio à Assembleia Municipal?” O ponto veio à Assembleia Municipal, a doze de Setembro de dois mil e treze. Por uma razão, só! Porque estamos a falar de um plano de pagamentos, que tem encargos plurianuais e é obrigatório vir à Assembleia. Nós não estamos aqui a discutir as obras da REFER, nós não estamos aqui a discutir, se a REFER fez a ponte, se não fez, etc. Estamos a discutir só, o plano de pagamentos. Uma última questão, e agora já na minha vertente de Presidente de Junta de Trouxemil e Torre de Vilela! Também este protocolo é muito importante, para a minha freguesia. Uma das obras que estava para iniciar, era a passagem de nível da antiga 336, em Ponte de Vilela que não iniciou na data prevista, apesar do projecto estar concluído, porque nós somos uma zona muito abrangida pelo fenómeno das inundações e como tal, o projecto foi revisto com boas intenções, para ser melhorado. Hoje, está em condições de acordo com as informações que tenho da REFER para lançar concurso. Uma obra, se calhar, mais importante que a de Ponte de Vilela, se calhar não, tenho a certeza, mais importante que a de Ponte de Vilela, é a passagem de nível na actual 111 que ainda é uma estrada nacional, na localidade de Adémia, obra essa, que não consta do protocolo celebrado com a REFER em 2005, porque se trata de uma estrada nacional e, a sua construção, resultará de um esforço tripartido, Câmara Municipal, Estradas de Portugal, REFER, essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sim, eu apelo aqui ao Executivo camarário, para que trabalhe, quer com as Estradas de Portugal, quer com a REFER, porque outros não o fizeram no passado e, não tenho problema nenhum, em assumir isso, outros não o fizeram no passado de maneira a se encontrar uma solução para aquela passagem de nível. Estamos a falar das passagens de nível que estão em falta, suprimir do nosso concelho, os dois casos mais gritantes, mais perigosos são os de Ponte de Vilela e a da Adémia. Todos vocês conhecem bem! Estou a falar de passagens de nível rodoviárias, não estou a falar de passagens pedonais.”

Deliberação nº 12/2014 (18/3/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, com 21 votos a favor e 23 abstenções, concordar com a posição tomada pela Câmara Municipal datada de 24 de Fevereiro, relativamente ao Projecto de Modernização da Linha do Norte – eliminação das passagens de nível do concelho de Coimbra – Tribunal de Contas, responder ao ofício do Tribunal de Contas ponto por ponto, prestando todos os esclarecimentos necessários, remetendo o Relatório e mantendo em aberto a questão do 2º Aditamento ao Protocolo.

Declaração de voto de Jorge Seabra (CDU):

“É apenas reafirmar exactamente, o que disse em relação ao ponto anterior. Foi difícil para a CDU avaliar isso, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara falou das despesas não definidas, acima dos duzentos e cinquenta mil, são situações muito estranhas e que consideramos inaceitáveis para definir qualquer posição. Esperamos que no futuro do processo, vindo à assembleia e de esclarecimentos destes pontos, seja melhor do que foi feito até hoje.”

Declaração de voto de Ferreira da Silva (PS):

“O PS votou a favor porque entende que não se pode assumir o protocolo, para além do limite de encargos financeiros dele decorrente que se mostrarem líquidos e certos.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

O Presidente da Assembleia, relativamente à aprovação os projectos das actas das últimas reuniões, disse que se os Srs. deputados não tiverem, neste momento, condições para as votar, elas estão à disposição de todos e serão votadas, na próxima reunião.

E sendo 21 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.